



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 103, QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2021

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 70ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA, EM 29 DE JUNHO DE 2021

1.1 – ABERTURA ..... 11

1.2 – ORDEM DO DIA

##### 1.2.1 – Fala da Presidência

Pesar pelo falecimento do Sr. Procides Pereira Vasconcelos, colaborador do Senado Federal ..... 12

##### 1.2.2 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Randolfe Rodrigues e respondida pela Presidência ..... 12

##### 1.2.3 – Item 4

Projeto de Resolução nº 38/2021, do Senador Wellington Fagundes, que *denomina a "Sala número dois da Ala Nilo Coelho do Senado Federal" de "Sala Marco Maciel"*. **Aprovado, com emendas de redação**, nos termos do **Parecer nº 142/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Jayme Campos. À promulgação. .... 14

##### 1.2.4 – Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 206/2018, do Senador Antonio Anastasia, que *regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União*. **Aprovado, com emendas e adequação oral do Relator**, após o **Parecer nº 143/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Carlos Portinho (votação nominal). À Câmara dos Deputados. ... 19

##### 1.2.5 – Item extrapauta

Requerimento nº 1626/2021, do Senador Confúcio Moura e outros Senadores, de prorrogação do prazo da Comissão Temporária de Acompanhamento da Covid-19. **Aprovado**. .... 32

##### 1.2.6 – Item 2

Projeto de Lei nº 4113/2020, do Deputado Afonso Florence, que *institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública*



reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e dá outras providências. **Aprovado, com emendas de redação**, nos termos do **Parecer nº 144/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Confúcio Moura. À sanção. .... 33

### 1.2.7 – Item 3

Projeto de Lei nº 5991/2019, do Deputado André Amaral, que institui a *Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão*. **Aprovado, com emendas**, nos termos do **Parecer nº 145/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Izalci Lucas. À Câmara dos Deputados. .... 36

### 1.2.8 – Item 5

Mensagem nº 18/2021 (nº 243/2021, na origem), do Presidente da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Salvador Social - 2ª Fase". **Aprovado o Projeto de Resolução nº 39/2021**, apresentado como conclusão do **Parecer nº 146/2021-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Angelo Coronel. À promulgação. .... 40

### 1.2.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 1720/2021, do Senador Rodrigo Pacheco e outros Senadores, de voto de aplauso ao ex-Prefeito, Senador, Governador e Presidente da República Itamar Franco. **Aprovado**. .... 42

### 1.2.10 – Item extrapauta

Requerimento nº 161/2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de Sessão Especial destinada a comemorar o Dia do Bombeiro Militar. **Aprovado**. .... 44

**1.2.11 – Realização de 1 minuto de silêncio em razão do falecimento do ex-Senador José Paulo Bisol** ..... 45

### 1.2.12 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa remota para amanhã, às 16 horas ..... 45

**1.3 – ENCERRAMENTO** ..... 45

## PARTE II

## 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 70ª SESSÃO

### 2.1 – EXPEDIENTE

#### 2.1.1 – Projeto de Resolução

Nº 39/2021, do Senador Angelo Coronel, que *autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. .... 47

### 2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA





**2.2.1 – Projeto de Resolução nº 38/2021**

Parecer nº 142/2021-PLEN-SF .....	59
-----------------------------------	----

**2.2.2 – Projeto de Lei do Senado nº 206/2018**

Parecer nº 143/2021-PLEN-SF .....	63
-----------------------------------	----

Lista de votação .....	78
------------------------	----

**2.2.3 – Projeto de Lei nº 4113/2020**

Parecer nº 144/2021-PLEN-SF .....	82
-----------------------------------	----

Requerimento nº 1718/2021 .....	91
---------------------------------	----

**2.2.4 – Projeto de Lei nº 5991/2019**

Parecer nº 145/2021-PLEN-SF .....	94
-----------------------------------	----

**2.2.5 – Mensagem nº 18/2021**

Parecer nº 146/2021-PLEN-SF .....	104
-----------------------------------	-----

**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Indicações**

Nº 42/2021, do Senador Lasier Martins, que <i>sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia que adote providências para permitir que microempresas e empresas de pequeno porte possam participar do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.</i> ....	112
--	-----

Nº 43/2021, do Senador Lasier Martins, que <i>sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a edição de regulamento sobre a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão.</i> ....	116
---	-----

**3.1.2 – Mensagem do Presidente da República**

Nº 306/2021, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7/2021, sancionado e transformado na Lei nº 14178/2021. ....	120
--	-----

**3.1.3 – Projetos de Lei**

Nº 2356/2021, dos Senadores Rogério Carvalho e Humberto Costa, que <i>institui o Dia Nacional em Homenagem às Vítimas de COVID-19.</i> ....	123
---	-----

Nº 2361/2021, do Senador Wellington Fagundes, que <i>altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para estabelecer cronograma de expansão do mercado livre de energia elétrica.</i> ....	126
---	-----

Nº 2366/2021, do Senador Marcio Bittar, que <i>altera a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para estender as Áreas de Livre Comércio de Brasília com extensão para o Município de Epiaciolândia – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS a outros Municípios do Acre.</i> ....	131
--	-----



**3.1.4 – Projeto de Lei Complementar**

Nº 99/2021, do Senador Lasier Martins, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dispor sobre a possibilidade de hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para ações de custeio e investimento na saúde especializada independente de pendências referentes à adimplência financeira.* 137

**3.1.5 – Projeto de Resolução**

Nº 40/2021, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar os pareceres sobre proposições que tramitam em conjunto.* ..... 144

**3.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 17/2021, primeiro signatário o Senador Angelo Coronel, que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para aumentar, até 31 de dezembro de 2021, o limite de moratória e parcelamento de débitos previdenciários dos entes federativos, e de suas autarquias e fundações públicas, vencidos até a promulgação desta Emenda Constitucional para 240 (duzentos e quarenta) meses.* ..... 150

**3.1.7 – Requerimentos**

Nº 1711/2021, do Senador Luiz do Carmo, de voto de aplauso e congratulações ao Governo do Estado de Goiás. .... 157

Nº 1712/2021, da Senadora Mara Gabrilli, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. .... 162

Nº 1714/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Giobbi. .... 165

Nº 1715/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Eurides Antônio Costa. .... 167

Nº 1716/2021, da Senadora Mara Gabrilli, de informações ao Ministro de Estado da Educação. .... 169

Nº 1717/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Simão Abrão. .... 173

Nº 1719/2021, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. João Ibrahim Elostá. .... 176

Nº 1720/2021, do Senador Rodrigo Pacheco e outros Senadores, de voto de aplauso ao ex-Prefeito, Senador, Governador e Presidente da República Itamar Franco ..... 178

Nº 1721/2021, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Paulo Bisol ..... 182

**PARTE III**

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** ..... 186

**5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** ..... 189

**6 – LIDERANÇAS** ..... 190



<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>193</b>
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>198</b>
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>204</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>250</b>



Ata da 70ª Sessão, Deliberativa Remota,  
em 29 de junho de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.*

*(Inicia-se a sessão às 16 horas e 31 minutos e encerra-se às 19 horas e 6 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**70ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas**  
**Presenças no período: 29/06/2021 14:30:00 até 29/06/2021 19:06:00**  
**Votos no período: 29/06/2021 14:30:00 até 29/06/2021 19:06:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
PSL	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X

Emissão 29/06/2021 19:10:01





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**70ª Sessão Deliberativa Remota, às 16 horas**  
**Presenças no período: 29/06/2021 14:30:00 até 29/06/2021 19:06:00**  
**Votos no período: 29/06/2021 14:30:00 até 29/06/2021 19:06:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

***Compareceram 76 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

### Início da Ordem do Dia

As mãos serão abaixadas no sistema remoto e, neste momento, estão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

A presente Sessão Deliberativa Remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, do Senador Antonio Anastasia. Relator: Senador Carlos Portinho;

– Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, do Deputado Afonso Florence. Relator: Senador Confúcio Moura;

– Projeto de Lei nº 5.991, de 2019, do Deputado André Amaral. Relator: Senador Izalci Lucas;

– Projeto de Resolução nº 38, de 2021, do Senador Wellington Fagundes. Relator: Senador Jayme Campos; e

– Mensagem nº 18, de 2021, da Presidência da República. Relator: Senador Angelo Coronel.

As matérias foram disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Concedo a palavra ao representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus.

Hoje, falará pela Comissão, por cinco minutos, a nobre Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui falar da última audiência pública que a gente teve na Comissão Temporária da Covid, com um único convidado, que foi o Ministro de Estado da Economia, o Sr. Paulo Guedes.

O que foi preocupante? O Senador Confúcio e todos os componentes daquela Comissão se mostraram preocupados com o índice de desemprego e o aumento da desigualdade social. Então, nós questionamos... Inclusive, uma pauta que foi mostrada por Esperidião Amin e pela Senadora Eliziane foi a que diz respeito aos 45 mil órfãos da Covid. Como o Senador Esperidião Amin falou, não foi a Covid que criou a orfandade, mas a tem aumentado assustadoramente.

Então, no que é que a gente focou e perguntou ao Ministro da Economia? Primeiro ele deixou bem claro que não vai mudar a política econômica, que é aquela política que ele vem dizendo, na própria Comissão, que é o mercado quem vai definir. Então, não existe... O Governo tem interesse em desinvestimento e o mercado é a prioridade.

Então, o que é que nos preocupa? Ele disse que já melhorou a situação fiscal. Aí, a gente perguntou se não poderia retornar o auxílio emergencial a R\$600,00, que seria uma maneira de movimentar a economia, como foi mostrada em 2020 a melhora.

Mas houve um assunto, especificamente, que foi o orçamento da saúde. Sr. Presidente e colegas Senadores, é preocupante, porque o que está previsto, se for seguir rigorosamente a Emenda nº 95 para 2022, vai haver uma redução de gastos com a saúde, em relação a 2021, de R\$30 bilhões.

A Comissão mostrou essa preocupação porque a ciência vem mostrando, colegas, que as sequelas da Covid são enormes, mesmo para aquelas pessoas que, muitas vezes, só descobrem o diagnóstico quando já apresentam outra patologia.

A gente sabe, e lembrou também, a demanda reprimida, que está aí, de cirurgias eletivas. A gente sabe que o SUS está com uma demanda grande só da Covid e que, depois, vai ter que começar a tratar essas pessoas que estão esperando por um tratamento há mais de um ano e, muitas vezes, quando esse





tratamento é na oncologia, um ano é muita coisa para não se iniciar o tratamento. E esta própria Casa já aprovou um projeto de lei de que, em 30 dias, tem que facilitar o diagnóstico das pessoas que têm câncer, que têm tumores malignos.

Há outra coisa que nos preocupou também. É que esse subfinanciamento do SUS vai levar a mais óbitos. E eu perguntei, particularmente, porque eu li... Apesar da formação médica, eu fui ler que há muitos países, como os Estados Unidos e o Japão, onde, desde 2008, os economistas vêm estudando e dizem que só com o ajuste fiscal a gente não sai de uma crise econômica. Eles estão juntando ajuste fiscal com investimento do Estado na geração de emprego e renda.

Então, eu pedi essa palavra e quero agradecer ao Senador Confúcio porque é preocupante, porque a gente sabe que essa política econômica piorou o desemprego, aumentou a fome. A pandemia fez isso, sim, mas a gente sabe que em 2 de dezembro de 2019 a gente já tinha mais de 13 milhões na extrema pobreza.

Então, essa insistência de não investir, de tudo que o Estado brasileiro pegar investir na redução... Não vai investir os recursos nos serviços públicos básicos, como saúde e educação e tudo que conseguir vai investir (*Falha no áudio.*) ... nós não vamos sair dessa crise econômica, porque na história não existe nenhum país que tenha saído sem o maior investidor, que é, no caso, o Estado brasileiro, investir na geração de emprego e renda.

Essa foi minha preocupação. Quero aqui parabenizar a Comissão, todos os colegas, nosso Relator Wellington, que mostra isso aí. O Ministro nunca se negou a vir, mas também diz que a política econômica vai continuar essa: ajuste fiscal e venda do patrimônio, desinvestimento.

Então, isso é muito preocupante para este Congresso Nacional.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia. Cumprimento V. Exa. e todos os membros da Comissão de Acompanhamento da Covid pelo extraordinário trabalho feito no enfrentamento à pandemia em nome do Senado Federal.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é com grande pesar que comunico que perdemos uma pessoa muito querida por toda a Casa, Parlamentares e servidores. Perdemos o estimado Procides Pereira Vasconcelos, colaborador do Senado Federal.

Procides, nascido em Amontada, Ceará, trabalhou como engraxate nesta Casa por mais de 40 anos, atendendo solícita e educadamente a todos indistintamente. Esta sua característica – fazer bem feito seu ofício, por mais simples que fosse – tornaram-no referência na Casa: todos os que o conheciam retornavam e recomendavam o seu trabalho.

Procides deixa três filhos e a esposa Arlete, a quem transmito o grande pesar pela sua perda em nome do Senado Federal.

Portanto, fica esse registro de pesar.

Passo a palavra para a questão de ordem ao Líder da Oposição, Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, muito obrigado.

É uma rápida questão de ordem, Presidente, arguindo o art. 403, do Regimento Interno da Casa. Nos termos do art. 58, §3º, da Constituição e do §1º do art. 76, combinado com o art. 152 do Regimento Interno do Senado, eu queria apresentar a V. Exa. o requerimento de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada a partir dos Requerimentos nºs 1.371, de 2021, e 1.372, de 2021, destinada a apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, o agravamento da crise sanitária no Amazonas.

Sr. Presidente, já deve estar sobre a mesa de V. Exa., a Mesa do Senado Federal, o requerimento pedindo a prorrogação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 90 dias.



Consta deste requerimento a assinatura de 34 Sras. e Srs. Senadores – Senadoras e Senadores –, portanto 7 a mais do que o número mínimo exigido pela Constituição e por força do nosso Regimento para a prorrogação da Comissão.

É nesses termos, Presidente, que peço o seu deferimento para, no momento adequado, V. Exa. fazer a leitura desse requerimento e, portanto, a partir da leitura, cumprir efeito o requerimento da Minoria Parlamentar desta Casa.

Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para responder questão de ordem.) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Sem prejuízo da apresentação por V. Exa. do pedido de prorrogação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a Presidência considera que essa análise deve ser feita ao final do prazo de 90 dias da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, por certo, será feita nessa ocasião, Senador Randolfe Rodrigues, analisando as condições objetivas e subjetivas para tanto. Mas fica registrada a questão de ordem de V. Exa., que é recolhida pela Presidência para apreciação oportuna.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador amigo Rodrigo Pacheco, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir a V. Exa., evidentemente com a devida vênica e respeito, pedindo ao ilustre Senador Carlos Portinho, se possível, para fazer uma inversão de pauta, tendo em vista que eu tenho que me deslocar para o aeroporto, para ler aqui o meu relatório do Projeto de Lei, de autoria do Senador Wellington Fagundes, nº 38, de 2021.

Eu gostaria dessa possibilidade, porque eu tenho horário marcado, e, infelizmente, não será possível transferir para outro horário. Eu quero indagar a V. Exa. se é possível eu fazer um breve relatório, em homenagem a esse grande brasileiro, a esse grande Senador que foi, inquestionavelmente, o Senador Marco Maciel.

Se possível, eu gostaria de consultar V. Exa., e pedir vênica aos companheiros e colegas Senadores, sobre se me permite fazer rapidamente a minha leitura deste relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu consulto o Plenário sobre se concordam com a inversão. (*Pausa.*)

O Senador Carlos Portinho, que é o Relator do primeiro item da pauta, está de acordo e igualmente o Senador Antonio Anastasia, que é o seu autor.

Fica, então, deferida a inversão de pauta para a leitura do parecer do item 4 de maneira prioritária. Antes, porém, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Luiz do Carmo.

**O SR. LUIZ DO CARMO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que me conceda a palavra ao fim da sessão para proceder à leitura do Requerimento 1.117, do ano de 2020, de minha autoria, para consignar em ata o voto de aplauso ao Governador de Estado, sob a Liderança do Governador Ronaldo Caiado, e ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Goiás e às Forças de Segurança Pública do Estado pela bravura e eficiência nas ações de captura e contenção do criminoso Lázaro Barbosa, na data de ontem, dia 28 de junho de 2021.

Após a publicação, solicito que seja encaminhado aos destinatários em nome deste Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Luiz do Carmo.

Fica garantida a fala a V. Exa., na lista dos oradores inscritos nesta sessão, para o pronunciamento de V. Exa.

Obrigado, Senador Luiz do Carmo.



Anuncio o item 4 da pauta.

Projeto de Resolução nº 38, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que denomina a Sala número dois da Ala Nilo Coelho do Senado Federal de Sala Marco Maciel. (*Pausa.*)

Imagino que haja uma emenda de redação: Sala Senador Marco Maciel.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 23 de junho, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

O projeto depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Jayme Campos para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Jayme.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o relatório.

Vem à análise do Plenário, em substituição às Comissões, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 38, de 2021, do ilustre Senador Wellington Fagundes, onde se dá a denominação da sala número dois da Ala Nilo Coelho do Senado Federal de Sala Marco Maciel.

Eu me honro muito quando me refiro ao nome de Marco Maciel, com quem eu tive o privilégio de convívio durante muitos anos, indiscutivelmente um dos maiores líderes políticos deste País.

O art. 1º estabelece a denominação referida na ementa, enquanto o segundo e último artigo determina a entrada em vigor da resolução na data de sua publicação.

A justificação apresenta breve súmula da vida pública de Marco Maciel.

Análise.

O PRS nº 38, de 2021, é apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife, no dia 21 de julho de 1940. Ainda quando estudante da tradicional Faculdade de Direito do Recife, o jovem Marco Maciel ingressa no ambiente de debate público, tornando-se, em 1963, Presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Pernambuco.

Embora tenha exercido, por algum tempo, a advocacia e se tornado Professor da Universidade Católica de Pernambuco, a vida de Marco Maciel foi essencialmente dedicada à atividade política. Filiando-se, com o início do regime militar, ao partido governista da Aliança Renovadora Nacional (Arena), é eleito Deputado Estadual em 1966 e Deputado Federal em 1970 e 1974. Com este último mandato, torna-se Presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 1977-1979. Neste mesmo ano de 1979, é indicado pelo Presidente Ernesto Geisel Governador de Pernambuco, exercendo seu mandato até março de 1982.

Permanecendo fiel a seu partido – que passara a se denominar Partido Democrático Social (PDS) em 1980 – até a sucessão presidencial em 1984, Marco Maciel torna-se um dos principais articuladores da transição para a democracia, criando a Frente Liberal, embrião do Partido da Frente Liberal, atual Democratas. Após apoiar a candidatura de Tancredo Neves, é conduzido ao posto de Ministro da Educação do Governo José Sarney e, em seguida, ao de Chefe da Casa Civil do mesmo Governo.

Deve-se destacar sua eleição, em 1994 e 1998, para Vice-Presidente da República, acompanhando, com discrição e a habitual lucidez política, os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Finda essa relevante contribuição à vida pública do País, Marco Maciel elege-se em 2002, pela terceira vez, Senador por Pernambuco, repetindo as conquistas obtidas nas urnas em 1982 e 1990. Nas legislaturas em que atuou no Senado Federal, Marco Maciel trouxe a contribuição de sua inteligência aguda e de sua vocação para o entendimento, também marcada pela elegância no trato com os oponentes. No ano de 2011, Marco Maciel deixa a vida pública, vindo a falecer no dia 12 de junho do presente ano, para consternação de seus amigos e admiradores.



A proposição apresenta-se adequada à espécie normativa da resolução, referente a matéria de competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal e do art. 213, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto a seu mérito, não há dúvida de que Marco Maciel, pela projeção e coerência de sua trajetória política, com extensa folha de serviços prestados ao País, merece a homenagem proposta. Foi um dos homens públicos mais completos de sua geração, com grandes demonstrações de equilíbrio, correção, lealdade e elevado preparo intelectual.

Julgamos oportuno oferecer emendas de redação, para alterar a ementa e o art. 1º, de forma que a denominação da sala, conforme a tradição da Casa, traga o título de Senador, além de alteração sintática.

Voto.

O voto é favorável ao PRS 38, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

Emenda Nº – Plen

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2021:

“Dá a denominação de Sala Senador Marco Maciel à Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal.”

Emenda Nº – Plen

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2021:

“A sala [...] dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, passa a denominar-se Sala Senador Marco Maciel.”

Concluindo, Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui a louvável iniciativa do ilustre e grande Senador Wellington Fagundes de propor que a Sala nº 2 leve o nome de Marco Maciel.

Tive o privilégio de conviver com Marco Maciel, meus caros amigos Senadores e Senadoras, desde a década de 80. Iniciei minha caminhada como Presidente do PDS aqui na minha cidade de Várzea Grande, em 1980, e tive a primazia de conviver com ele por muitos anos, sobretudo como seu colega Senador no meu primeiro mandato nesta Casa. Foi um dos homens mais honrados, mais capazes. Certamente, todos nós brasileiros nos orgulhamos de ter, no quadro da política brasileira, esse homem honesto, correto, que certamente deixa uma grande lacuna na política.

Portanto, Presidente, é com muito orgulho que eu relato esse projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes, que faz, com certeza, uma merecida homenagem ao ilustre e querido amigo Senador Marco Maciel.

Era o que tinha a dizer. **(Íntegra do Parecer nº 142/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

O parecer é favorável ao projeto de resolução, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pelo Relator. Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Está inscrito para discutir o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me chamou, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, Senador Esperidião Amin.

V. Exa. deseja discutir a matéria?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu



só gostaria de, na condição de quem teve o privilégio de acompanhar o mandato do Senador Marco Maciel entre 1991 e 1994, quando ele então foi candidato, pela primeira vez, à Vice-Presidência da República, congratular-me com o Relator e com o proponente.

Quero dizer que nós ficaremos muito honrados de, ao ler, de quando em quando, o nome de Marco Maciel, nos recordarmos do grande exemplo que ele deixou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Para discutir, Senador Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não poderia deixar de fazer o meu registro nesta justa homenagem que o Senado Federal presta à figura do homem público Marco Antônio de Oliveira Maciel. Governador de Pernambuco, Ministro de Estado, Senador da República, Vice-Presidente da República, Marco Maciel foi um dos mais extraordinários homens públicos do Brasil e do meu Estado.

Quero aqui registrar que ele trabalhou no Governo do meu tio, Senador Nilo Coelho, Governador de Pernambuco, foi Deputado Federal, tendo recebido votações expressivas da minha cidade de Petrolina, e foi um homem sempre muito dedicado às causas do homem do interior. Lembro-me do Projeto Sertanejo, inaugurado no seu Governo, voltado para enfrentar as questões do Semiárido pernambucano, como a ampliação da oferta de água, a construção de barragens, poços artesianos, levando apoio ao pequeno produtor rural.

Portanto, esta homenagem do Senado vai abrir uma página importante entre tantas homenagens de que Marco Maciel será alvo não só no Brasil, mas, de forma particular, no meu Estado, em Pernambuco. Ele servirá certamente de inspiração para as novas gerações pela sua lição de vida como homem público, sempre muito reto e sempre apostando no diálogo e no entendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O autor da proposição, Senador Wellington Fagundes, gostaria de discutir agora ou depois da aprovação? (*Pausa.*)

Depois.

Obrigado, Senador Wellington.

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com as Emendas n<sup>os</sup> 1 e 2, de redação.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar todos os companheiros, Senadores e Senadoras, e agradecer imensamente ao Senador Jayme Campos pelo brilhante relatório – ele, que também foi companheiro de partido do Senador Marco Maciel.

Eu quero dizer que o Senado da República acaba de aprovar projeto de resolução de minha autoria



em que homenageamos o grande brasileiro Marco Antônio de Oliveira Maciel, dando o nome dele à uma das salas de reunião desta Casa, aliás a sala mais importante da Ala Nilo Coelho.

O Senador Jayme Campos já enalteceu muito a vida dele e foi um grande admirador do Marco Maciel.

Na Assembleia Legislativa do seu querido Estado de Pernambuco; em dois mandatos na Câmara dos Deputados, que ele presidiu no biênio de 1977 a 1978; também no Governo de Pernambuco, no período de 1979 a 1982, momento que foi decisivo nas obras do complexo industrial e portuário de Suape; em três mandatos no Senado Federal, Marco Maciel imprimiu a sua marca; e também foi Vice-Presidente da República. Enfim, durante meio século, Marco Maciel iluminou a vida pública brasileira com o brilhantismo do seu sempre exemplar estilo de vida, para nós todos um exemplo de civilidade, de maturidade, de amor ao trabalho, muito respeito ao próximo e também de valorização do diálogo, que ele sempre protagonizou, também no Poder Executivo Federal, durante os períodos em que geriu o Gabinete Civil da Presidência da República e ainda no Ministério da Educação. Portanto, Marco Maciel foi um exemplo ainda de valorização da cultura e do saber, como atesta a sua condução à Academia Brasileira de Letras.

E aí, Sr. Presidente, eu, particularmente, juntamente com os homens públicos da minha geração, testemunhei seu talento e sua dedicação no desempenho de todos esses papéis. Por isso, acredito que o culto à memória de Marco Maciel é uma resposta positiva aos anseios dos jovens brasileiros em busca de inspiração para a nossa vida cívico-política.

E também, no Senado da República, que é o local mais apropriado para essa homenagem, foi onde Marco Maciel concebeu propostas relevantes para o nosso desenvolvimento institucional, como o projeto que se transformou na Lei de Arbitragem, a Lei nº 9.306, de 1996. E foi a partir daqui, daqui do Senado, que ele e seus companheiros articularam os entendimentos que deram origem à Frente Liberal, passo decisivo para a transição democrática, com a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República. E quero registrar que também foi aqui, aqui do Senado, que ele lançou a imaginação criadora da classe política e da opinião pública, o desafio de regulamentar a atividade de relações institucionais e governamentais dentro dos mais elevados padrões profissionais de transferência e responsabilização.

Além disso, a sala, agora batizada com o nome de Marco Maciel, localiza-se, como já disse, na Ala Nilo Coelho, outro eminente pernambucano, de cujo Governo o nosso homenageado foi Líder na Assembleia Legislativa. E o Senador Fernando Bezerra já registrou, inclusive, a grande votação que ele teve na sua cidade.

Enfim, Marco Maciel é aquele brasileiro de que o Brasil, especialmente, quero repetir, o Brasil jovem, precisa e merece conhecer a história. Seu pensamento, as suas atitudes são guias seguros para o desafio que se abre diante de todos nós: reconstruir o Brasil pós-pandemia, com trabalho, liberdade, responsabilidade e justiça social.

Portanto, a minha homenagem se estende à sua família, em especial à sua esposa, D. Ana Maria, companheira de vida inteira e apoio carinhoso, sobretudo na triste e sombria etapa final da vida luminosa de Marco Maciel.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que eu tinha Marco Maciel como meu ídolo. Tive oportunidades inúmeras de estar com ele e quero registrar que ele fazia questão de, em todas as correspondências, nas respostas, fazê-las nominalmente, por escrito, usando a sua caneta, com uma caligrafia linda, uma caligrafia com que parece que ele fazia um desenho ao assinar o seu nome. E ainda registro o homem discreto do qual eu tive a oportunidade de ouvir várias palestras. Numa delas, na Alemanha, ele, como Vice-Presidente da República, demonstrava o seu carinho, o seu respeito e a sua admiração pelo Presidente da República, enaltecendo o Presidente como uma figura de que o Brasil podia se orgulhar de ter como Presidente. Então, na humildade, principalmente na competência, na educação e em tudo que foi o exemplo



de Marco Maciel, por isso acho que essa solenidade, principalmente essa homenagem, é extremamente importante. Eu agradeço muito.

E aqui, em nome do Fernando Bezerra, o Líder nosso do Governo, que representa esse Estado, fica aqui a minha homenagem como uma pessoa que comecei na vida pública e já encontrei Marco Maciel nos dando exemplo de vida.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes, e cumprimento V. Exa., assim como o Senador Jayme Campos, por essa bela homenagem e justa homenagem ao grande homem público, o Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, minha fala vai diretamente para V. Exa. Eu quero agradecer a sensibilidade de V. Exa., assim como a do Senador Irajá, porque nós, juntamente com o Senador Humberto Costa, pedimos, solicitamos que, na data de ontem, Dia do Orgulho LGBTQIA+ o Congresso Nacional fosse iluminado com as cores do orgulho *gay*.

Eu quero fazer uma reflexão aos meus colegas – e é com um sentimento bastante transparente –, Senador Rodrigo Pacheco, porque para nós dessa população – costumo dizer que não somos minorias, somos maiorias minorizadas – a iluminação do Congresso Nacional é de muita importância porque ela está entrando numa Casa que, sistematicamente, nega direitos a essa população. Eu digo porque o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, o direito à adoção, o direito ao recebimento de pensão no caso de falecimento, o direito ao nome social, o direito à declaração de Imposto de Renda, a criminalização da homofobia e da transfobia equiparada ao racismo e, mais recentemente, o direito de doar sangue, todas essas conquistas se deram não pela via adequada, que é o processo legislativo, mas, sim, por decisão judicial.

Então, eu queria convidar os meus pares, Senadoras e Senadores, para que a data de ontem, o dia desse orgulho, seja uma data de reflexão para nós, políticos. Nós não podemos fechar as portas para essa população. Nós temos que entender que o Estado é laico e que o art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal é claro quando estabelece que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Agora, eu não posso achar razoável, crível, factível que todos esses direitos que eu pontuei não se deram pela via legislativa.

Eu convido a cada um dos Senadores e das Senadoras a fazer essa reflexão, porque não basta nós falarmos que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, se esta Casa, se este Senado Federal fecha literalmente as portas para todos os direitos dessa população. E isso eu digo para muito mais: fecha os direitos para os negros, para os pobres, para as mulheres, para os índios, para os quilombolas, para as pessoas com deficiências, para as pessoas que vivem com HIV. Então, é necessário que nós façamos um *mea culpa* ou ela inteira.

E peço mais um minuto de atenção a V. Exa., porque aqui estou com um misto de sensibilidade porque... Como eu falo para os meus alunos, num curso de Direito – há 22 anos que eu leciono – que a premissa, no Brasil, é de um Estado brasileiro igualitário, de que todos somos iguais perante a lei quando nós verificamos que todas essas conquistas se deram pela via do Poder Judiciário?

Não façamos isto! Tenhamos a coragem, a hombridade, a dignidade de dar vez e voz a todas essas pessoas! As pessoas, Sr. Presidente, perguntam quem somos nós, e eu digo: nós somos seus médicos, seus dentistas, seus policiais, seus professores, bombeiros, pedreiros, pintores, arquitetos. Nós somos seus contadores, seus administradores e economistas. Apenas pedimos que nos deixem existir, existir com dignidade, com igualdade, porque eu tenho fé em Deus que um dia eu vou usar esse momento para falar





com muito orgulho que nós vivemos, efetivamente, num Estado democrático de direito que assegura que todos somos iguais perante a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e ressaltos que esta Presidência não coaduna com qualquer tipo de discriminação, e não foi por outra razão que fizemos esta homenagem à vida, no dia de ontem, do orgulho LGBT.

Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Anuncio o Item 1 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, do Senador Antonio Anastasia, que regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União.

Perante a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4 e perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 13.

A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 23 de junho, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Carlos Portinho para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, Líder Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, meus caros colegas Senadores, em primeiro lugar, preciso agradecer, de viva voz, em público, ao Senador Anastasia, uma pessoa por quem eu já tinha grande admiração antes de ingressar no Senado Federal, e, na convivência, ainda maior é meu sentimento por ele e pela grandeza que é o Senador Anastasia, por sua importância para este Senado.

Por isto, em primeiro lugar, quero agradecer por esta relatoria, pedir desculpas ao nosso Senador Anastasia, porque entrou o Marco Legal das *Startups*, o Clube-Empresa, o certificado de vacinação, e eu realmente não consegui ainda me desdobrar. Ainda estou aprendendo com V. Exas. a lidar com tantos assuntos, e este era um a que eu queria me dedicar mais, assim como aos anteriores, porque sou advogado, porque vejo aqui, nesta iniciativa, uma grande reforma que o Senador Anastasia traz, a reboque, inclusive, da revisão da Lei de Licitações, que nos permite, com esse projeto, aproximar dos contratos públicos soluções de disputa que não necessariamente será o Judiciário.

No Brasil, a gente vem buscando caminhos de mediação, de arbitragem, e, neste caso específico, o *Dispute Board*, que é o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos.

O cidadão é que ganha no final com isso, embora a facultatividade da sua adoção. Mas vejo que para prefeituras, para Estados, contratos grandes ou contratos pequenos, é um meio de solução mais ágil, mais célere e com segurança jurídica, porque o projeto estabelece o requisito da especialização daqueles que vão compor os comitês de prevenção, assim como eventualmente se optar pelo caminho das câmeras arbitrais, de arbitragem.

E aqui abre também um mercado importante para esse setor da arbitragem, da mediação, que já vem se consolidando no País em muitos contratos privados e agora tem a oportunidade de ser inserido no âmbito da Administração Pública e nos contratos públicos.

E, quando eu digo que beneficia o cidadão, porque recentemente no meu Estado (*Falha no áudio.*) ... de uma via expressa já perdura há mais de três, quatro anos e no final a insegurança quem vive é o cidadão. Então, esses meios de disputa devem ser incentivados. E o projeto, Senador Anastasia, autor do projeto, traz essa possibilidade.



Então, vou aqui me dedicar ao parecer, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem à análise deste Plenário o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2018, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos celebrados com a União.

Peço vênua ao Presidente para ir direto para a análise, já que o parecer foi devidamente publicado e com antecedência, permitindo um amplo conhecimento por parte dos nobres pares, inclusive a razão do adiamento da sua apreciação da sessão anterior para esta.

Da constitucionalidade e legalidade, passando à análise.

A apreciação do PLS nº 206, de 2018, diretamente pelo Plenário desta Casa, encontra amparo no §3º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020.

Em relação à constitucionalidade material, também nada há a opor. O PLS teve o cuidado de respeitar os princípios expressos (CF, art. 37) e implícitos da Administração Pública, tomando especial cuidado para resguardar os preceitos de supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Não à toa, vários dispositivos tratam de impedimentos dos membros dos Comitês – que, de resto, são aplicáveis apenas aos contratos que têm por objeto direitos de natureza patrimonial e disponível (como concessões, permissões, prestações de serviços, etc.). Exceção seja feita, apenas, ao art. 9º, que, ao impor prazo para que o Executivo regule a lei, viola os arts. 84, IV e 2º, da Constituição, conforme a orientação do Supremo Tribunal Federal. Citamos, por exemplo, o que foi decidido pela Corte nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.436, 2.393 e 3.394, motivo pelo qual estamos apresentando emenda supressiva desse dispositivo.

A tramitação seguiu os ritos do Regimento Interno do Senado Federal, motivo por que se pode afirmar sua regimentalidade e juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer. Então, vamos ao mérito.

Quanto ao mérito, só elogios a tecer. Os ganhos de segurança jurídica e de eficácia são inegáveis – inclusive com o efeito benéfico de evitar a judicialização de contratos administrativos, fato duplamente indesejável (por afogar o Judiciário em demandas e por comprometer a continuidade do serviço público). Aliás, o PLS se inspira na experiência internacional, nos chamados *dispute boards*, e em legislação do Municípios de São Paulo, que tem colhido bons frutos com a instituição desse tipo de instrumento.

A literatura especializada tem apontado as grandes vantagens do instituto, que se amolda às modernas diretrizes do Direito Administrativo consensual e vem sendo amplamente utilizada no Direito Comparado. A proposição vem inclusive na direção de vários outros diplomas legais aprovados por este Congresso Nacional, como o Código de Processo Civil, a Lei de Arbitragem e a Lei de Mediação, conforme anotado na própria justificação do PLS.

Ainda quanto ao mérito, entendemos que alguns dispositivos podem ser aperfeiçoados, o que fazemos por meio de emendas tão somente, a seguir explanadas.

Avaliamos imperioso, em nome da clareza, amplitude, assertividade e efetividade da futura lei, duas alterações no art. 1º.

A primeira delas atine a não limitar o alcance da futura lei a contratos ditos continuados. A Lei nº 14.133, de 1º de abril deste ano, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, previu a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em quaisquer contratos por ela regidos, dentre eles, comitês de resolução de disputas.

Assim, havemos por bem que a norma em gestação também torne viável o emprego dos comitês de que trata em todos os contratos. Isso inclusive foi uma sugestão do governo, em reunião com as assessorias.

Em consequência, impõe-se também propor subemendas às Emendas 1 e 3, do Senador Rodrigo



Pacheco, com o fito de excluir respectivamente os seguintes trechos da ementa e do art. 1º por elas propostos – entre aspas: “administrativos continuados que menciona,” e “administrativos continuados”.

Além disso, a mutabilidade de contratos administrativos é matéria de reserva legal, e a proposição não prevê que contratos assinados antes da publicação da lei intentada – atos jurídicos perfeitos – poderão ser aditados para preverem a constituição dos comitês. Avaliamos benfazejo que exista essa possibilidade, mas para isso deve haver comando legal expresso.

Acrescentamos dois parágrafos ao art. 2º, de forma a evidenciar:

i) o dever de os comitês fundamentarem suas decisões, além de facultar que as recomendações sejam objeto de compromisso, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei 4.657, de 4 de setembro de 1942; e

ii) o respeito ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário e, havendo convenção nesse sentido, do acesso à arbitragem, trazendo maior segurança jurídica na adoção dos comitês, também acolhendo sugestões de instituições a quem consultamos, e não foram poucas, e do Governo.

Apesar de o art. 3º da proposição fazer referência a instituições especializadas, não há definição sobre que tipo de especialização se trata. Havemos por bem defini-las por meio de acréscimo de parágrafo ao artigo, bem como estabelecer, no caso de conflito entre as regras previstas no contrato e as da instituição especializada adotadas como paradigma, a prevalência daquelas sobre estas.

Com vistas a conferir maior segurança jurídica aos contratantes, altera-se o art. 5º para que, obrigatoriamente, dois dos integrantes do comitê possuam reconhecido saber na área objeto do contrato, o que é muito importante para as suas deliberações, sem indicação de profissões preferenciais – sem indicar profissões preferenciais –, e um seja advogado com reconhecida atuação jurídica na área objeto do contrato.

Igualmente, propomos aperfeiçoar a redação do art. 7º, adequando-o à Lei nº 13.655, de 2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A alteração evidencia que tanto os membros do comitê, este no exercício de suas funções ou em razão delas, quanto os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito pelo comitê ou derem cumprimento a recomendação ou decisão somente poderão ser responsabilizados quando agirem com dolo, culpa grave ou mediante fraude.

A última modificação oferecida por este Relator é que seja facultado às partes contratantes, consensualmente, e desde que haja previsão neste sentido no edital e no contrato, substituir o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas por câmara de arbitragem, observado o que prevê o art. 8º quanto à remuneração.

Finalmente, tratemos das Emendas.

Acolhemos a Emenda nº 1, do Senador Rodrigo Pacheco, uma vez que aperfeiçoa a proposição, ampliando seu alcance. Dessa maneira, serão adaptados a ementa e o art. 1º do PLS, de modo que o regramento nele contido atinja todos os entes da Federação. Vale lembrar, aliás, que o próprio autor das emendas já embasou sua constitucionalidade, uma vez que a União está, nesse caso, instituindo normas gerais sobre licitações e especialmente contratos, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal. Todavia, consoante explicado anteriormente, propomos subemendas para que se excluam da nova ementa e do novo *caput* do art. 1º, respectivamente, “contratos continuados que menciona” e “administrativos continuados”.

A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor.

A Emenda nº 3, corolário da Emenda nº 1, também lapida a futura lei e conta com nossa aquiescência.

Por outro lado, opinamos pela rejeição da Emenda nº 4. As estatais brasileiras – inclusive aquelas que atuam em regime de concorrência – são das maiores litigantes do Judiciário, de modo que sua exclusão do regramento ora proposto pode claramente enfraquecer os impactos positivos da legislação que se está a criar. Ademais, os *dispute boards* são instrumentos facultativos que melhoram a governança corporativa e



a gestão de risco das empresas, motivo por que consideramos recomendável mantê-los na previsão ora discutida frisando a sua facultatividade.

Quanto à Emenda nº 5, do Senador Izalci, postamo-nos pela sua rejeição por se contrapor a uma premissa adotada na gênese da proposição que julgamos necessário manter: não ser obrigatória a criação do comitê. Não obstante, acatamos em nosso relatório, pelos fundamentos anteriormente expostos, a ideia contida no §6º que a emenda do Senador Izalci pretendia incluir no art. 1º. Conforme indicamos, apresentamos emenda para franquear, mediante acordo entre as partes, aditamento de contrato assinado anteriormente à publicação da futura lei, de maneira que passe a contemplar a possibilidade de utilização de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas, desde que acordado em aditamento.

A rejeição da Emenda nº 6 se impõe pela lógica. Fundamentos anteriormente declinados neste relatório indicam a inconstitucionalidade de se definir prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei.

A Emenda nº 7 também não merece acolhida. Segundo a nossa percepção a ampliação do número de membros do comitê encareceria a contratação, e o objetivo do projeto é exatamente prover meios menos onerosos de solução de conflitos. Entendemos que o número ímpar de três integrantes, com a forma de escolha originalmente estipulada, garante paridade de armas entre Poder Público e contratante, decisões justas e menores custos possíveis para a adoção do modelo. Ainda sobre a Emenda nº 7, aquilatamos que, no mérito, a substituição de “preferencialmente” por “obrigatoriamente” no *caput* do art. 5º está contemplada na emenda deste Relator que modifica esse artigo.

Igualmente, rejeitamos as Emendas nºs 8 e 9.

Sendo a adoção dos comitês uma faculdade, não vemos necessidade de uma *vacatio legis* de 120 dias, conforme prega a Emenda nº 8. Caso o órgão ou a entidade da administração pública não se perceba apta a operacionalizar o comitê em determinada avença, simplesmente não o fará, por ser facultativo.

Alicerçados nos mesmos fundamentos para não abraçarmos a Emenda nº 7, peço escusas à digna Senadora Rose de Freitas ao rejeitar a Emenda nº 9. Uma novidade da emenda seria a participação no colegiado ser qualificada como serviço público relevante, sem remuneração. Com as devidas vênias, não vemos como operacionalizar os comitês com reconhecidos especialistas sem remunerá-los. E aqui faço um comentário próprio. Não acredito em trabalho sem remuneração, não acredito em compromisso sem remuneração, não acredito em responsabilidade sem remuneração, diante da responsabilidade que há nos contratos administrativos que envolvem serviços públicos e outras relações do Poder Público e que têm como destinatário final o cidadão. É importante, sim, a remuneração, pois, se o caminho optado for a câmara de arbitragem, a câmara arbitral, nela haverá remuneração. Então, é uma questão de previsão. Não vejo nenhum prejuízo. Ao contrário, acho positiva a remuneração dos membros do comitê.

Posicionamo-nos pela rejeição da Emenda nº 10, do Senador Mecias de Jesus. As disposições que pretende incluir já estão contempladas na referência feita às disposições do Código de Processo Civil no *caput* do art. 6º. O projeto original faz referência aos casos de impedimento e suspeição dos juízes, que coincidem com as sugestões constantes na emenda do Senador Mecias (arts. 144 a 148).

Não acatamos a Emenda nº 11, igualmente aviada pelo Senador Mecias de Jesus, pois os princípios por ela incluídos, na verdade, já estão contemplados no projeto e em outras emendas. O princípio da decisão informada, por exemplo, está presente na redação proposta por este Relator para o *caput* do art. 2º, pela qual, sob pena de nulidade, recomendações e decisões deverão sempre apresentar seus fundamentos.

No que tange à Emenda nº 12, do Senador Rogério Carvalho, entendemos que ela aprimora o texto da proposição. Contudo, verificamos ser exíguo o prazo de 10 dias corridos, contados do registro do conflito ou controvérsia, para que o comitê entre em funcionamento. Concebemos que o prazo de 30 dias originalmente previsto é mais adequado. Desta feita, acolhemos a emenda na forma de subemenda. Outrossim, adota-se a regra geral de que o comitê será dissolvido depois de proferir deliberação, mas



abrimos a possibilidade de que o edital e o contrato prevejam em sentido contrário – o comitê permanente.

Por fim, acolhemos a Emenda nº 13, do Senador Luiz do Carmo – e agradeço. O comando incluído sana quaisquer dúvidas e evita interpretações escatológicas, que advoguem pela permanência de um membro que não poderá atuar.

O voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 206, de 2018, das Emendas nºs 1, 3 e 12, na forma das subemendas abaixo oferecidas, e pela aprovação da Emenda nº 13; pela rejeição das Emendas nºs 4 a 11; e pela aprovação das demais emendas acima detalhadas e disponibilizadas no relatório publicado.

Mais uma vez, elogio a iniciativa do Senado Antonio Anastasia, com quem eu muito aprendo aqui como advogado: realmente, uma iniciativa fantástica para abreviar as disputas, a guerra de liminares e trazer maior segurança jurídica aos contratos e ao cidadão que toma o serviço.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (**Íntegra do Parecer nº 143/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

O parecer é favorável ao projeto e à Emenda nº 13, favorável às Emendas nºs 1, 3 e 12, na forma de subemendas, com as Emendas nºs 14 a 20, do Relator, e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discuti-la, concedo a palavra ao seu autor, o Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco.

De maneira bastante breve, em primeiro lugar, eu quero fazer um forte agradecimento ao eminente Senador Líder Carlos Portinho pelo relatório, que muito aperfeiçoou o meu projeto. Agradeço demais o seu empenho, a sua dedicação, as muitas reuniões que fez e o esmero que teve neste projeto, que, para nós do mundo jurídico, é relevante, é inovador, é até corajoso.

Nós acabamos de aprovar recentemente a nova Lei de Licitação, que também contém um dispositivo semelhante, ainda que genérico.

Este projeto, que apresentei em 2018, se inspira numa lei municipal de São Paulo, que já prevê esses comitês, que já funciona bem, que é uma experiência internacional recomendada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Estamos lutando sempre para tentar compor os conflitos de maneira extrajudicial, diminuindo o número de ações que, de fato, oneram, atrasam, encarecem e levam essa insegurança jurídica, que tem sido um grande pavor e temor dos investidores e empreendedores no Brasil. O objetivo aqui é permitir que, nesses contratos, comitês de especialistas possam solver as controvérsias antes de ingressarem em juízo, evitando o ingresso em juízo.

Sr. Presidente, agradeço igualmente a V. Exa. que apresentou emendas na fase inicial do projeto, que muito também contribuíram para o seu aperfeiçoamento.

E, ao final, agradeço mais uma vez ao eminente Relator, o Senador Carlos Portinho, pela dedicação que ele ofereceu a este projeto, que, de fato, é um projeto que me parece inovador.

E peço, encarecidamente, o apoio dos pares à sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Carlos Portinho, se me permite, como autor de emendas a este projeto, eu gostaria apenas que V. Exa. pudesse declinar exatamente como ficou o texto do art. 1º do projeto, porque V. Exa. parece-me que



rejeitou algumas emendas e acolheu outras. Então, apenas como ficou o art. 1º? (*Pausa.*)

O Senador Carlos Portinho está conectado? (*Pausa.*)

O Senador Carlos Portinho, parece-me, teve um problema na conexão: parece que travou o áudio, o vídeo... (*Pausa.*)

O Senador Carlos Portinho restabeleceu a conexão.

Senador Portinho, não sei se V. Exa. me escutou...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É em relação ao art. 1º.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. pode declinar como ficou a redação do art. 1º?

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O texto final. Um instantinho só aqui que eu vou pegar para fazer já a leitura do texto final. Espere um instante. (*Pausa.*)

O art. 1º... Sr. Presidente, está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, perfeitamente, Senador Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – É que eu tive que abrir aqui a página – me desculpe.

O instrumento convocatório de licitação e o contrato administrativo poderão prever a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis em contratos de administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O "poderão" deixa clara a facultatividade – não sei se era nesse aspecto, Sr. Presidente, que V. Exa. direcionou a sua intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Portinho. Agradeço a V. Exa. por ter acolhido a sugestão. Mesmo com a rejeição das emendas, o texto, então, fica bem a contento. Cumprimento V. Exa. pelo parecer.

Não há mais oradores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques a esta matéria.

Votação do projeto, das emendas e das subemendas, nos termos do parecer, em turno único.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu indago se podemos fazer uma orientação geral neste projeto do voto "sim", se há alguma objeção nesse sentido, se alguém deseja fazer orientação contrária ao voto "sim". (*Pausa.*)

Portanto, não havendo objeção, determino à Secretaria-Geral da Mesa que aponha a orientação de voto "sim" a todos os partidos, bem como à Maioria, à Minoria, ao Governo, à Oposição e à Bancada Feminina.

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.



Passamos à lista dos oradores.

Oradores remanescentes da sessão do dia 23/06 – iniciamos por essa lista remanescente. A primeira oradora inscrita é a Senadora Nilda Gondim.

Senadora Nilda Gondim, V. Exa. está inscrita para poder fazer o seu pronunciamento.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, mas, no momento, pode passar para outro Senador, Sr. Presidente. Eu só tenho que cumprimentá-los e agradecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito obrigado, Senadora Nilda Gondim.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, a pandemia está nos mostrando a gravidade de se escolher um governante que não tenha compromisso com a vida, nem com a dignidade humana e nenhum compromisso com o meio ambiente.

Infelizmente, foram necessários mais de meio milhão de óbitos de brasileiros e brasileiras para que se mostrasse à sociedade e todo o povo visse a importância da enfermagem na vida de todos nós. Desde o nascimento até a nossa morte, a enfermagem está presente.

Infelizmente, nós estamos vendo que se fizeram necessárias a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19 – mortes evitáveis – e a formação de uma CPI para mostrar a importância da estabilidade dos servidores públicos. E a gente viu que um servidor público, porque tinha estabilidade, pode denunciar.

Infelizmente, tivemos que ver mais de meio milhão de pessoas mortas neste País pela Covid-19 para mostrar que o Presidente da República não só não seguiu a ciência como também autorizou a compra de vacinas sem o certificado da Anvisa e mais com as supostas suspeitas de superfaturar.

Colegas Senadores, eu queria dizer aqui hoje o fato de a maioria dos brasileiros tomar conhecimento de que seus entes queridos morreram de morte evitável, porque o maior governante do País não aceitou as medidas protetivas não farmacológicas, como não aglomerar, o distanciamento físico e o uso de máscara, como também não comprou as vacinas no tempo hábil...

Isso está mostrado, gente! A CPI mostrou isso. Isso dói profundamente em cada um do povo brasileiro.

E mais: temos aí 45 mil órfãos da Covid-19.

Obrigada, Sr. Presidente.

Uma responsabilidade do povo brasileiro nas suas escolhas dos seus dirigentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Próximo orador inscrito, o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu fico sempre muito feliz quando falo depois da Senadora Zenaide Maia. Não posso deixar de fazer minhas as suas expressões de preocupação, que ela já tinha relatado no início da sessão, em nome da Comissão da Covid, em nosso nome, a respeito deste outro universo que está exigindo políticas públicas que são os órfãos, os órfãos da Covid – ou do Covid, se preferirem.

Eu só queria realçar que, na última sexta-feira, tivemos uma visita muito proveitosa do Presidente da República ao oeste de Santa Catarina, ocasião em que ele se encontrou com empresários, visitou a grande cooperativa exportadora de proteína animal Aurora, que congrega 11 cooperativas, e também deu a sua atenção àquele pedido que eu havia feito na semana passada de solicitar que o seu Governo – ou que determinasse alguém no seu Governo para isto – coordene a avaliação da situação jurídica e de direito,





portanto, dos órfãos da Chapecoense, no acidente da Chapecoense. O Presidente da República visitou a Associação Chapecoense de Futebol. E eu tenho a esperança de que ele venha a designar um assessor do seu *staff*, conforme foi solicitado urgentemente por mim, pelos que lá estavam presentes, inclusive o Senador Jorginho Mello estava presente, pelo atleta Neto. Tive ocasião de mencionar os esforços que os Senadores, tanto da CPI quanto os Senadores da Comissão de Relações Exteriores, então presidida pelo Senador Nelsinho Trad, já haviam feito em prol desta causa. E estou aqui não para agradecer ainda – agradeço a atenção –, mas para reafirmar o pedido de que o Presidente designe um assessor seu para coordenar este levantamento da situação jurídica incompleta como está, inconclusa nas suas deliberações e consecuições, para que se possa estabelecer segurança jurídica e conforto para as famílias e para a própria Associação Chapecoense de Futebol, que teve a honra de receber a visita do Presidente Jair Bolsonaro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Registrado o pronunciamento de V. Exa., e será dada sequência pela Presidência na linha do que V. Exa. solicitou.

O Senador Paulo Paim é o próximo orador inscrito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Cumprimento-o, Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, e todos os Senadores e Senadoras, autores como também os Relatores. Um abraço ao Senador Anastasia, Carlos Portinho, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Angelo Coronel.

Presidente, quero também me somar à homenagem que esta casa fez hoje ao grande Senador, e digo com orgulho, meu amigo, Vice-Presidente da República Marco Maciel, que perdemos.

Presidente, temos importantes projetos na pauta; entre eles, o Programa Computadores Para Inclusão. A pandemia, todos sabem, piorou o cenário da falta de acesso à escola, computadores, *tablets*, celulares e internet para os estudantes e jovens. O ensino a distância, no Brasil, é totalmente precário. A Unicef aponta que, em novembro de 2020, 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos ficaram à margem da educação. Outros 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso à atividade e não conseguiram estudar em casa – veja, quase 4 milhões.

Mas, enfim, senhores e senhoras, a Covid-19 agravou o cenário de pobreza, de miséria, no Brasil. São quase 15 milhões de famílias nessa situação, o que representa cerca de 60 milhões de pessoas. A fome é uma realidade, ela se alastra. Falam que são 15, 20 milhões de desempregados. Eu poderia dizer que são 6 milhões de desalentados, 27 milhões sem renda ou com renda parcial e 110 milhões com insegurança alimentar. É triste a realidade dos sem-teto: o déficit habitacional é de 6 milhões de casas ou apartamentos. Temos ainda 26 milhões de residências inadequadas. A conta de luz, agora, foi elevada em 52% da bandeira vermelha – o aumento vai valer em julho. Eletrobras privatizada, podemos ter apagão, voltam os tempos de lampiões e da luz de vela – tomara que não.

Para enfrentar essa triste realidade, Presidente, esta Casa deveria aprovar o PL nº 4.194, que regulamenta a lei da Renda Básica de Cidadania, universal, que foi, na verdade, o projeto do Eduardo Suplicy, aprovado há 17 anos, mas que não foi regulamentado. Se for aprovado o projeto que a regulamenta, tiraremos do mapa da fome milhões de brasileiros.

Presidente, quero também destacar que o Brasil, infelizmente, continua chamando a atenção do mundo pelo racismo. Michelle Bachelet, chefe dos direitos humanos da ONU, aponta, em relatório atual, racismo sistêmico no Brasil e cita os assassinatos. Eu poderia citar dezenas: Luana Barbosa, João Pedro Matos, Marielle Franco, o Beto, lá em Porto Alegre...

Presidente, precisamos aprovar medidas educativas e punitivas; entre elas, o PL nº 5.231, abordagem policial; e nº 4.373, que tipifica o crime de injúria racial como crime de racismo. No Brasil, a cada 23



minutos, um jovem negro é morto.

Lembro que perdemos agora – para concluir, Presidente: o nosso querido ex-Senador José Bisol, um humanista, defensor dos direitos humanos, que combatia todo tipo de preconceito e racismo. Vida longa aos seus ideais de justiça, liberdade e democracia, por um Brasil com direitos e oportunidades iguais para todos, é o que ele defendia.

Estamos encaminhando à Mesa, Presidente – e termino –, um voto de pesar a meu grande amigo e inesquecível Senador José Paulo Bisol.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes é o próximo orador.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, já ouvi outros pesares, e eu gostaria também de, com muito sentimento, registrar o passamento de um dos grandes amigos que tive na vida, que foi Antonio Estolano.

Na minha primeira campanha, em 1990, como Deputado Federal, quando eu ainda era um neófito, não conhecia, nunca tinha enfrentado uma campanha eleitoral, foi exatamente o Antonio Estolano que me orientou como uma grande liderança política de Rondonópolis e da região.

Eu quero registrar, inclusive, que o Antonio Estolano foi uma das grandes lideranças políticas e também empresariais da minha cidade natal, Rondonópolis. Ele foi o empreendedor da primeira empresa telefônica da cidade de Rondonópolis, implantando os primeiros telefones à época. Depois, também ele foi o grande idealizador de um dos maiores clubes do Centro-Oeste brasileiro, que é o Caiçara Tênis Clube, também na minha cidade de Rondonópolis. Foi também o diretor do nosso time da cidade, o União Esporte Clube. Estolano também pertenceu aos clubes de serviços, ao Rotary, incentivando também a nossa Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis. Onde havia uma ação social, sempre estava o Estolano à frente. Onde havia o empreendedorismo, sempre estava Antonio Estolano à frente.

Por isso, em nome da sua família, da sua companheira também, Maria de Lourdes, que foi uma pessoa extremamente dedicada às obras sociais, quero também falar dos seus filhos, de toda a sua família.

O Antonio Estolano ainda foi o primeiro empreendedor do transporte coletivo da minha cidade, a empresa Transcol, a primeira empresa de transporte coletivo da cidade.

Portanto, eu quero aqui dizer que Antonio Estolano era dono de um carisma, um homem sério, muito duro, muito enérgico, mas que sempre tratou seus negócios com muita honradez.

Então, por isso eu quero saudar aqui a família do Antonio Estolano, em nome de toda a sociedade rondonopolitana, porque perde hoje um grande homem, uma grande liderança.

Ainda quero registrar também o passamento de um outro grande amigo, Quincas Amaral, outro empreendedor da minha cidade.

Claro, toda a cidade de Rondonópolis, hoje, está enlutada.

Concluo aqui, Sr. Presidente, pedindo a V. Exa., usando o meu tempo também, porque nós temos um requerimento, a possibilidade de V. Exa. colocá-lo em votação. O Senador Confúcio Moura, que é o Presidente da Comissão da Covid, disse que já tinha tratado deste requerimento, de autoria do Senador Confúcio Moura e também de todos nós da Comissão, que trata exatamente da prorrogação da Comissão Temporária de Acompanhamento da Covid-19 por 120 dias.

Mais uma vez, registro aqui e agradeço o apoio de todos para a aprovação do projeto de lei de minha autoria que autoriza as indústrias do agro, a indústria de saúde animal, a indústria de vacinas



veterinárias a também produzirem vacinas contra a Covid, principalmente neste momento que estamos vivendo, a dificuldade que o Brasil está enfrentando, o número alarmante de mortes. É extremamente importante que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, possa sancionar o mais rápido possível. Tenho conversado, inclusive falei com a Ministra da Agricultura, com o Ministro da Saúde. Tenho certeza de que o Presidente vai sancionar e nós haveremos de produzir vacinas em quantidade suficiente, até o final do ano, para vacinar todos os brasileiros.

Parabenizo a Fiocruz, o Butantan também por estarem perseguindo, além do Ministério da Ciência e Tecnologia, com as pesquisas brasileiras, ou seja, produzir vacina brasileira para vacinar todos os brasileiros e ainda ajudar outros países do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Dirijo-me a V. Exa., ao Senador Confúcio Moura e a todos os membros da Comissão de Acompanhamento da Covid, cujo prazo vence amanhã, de finalização.

Então, submeteremos ao Plenário a votação da prorrogação da Comissão de Acompanhamento da Covid ainda hoje, como item extrapauta. Assim que votarmos esse projeto que está sendo submetido à votação nominal, apreciaremos esse requerimento.

Estamos em processo de votação nominal.

Ainda faltam votar: Senador Renan Calheiros, Senador Cid Gomes, Senador Weverton, Senadora Soraya Thronicke, Senador Zequinha Marinho, Senador Humberto Costa, Senador Ciro Nogueira, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Chico Rodrigues, Senador Telmário Mota, Senador Jorginho Mello, Senador Irajá.

Próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, mesmo antes da pandemia, a necessidade de criação, em diversos países, de bancos de desenvolvimento para fomentar o financiamento de longo prazo se revelou uma necessidade vital. Esses empréstimos das instituições de desenvolvimento foram essenciais para viabilizar, em condições adequadas e de custo e de prazo, os investimentos a setores que incluem ciência, tecnologia e inovação. Isso somente foi possível porque essas instituições contaram com fundos ou tiveram acesso preferencial ao mercado de capital com títulos garantidos pelo Governo ou isentos de impostos. O Brasil, como sabemos, é sócio fundador do banco do Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e a África do Sul – desde 2014. Já o acordo constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, AIIB, foi assinado pelo Brasil, juntamente com outros 49 países, em 29 de junho de 2015. Todos os membros do Brics são fundadores do AIIB, assim como os países Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Áustria. A sede fica em Pequim, na China, e possui um capital de 100 bilhões e já conta com autorização para chegar a 180 bilhões. O banco asiático é, portanto, uma das maiores instituições multilaterais de desenvolvimento do mundo e possui também um conjunto de 57 países-membros também Alemanha, Reino Unido, Portugal, Itália, África, Índia e outros e mais 25 países possíveis.

Por isso, hoje, eu venho a esta tribuna, Presidente, apoiar a integralização pelo Brasil da sua participação no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. O nosso País precisa promover urgente a integração de 50 ações equivalentes a US\$1 milhão para concluir a sua coparticipação como membro fundador.

Essa participação, Presidente, permitirá ao nosso País ter acesso a novas fontes de financiamento a um custo de captação mais competitivo para projetos de infraestrutura, diversificação da estrutura produtiva, aumento de competitividade e melhora nos padrões de vida da população, alavancando, de início, financiamentos da ordem de 350 milhões.



Considerando o valor estratégico da medida, solicito ao Poder Executivo Federal que proceda à referida integralização de capital, que permitirá às instituições financeiras de desenvolvimento nacional ampliarem a sua contribuição para os esforços de superação de dificuldades econômicas.

O Brasil já cumpriu três etapas, só falta uma. Então, eu quero fazer aqui, Presidente, um apelo ao Sr. Ministro Paulo Guedes e aos Ministros da Infraestrutura e do Itamaraty que ajudem a cumprir essa etapa fundamental neste caminho para o desenvolvimento. Peço também ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, que edite o mais rápido possível o decreto para que possamos concluir esse acordo do banco asiático e trazer recursos para a retomada do crescimento, gerando renda e emprego em nosso País.

Conto com V. Exa. também, Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Estamos em processo de votação nominal e, após o próximo orador, encerraremos a votação.

Próximo orador inscrito, Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o senhor, todas as Senadoras e Senadores na tarde de hoje e todos os brasileiros e brasileiras que acompanham os nossos trabalhos acessando os veículos de comunicação e as mídias sociais do Senado Federal.

Sr. Presidente, à medida que a vacinação avança em nosso País, diminuem os casos graves de Covid-19, e é esta a boa notícia que gostaria de compartilhar hoje com todos vocês.

Quero falar sobre a importância da vacina e reafirmar que todas elas têm a capacidade de salvar muitas vidas, e estão salvando. Um bom exemplo é o que está acontecendo no Município de Botucatu, no interior de São Paulo.

Ontem, a imprensa noticiou que a vacinação em massa realizada naquela cidade paulista foi responsável por uma queda de 71,3% no número de novos casos de Covid-19. A prefeitura local informou que a média móvel registrada na semana de 20 a 26 de junho ficou em 283 casos diários. Na semana epidemiológica encerrada em 6 de junho, 14 dias antes da campanha de vacinação, que atingiu mais 65 mil moradores com idade de 18 a 60 anos, a quantidade de casos havia chegado a 988 casos diários. A realidade constatada em Botucatu é um reflexo do que já vem sendo observado em todo o mundo. As estatísticas comprovam que onde a vacinação está avançada há uma significativa redução no número de casos e, principalmente, de mortes.

Os Estados Unidos, que já vacinaram mais de 53% da população acima de 12 anos de idade, são um bom exemplo. Dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças norte-americano revelam que, das 18 mil mortes por Covid registradas em maio, apenas 150 foram de pessoas que tomaram as duas doses da vacina. Ou seja, mais de 99% dos óbitos em decorrência da doença se concentraram em pessoas não imunizadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, lamentavelmente, o Brasil ainda está bastante longe de alcançar a cobertura vacinal registrada nos Estados Unidos. Mesmo assim, a pandemia já dá sinais de desaceleração aqui, no nosso País. Ontem, de acordo com o balanço do Consórcio de Veículos de Imprensa, que utiliza dados das secretarias estaduais de saúde, o Brasil registrou a menor média móvel de mortes por Covid desde março. Melhor ainda: nenhum Estado apresentou alta na quantidade de óbitos. No Distrito Federal, como exemplo, a média móvel de óbitos caiu em 38%. A redução ocorreu mesmo que apenas 12,9% da população brasileira tenham tomado as duas doses da vacina contra a Covid ou a dose



única. A primeira dose já foi aplicada em 33% dos brasileiros.

O Brasil ainda está muito distante do patamar ideal da vacinação. O principal fator, claro, todos nós sabemos, é a escassez de vacinas. Porém, mesmo com essa carência, lamentavelmente, há registros de pessoas que estão se recusando a receber o imunizante e outras que procuram escolher a vacina de um fabricante X ou Y. O fenômeno tem como um dos motivos a difusão de *fake news* em grupos de WhatsApp e em redes sociais.

As autoridades sanitárias esclarecem que não é possível escolher qual vacina receber.

Eu, inclusive, na semana passada, tomei minha primeira dose, me imunizei, fui lá super feliz, não escolhi vacina, porque não temos que escolher, e foi um momento muito especial para mim, Sr. Presidente.

Recusar-se a ser imunizado com a vacina disponível é assumir o risco de permanecer vulnerável e de se infectar pelo novo coronavírus. Além disso, a vacinação não é apenas uma proteção individual, mas uma questão de saúde pública. Quem recebe o imunizante se protege e, ao mesmo tempo, protege as pessoas próximas. Quanto mais vacinas forem aplicadas, independentemente da marca do fabricante, menor o risco de contaminação. Do ponto de vista pessoal, não faz diferença se vacinar com um ou outro imunizante, mesmo que eles tenham eficácias diferentes. O importante é ampliar o mais rapidamente possível a quantidade de pessoas vacinadas para controlar de vez a pandemia.

Por isso, eu gostaria de recomendar para todos que nos ouvem neste momento que não falem ao chamado da saúde pública quando chegar a sua vez de receber o imunizante. Você estará fazendo um bem a si próprio, à sua família, às pessoas a quem ama e a toda a coletividade. Participar desse grande esforço de vacinação, Sr. Presidente, é um ato de amor a si próprio e ao próximo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Vacina para todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Vacina para todos!

Muito obrigado, Senadora Leila Barros.

Passo a palavra, pela Liderança do Governo, à Senadora Soraya Thronicke para um esclarecimento quanto à orientação do Governo nesta votação.

Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, em relação à votação do PL 206, eu recebi a orientação de votar "não", e agora tentei esclarecer com o Líder Fernando Bezerra; não consegui falar com ele. O Líder Eduardo Gomes também não sabe qual é o motivo da mudança.

Eu gostaria de saber se algum Vice-Líder conversou com o Senador Fernando Bezerra para que ele tivesse mudado a orientação, para eu votar conforme foi determinado, porque no painel a orientação do Governo está "sim", e o que eu recebi é "não", justamente porque temos impacto orçamentário.

Senador Carlos Portinho, o senhor tem notícias sobre isso? Porque no grupo de assessores a orientação continua "não".

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

O Senador Carlos Portinho pede a palavra.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente, Exma. Sra. Senadora Soraya, esse projeto conta com o apoio do Governo desde a semana passada, quando estava pautado.



Hoje, poucas horas antes do início da sessão, houve aí uma mudança. Nós, minha assessoria procurou convergir, discutir, debater com a assessoria do Governo. Eu mesmo conversei com o assessor Juliano, com o Ministério da Economia. Por quê? Onde eram os dois pontos, Senadora Soraya, em que o Governo tinha uma recomendação para que fosse feita uma alteração no texto?

O primeiro deles dizia respeito àquele artigo em que é prevista uma remuneração para os membros do comitê que vai solucionar os conflitos, desse *dispute board*. Eu, particularmente, até fiz a defesa do projeto com ênfase no meu posicionamento: é lógico que tem que ser remunerado; isso é trabalho! A gente vai botar na mão de um comitê contratos, a vida do cidadão, que no final é o tomador do serviço. É preciso que haja um comprometimento.

É lógico que a gente pode imaginar esse comprometimento natural do servidor ou do profissional, do advogado indicado, mas sem a remuneração... Assim, as experiências que eu vivi na minha vida sem remuneração não foram as melhores. Isso não é uma comissão de licitação. Isso é algo sério; é para resolver uma disputa de um contrato, que envolve valores, que envolve dinheiro público, que envolve o cidadão lá na ponta, que vai sofrer certamente com a consequência, para o bem ou para o mal, de uma decisão numa solução de um conflito de um contrato administrativo.

Então, é um ponto de que eu não abro mão, que é a remuneração. Até porque, se for para uma câmara de arbitragem, lá a regra é a remuneração. E no Judiciário há as custas de processo, o juiz é remunerado pelo Estado, enfim. Não existe em solução de conflito a hipótese de não haver remuneração ao árbitro ou àquele que soluciona.

A segunda questão dizia respeito, justamente, ao art. 8º, que prevê a opção das câmaras de arbitragem. Isso aí segue, inclusive, as alterações mais recentes do Código de Processo Civil, todo o direito que caminha para as soluções de conflitos extrajudiciais. Inclusive, a própria Lei de Licitações já tem essa previsão. E, como disse o Senador Anastasia, essa lei é complementar, porque ela diz como vai funcionar, ela traz a figura, claramente, justamente das câmaras arbitrais. Imagine o contrato de uma concessão de uma rodovia federal. Talvez seja mais interessante colocar numa câmara arbitral do que num comitê de disputa criado ali, um *dispute board*.

Mas isso é uma faculdade. Se o gestor não quer ter câmara arbitral, não quer ter despesa com comitê de disputa e acha que é melhor ir para o Judiciário toda a discussão do contrato, é uma faculdade.

Então, estou esclarecendo exatamente como falei com o Governo.

Em princípio, quando eu vi aqui a manifestação de que não haveria de se posicionar contra, entendi que ela ficou favorável; 70% das demandas do Governo foram atendidas no relatório. Há apenas essas duas questões, que são conceituais, são...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Eu consulto se há algum Líder do Governo ou Vice-Líder do Governo, melhor dizendo, conectado para que possa orientar. De qualquer forma, eu já retirei a orientação do voto "sim" do Governo, na dúvida sobre a orientação do Governo em relação a esse projeto.

Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Ficou retirada, então, a orientação do voto "sim" – ficou sem orientação do Governo – em relação a esse projeto.

Vamos para o próximo orador e, na sequência, encerraremos a votação.



Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Próxima oradora, Senadora...

Perdão. Senador Rogério Carvalho com a palavra, como orador.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os colegas Senadores e Senadoras.

Eu queria primeiro lembrar que apresentei o Projeto de Lei 887, de 2021, que concede pensão por morte a criança ou adolescente cujo genitor, desde que não filiado a regime de previdência social, falecer em decorrência do coronavírus. Esse projeto já faz alguns meses. Eu acho que foi o primeiro projeto com esse objeto. E eu queria... Nós temos hoje mais de 40 mil órfãos da Covid. Eu acho que seria fundamental a gente poder pautar esse tema aqui no Plenário do Senado, poder discutir, abrir a discussão, pelo menos, sobre esse tema e a relevância desse tema. Eu queria lembrar ao senhor esse projeto.

Há um projeto que também vai na mesma direção, da Senadora Eliziane Gama, que foi apresentado posteriormente, mas o importante é que a gente tem várias iniciativas que convergem e que apontam a necessidade de nós discutirmos esse tema, pelo número de órfãos que a Covid já deixou em nosso País.

Também queria pedir a V. Exa. que colocasse em votação o Requerimento 1.540, de 2021, que é um requerimento para a realização de uma sessão de debates temáticos, em data a ser definida pela Mesa Diretora ou pela Secretaria da Mesa, sobre a responsabilidade sanitária dos entes federados no Sistema Único de Saúde.

Eu acho que isso é um tema importante. O SUS foi fundamental neste momento de pandemia, e nós precisamos discutir o SUS, repensar o SUS e reorganizar ou discutir formas de reorganização da integração entre Estados, Municípios, União, definir responsabilidades e garantir a complementariedade entre os entes, para garantir acesso universal e atenção integral a todos os brasileiros – são princípios constitucionais –, sem, obviamente, discriminar ou diminuir o princípio da descentralização, que foi fundamental para a gente ter um sistema tão massificado no País e presente em todos os Municípios brasileiros, que é o Sistema Único de Saúde.

Então, queria pedir a V. Exa. para colocar em votação o requerimento para que a gente possa (*Falha no áudio.*)

E o outro é o nosso Projeto 887, de 2021, sobre pensão para os órfãos da Covid.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho. Será dado encaminhamento a ambas as solicitações de V. Exa.

Está encerrada a votação, em turno único.

Determinado à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Votaram SIM 69 Senadores; NÃO, 5 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

Está aprovado.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, 3 e 12, na forma de subemendas; 13 a 20 e das adequações feitas oralmente pelo Relator em Plenário.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Anuncio item extrapauta.

Requerimento nº 1.626, de 2021, do Senador Confúcio Moura e outros Senadores, que solicitam a





prorrogação da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus por 120 dias.

A Comissão tem o seu prazo encerrado na data de amanhã. Portanto, o requerimento é para prorrogação por 120 dias.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Para discutir, o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.)

– Presidente, eu não poderia deixar de, primeiro, parabenizar o nosso Presidente Confúcio Moura, que, desde o ano passado, vem prestando relevantes serviços, presidindo com muita competência essa Comissão. A gente precisa, realmente, que ele continue presidindo, em função do trabalho feito. E todos os membros... Não posso deixar aqui, também, de destacar a participação de todos, de forma brilhante. Aprovamos o projeto do Senador Wellington, que está chorando até hoje de emoção; também o Esperidião participa de todas; há vários Senadores. É primordial a aprovação desse requerimento.

Eu queria pedir a V. Exa. também, Presidente... V. Exa. sabe que uma das instituições que mais tem crédito neste País é a dos Bombeiros Militares. Eu tenho o Requerimento 161, Presidente, pedindo uma sessão solene para os bombeiros, e eu gostaria que V. Exa. pudesse colocá-lo também como extrapauta. É uma sessão especial, solene, em homenagem aos Bombeiros Militares. É o pedido que faço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Está em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Portanto, fica prorrogada a Comissão de Acompanhamento da Covid, presidida pelo Senador Confúcio Moura, por mais 120 dias.

Pego à Secretaria-Geral da Mesa que localize o requerimento referido pelo Líder Izalci Lucas para apreciação como item extrapauta.

Anuncio o item 2.

Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, do Deputado Afonso Florence, que institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020; e dá outras providências.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 6.

As Emendas nºs 4, 5 e 6 foram retiradas pelos autores. (**Requerimento nº 1718/2021 - Vide Item 2.2.3 do Sumário**)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 23 de junho, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Confúcio Moura para proferir o parecer de Plenário.

Com a palavra Senador Confúcio Moura.

**O SR. CONFÚCIO MOURA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje o Senado está cumprindo o seu dever social. Este projeto é de autoria do Deputado Federal Afonso Florence, do PT, da Bahia, e é um estímulo a todas as organizações sociais, às APAEs e outras equivalentes que existem no Brasil.

Segundo estudo do Ipea, existem mais de 800 mil organizações em todo o Território nacional. As organizações da sociedade civil, Sr. Presidente, empregam diretamente mais de 3 milhões de profissionais, gerando uma movimentação aproximada de 3% do PIB nacional.



O projeto de lei é fruto de uma articulação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações sociais com a plataforma Mrosc – “m”, “r”, “o”, “s”, “c” –, plataforma do novo Marco Regulatório da Sociedade Civil, com a frente do meio ambiente, entre outras.

A Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, o Projeto 4.384, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que tem o mesmo objetivo. Brilhante projeto, que, aliás, Sr. Presidente, complementa este que estamos discutindo no momento. Ela abrange mais para a área de saúde, para as santas casas. E ela assina esse seu projeto de lei com o Senador José Serra.

Faço um apelo às Lideranças e a V. Exa. para que coloque em pauta o projeto dela, porque o projeto dela complementa este projeto de hoje, para que possamos socorrer o SUS e as organizações que tanto necessitam desse apoio.

Foram apresentadas emendas ao presente PL, todas meritórias, porém as rejeitamos por esgotamento da discussão e pela urgência para que este PL seja rapidamente submetido à sanção presidencial. E, além do mais, algumas emendas poderiam mudar o mérito. No mérito, retornaria à Câmara, e ele já está no Senado desde fevereiro.

A iniciativa propõe que os repasses públicos para as organizações sociais não sejam congelados, interrompidos nesse período e que os novos contratos possam ser estabelecidos entre as organizações que estão atuando na linha de frente da proteção e combate aos impactos provocados pelo novo coronavírus.

As normas são de caráter transitório, Sr. Presidente. Esse projeto não é definitivo, é transitório; e essas parcerias, celebradas pela administração pública com as organizações sociais durante o período de calamidade pública de que trata – olha bem – o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março do ano passado. Logicamente, esse decreto foi concluído. Ele expirou no dia 31 de dezembro passado. Então, esse projeto não tem como se incluir mais naquele decreto legislativo, porque ele é findo, e alteramos o relatório para: enquanto perdurar a pandemia.

A ideia central do PL 4.113, de 2020, é garantir a possibilidade de repactuação de metas das organizações com os governos municipais, estaduais e federal e a prorrogação do calendário de execução e da prestação de contas durante o tempo em que durar a pandemia, em razão das dificuldades e, por vezes, da inviabilidade de reunir documentos, com escritórios fechados e o teletrabalho impostos pelo isolamento. Trata-se de uma previsão positiva e extremamente necessária.

Esse projeto prevê um redirecionamento e a utilização de recursos já depositado nas contas dos entes ou entidades ou de novos recursos. Com isso, possibilitará o seu uso em ações de combate à pandemia da Covid-19, enquanto durarem as medidas restritivas determinadas em função dela pelas autoridades públicas, por força de norma federal, estadual ou municipal.

Na ausência de uma lei, os Municípios e os Estados exaram decretos, cada um diferente do outro. Então, essa lei padroniza, Sr. Presidente, junto com a lei da Senadora Mara Gabrilli, para o Brasil inteiro e dificulta essas normativas locais, como decretos, que realmente ficam difíceis de se cumprir, e, muitas vezes, há um ajuizamento, como já houve ajuizamentos em Porto Alegre e em outras cidades brasileiras por deixarem de cumprir os repasses para as organizações sociais.

Ademais, com o Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, uma vez aprovado, as parcerias poderão ser prorrogadas de ofício, limitado o respectivo período de vigência de medidas restritivas inseridas.

Então, Sr. Presidente, o PL também é positivo ao apontar a necessidade de suspensão de exigibilidade de devolução de recursos ao Erário enquanto durarem essas medidas restritivas do coronavírus; e também quanto à forma de devolução em parcelamento.

Sr. Presidente, feita essa apresentação geral, já passo diretamente ao voto, porque o meu resumo aqui já trata do relatório introdutório e também da análise. Assim, eu vou apenas me limitar aqui a um comentário das emendas.



A emenda da Senadora Mara Gabrilli e do Senador José Serra, acredito que, com essa aprovação dele e ele vindo para o Senado, ela deixa... Eu liguei para ela, para a Senadora Mara, e ela concorda tranquilamente em rejeitar-se, sem nenhum obstáculo.

A emenda de autoria da Senadora Soraya Thronicke altera o prazo de suspensão das metas até 31 de dezembro de 2021. Aqui, o prazo de suspensão previsto é 30 de março de 2021, o prazo da lei de autoria do Deputado Florense, aprovada pela Câmara e remetida em fevereiro para cá. Então, a emenda da Senadora Soraya é atendida em parte, mas o seu pleito é complementado e atendido no projeto da Senadora Mara Gabrilli.

A Senadora Rose de Freitas apresenta emenda que também faz menção à mesma data (31 de dezembro de 2021). É a mesma explicação.

A Emenda nº 4, o Senador Flávio Arns a retirou. Ele retirou as emendas dele. Então, desta forma... O Senador Jean Paul Prates também retirou a sua emenda.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu vou diretamente ao voto para facilitar e ganhar tempo.

Por tais motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 4.113, 2020, com as emendas de redação – não tem emenda de mérito, é emenda de redação – e pela rejeição de todas as emendas, como eu já expliquei há pouco.

Emenda de redação. A primeira:

Dê-se a seguinte redação à ementa do PL nº 4.113, de 2020 – abro aspas:

“Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da Covid-19, e dá outras providências.”

A segunda emenda de redação:

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1, 2º e 9º do PL nº 4.113, de 2020:

“Art. 1º As parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil celebradas nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, observarão o disposto nesta Lei, enquanto durarem as medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da Covid-19.

.....

“Art. 2º A necessidade de suspensão parcial ou integral, assim como de complementação de ações previstas em termos de fomento, em termos de colaboração, em acordos de cooperação, em termos de parceria, em contratos de gestão, em contratos de repasse e em convênios celebrados pela administração pública alcançados pelo disposto no art. 1º desta Lei não afetará a vigência do respectivo instrumento, quando decorrer de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da Covid-19.

.....

§ 3º .....

.....

III - não poderá vigorar em período que exceda a duração de medidas restritivas inseridas em norma federal, estadual, distrital ou municipal vinculada ao combate à pandemia da Covid-19;”

Assim, Sr. Presidente, este é o relatório. **(Íntegra do Parecer nº 144/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.



O parecer é favorável ao projeto, com as Emendas n<sup>os</sup> 7 e 8, de redação, apresentadas pelo Relator e contrário às demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... (*Pausa.*)

Perdoe-me. Para discutir, o Líder Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.)

– Presidente, é só para ressaltar: havia uma emenda do Serra muito importante – inclusive, da Senadora Mara Gabrilli também –, mas foi feito um acordo com o Relator. Já que essa matéria na Câmara dos Deputados, que é o Projeto 4.384, de autoria da Deputada Mara, está sendo votada, há um acordo aí com o Relator de aprovar o projeto da Câmara, porque aí atende a emenda do Senador José Serra e da Senadora Mara Gabrilli.

Então, é só para registrar e já encaminhar a votação do PSDB: a votação é "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques à matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas nos termos do parecer em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto com as Emendas n<sup>os</sup> 7 e 8, de redação.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Item 3 da pauta.

Projeto de Lei n<sup>o</sup> 5.991, de 2019, do Deputado André Amaral, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas n<sup>os</sup> 1 a 12.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa remota de 23 de junho, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Izalci Lucas, para proferir parecer de Plenário.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para proferir parecer.) – Presidente, eu peço a V. Exa. autorização para ir direto para a análise do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, a apreciação do PL n<sup>o</sup> 5.991, de 2019, diretamente pelo Plenário desta Casa, sem prévia deliberação pelas Comissões temáticas, encontra amparo no §3<sup>o</sup> do Ato da Comissão Diretora n<sup>o</sup> 7, de 2020.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação a teor do art. 23, V, da Constituição Federal.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que concerne à juridicidade da proposição em análise, verifica-se que: I) o meio eleito para o



alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é adequado; II) apresenta o atributo da generalidade; e III) afigura-se dotada de potencial coercitividade; IV) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e V) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico.

O projeto não apresenta vício regimental e está redigido de acordo com os padrões de redação preconizados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do ponto de vista do mérito, inicialmente destacamos a importância da iniciativa. Todos os anos, milhares de equipamentos de informática usados são trocados em toda a administração pública e doados.

O Governo Federal, reconhecendo essa importância e a necessidade de promover a inclusão digital, publicou o Decreto nº 9.373, de 2018, o qual dispõe, em seu art. 14, que: os equipamentos, as peças e os componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos ou recuperáveis poderão ser doados a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem do Programa de inclusão Digital do Governo Federal, conforme disciplinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – hoje, sem Comunicações; é Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

De acordo com a Agência Brasil, desde o início do programa, em 2004, mais de 12,3 mil alunos foram capacitados, 20 mil computadores foram recondicionados e doados a 1,4 mil pontos de Inclusão Digital, localizados em 498 Municípios em todo o Brasil.

Mais de 1,1 mil toneladas de resíduos eletrônicos foram tratadas.

Os equipamentos eletrônicos doados por instituições públicas e privadas são recondicionados pelos CRCs para posterior entrega para escolas, bibliotecas e telecentros.

Ademais, os CRCs oferecem cursos de informática e de reaproveitamento de computadores que ajudam jovens de 16 a 24 anos, pertencentes a uma parcela carente da população, a se qualificar para melhores empregos. Outro público bastante atendido são os idosos, considerados vulneráveis à exclusão digital. Trata-se, dessa forma, de uma política com impactos educacionais que promove a redução da desigualdade social por meio da democratização de acesso aos meios digitais e torna mais eficiente o uso de recursos públicos.

Apesar de essas iniciativas já serem realidade, o fato de serem regidas por normas infralegais tem representado um sério obstáculo à continuidade das ações, em especial devido à Lei Eleitoral, que, em seu art. 73, §10, determina que, "no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos [...] de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior".

Dessa forma, faz-se necessário um marco legal que autorize tais doações dentro de um programa social. É exatamente esse o intuito do PL nº 5.991, de 2019, que ora relatamos e apoiamos integralmente.

A política instituída pelo projeto torna-se ainda mais relevante diante das desigualdades de acesso digital evidenciadas pela crise da pandemia. Centenas de milhares de alunos e educadores da rede pública de ensino não possuem os meios mínimos necessários para viabilizar o ensino a distância. Infelizmente, a desigualdade educacional e, conseqüentemente, de renda, tende a aumentar para a atual geração em decorrência das desigualdades de acesso e oportunidades que o enfrentamento da Covid-19 evidenciou e aprofundou.

A eventual aprovação do PL nº 5.991, de 2019, não acarretará impacto algum ao orçamento público, pois não implica novas despesas, novos custos administrativos, tampouco impõe custos regulatórios para o Estado. Ao contrário, trata-se de uma iniciativa que promove o uso mais eficiente de recursos que, de outra forma, seriam descartados na natureza, dando-lhes uma sobrevida e uma utilidade ímpar para uma parcela da sociedade muitas vezes negligenciada e que possui o direito à inclusão digital e melhores oportunidades.

Apresentamos emenda de redação de forma a utilizar os termos mais adequados para os fins do projeto. Apresentamos, ainda, mais três emendas para criar formalmente no corpo do projeto o Programa



Computadores para Inclusão, bem como remetemos ao regulamento os critérios de inclusão de instituições como PID e CRC. Com tais alterações, acreditamos oferecer uma solução para eventuais questionamentos de vício de constitucionalidade formal do projeto.

Eu destaco, Sr. Presidente, que uma das emendas apresentadas por este Relator foi gentilmente sugerida pelo ilustre Senador Alessandro Vieira para que o CRC redirecione para escolas da rede pública de educação básica ao menos uma porcentagem, a ser fixada em regulamento, dos equipamentos de informática recondicionados.

O projeto recebeu 12 emendas, com as mais diversas e louváveis contribuições. Apresentamos a seguir uma análise breve para otimizar o processo.

Inicialmente, acolhemos as Emendas 3, 6, 9 e 12, que contribuem para tornar explícito na lei o objetivo geral da política instituída, da inclusão social, bem como a inclusão de povos indígenas e quilombolas entre grupos beneficiários das ações, além das bibliotecas como instituições parceiras do PID e CRC.

Diante das emendas deste Relator e do acolhimento das emendas citadas, ficam prejudicadas as Emendas 5 e 10, que tratam de critérios de habilitação de instituições como PID e CRC, além da criação de outros programas para os fins do projeto em questão, em razão das emendas apresentadas por este Relator.

As seguintes emendas ficam rejeitadas: a Emenda nº 1, porque, apesar de concordarmos integralmente com seu teor, consideramos que o objetivo pretendido já está plenamente atendido pelos arts. 3º e 8º do PL 5.991, de 2019, por definir como beneficiários prioritários da política ora instituída os povos, os grupos, as comunidades e as populações em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como o público considerado como prioritário e estratégico pelo órgão gestor das ações de inclusão digital; a Emenda nº 2 busca responsabilizar o agente público que pratique desvio de finalidade do equipamento eletrônico doado. Contudo, eventuais atos nesse sentido já são abarcados pela Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429, de 2 de junho de 1992 –, a qual prevê penalidades para o agente público que praticar ato diverso daquele previsto na lei; a Emenda nº 4, em razão de a matéria em questão não tratar de empresas privadas; a Emenda nº 7 por invadir a discricionariedade de outras entidades que não o Poder Executivo Federal definam critérios para que órgãos ou entidades procedam diretamente o desfazimento dos materiais; a Emenda nº 8 pelo fato de incluir entre as parcerias possíveis com demais órgãos e entes o convênio ou outro instrumento jurídico semelhante, que, ao contrário da cooperação técnica, envolve recursos; e a Emenda nº 11, pois, ao incluir a garantia à continuidade dos programas de educação promovidos pelo Estado entre os objetivos da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, extrapola os objetivos do programa, que é servir aproveitamento de materiais, dando maior eficiência ao Estado, e não a garantia de outros programas de educação, que cabe à União, Estados e Municípios.

Voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.991, de 2019, com o acolhimento das Emendas 3, 6, 9 e 12, além das seguintes apresentadas por este Relator, restando prejudicadas as Emendas 5 e 10, e rejeição das demais.

Eu apresento, Presidente, as mudanças.

São várias emendas apresentadas pelo Relator, que já são de conhecimento de todos.

Portanto, eu indago a V. Exa. se há necessidade de leitura, mas eu acho que já foi publicizado.

Então, esse é o voto.

E quero, só para finalizar, Presidente, dizer que eu tive o privilégio de, quando fui Secretário, em 2004, criar um programa. Em 2007, eu o trouxe, inclusive, para ciência e tecnologia, para as escolas



técnicas. Então, a gente recebia material usado do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, de tribunais e órgãos públicos, que é matéria-prima para os alunos desmontarem e montarem equipamentos, os *hardwares*.

Então, é um ótimo projeto, excelente projeto.

Principalmente, queremos resolver, porque já existe essa prática, os anos eleitorais, pois, no Brasil, a cada dois anos, há eleição, e milhares e milhares de equipamentos ficam jogados nos depósitos, sem utilização.

Portanto, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras o apoio e a aprovação deste projeto, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 145/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.2.4 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 3, 6, 9 e 12, com as Emendas nºs 13 a 16, do Relator; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10 e pela rejeição das demais emendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Líder do PL, Senador Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Eu quero dar o meu apoio irrestrito a esta iniciativa, elogiar o nosso Líder Senador Izalci.

Senador Izalci, V. Exa. me recordou quando eu fui Secretário de Ambiente no Estado do Rio. Eu assumi, na verdade, dei continuidade, procurei dar escala – e dei maior –, para alcançar todo o Estado do Rio de Janeiro, ao programa do meu antecessor, o ex-Deputado Carlos Minc, que, justamente, buscava, nas instituições, esses equipamentos e, nas comunidades, os núcleos para a desmontagem e montagem desses computadores, doando parte à Secretaria de Estado de Governo de Educação e para às *lan houses*. Na época, eram muito comuns nas comunidades. Era uma forma de democratizar o acesso à tecnologia e à educação nessa área.

Esse projeto, Senador Izalci, até então compartilho com você, que fez o mesmo aqui no DF, é um projeto premiado pelo R20, aquele órgão que é presidido pelo ator Arnold Schwarzenegger. E eu tive o prazer de receber, em Paris, pela Prefeita de Paris, o prêmio por esse projeto.

Então, V. Exa. o coloca como política pública permanente e merece todos os elogios e todo o apoio, da nossa Bancada no Senado do PL, ao projeto de sua relatoria.

Assim, já deixo o meu encaminhamento pela aprovação, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Está em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Não foram apresentados destaques.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 3, 6, 9 e 12 a 16.

As adequações de técnicas legislativas serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

Aprovada, com emendas, a matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Telmário Mota.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Está me ouvindo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeita-



mente, Senador Telmário.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria que registrasse nos *Anais* e na ata o meu voto "sim" no item 1, PL 206/2018, porque eu estava em missões externas, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Telmário Mota. Fica registrado o voto de V. Exa. no projeto por V. Exa. referido. Muito obrigado, Líder Telmário Mota.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Voltamos à lista dos oradores.

Próximo orador inscrito, que é o último da lista remanescente da sessão do dia 23 de junho, Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Senador Lasier Martins,

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Rodrigo.

Senadores, Senadoras, Presidente, foi preciso o Brasil inteiro assistir de forma tensa ao mediático espetáculo da caçada humana do bandido Lázaro Barbosa, naquelas regiões de Brasília e Goiás, para o País perceber evidentes falhas na nossa legislação penal. Foram 20 dias de acompanhamento por televisão, jornal, rádios, com muito medo das pessoas, dos habitantes daquelas regiões, abandonos de casa por moradores com medo, mobilização de centenas de policiais, uso de agência de inteligência federal e evidentemente muitas despesas. E por que isso tudo aconteceu? Por brechas na legislação penal e na legislação da execução penal. É algo que acontece há muito tempo essas falhas.

Por isso, Sr. Presidente, a sociedade brasileira não pode viver de novo situações parecidas ou iguais. São vários institutos da legislação que precisam de uma urgente revisão: a progressão de regime, para que tenha melhor critério; os crimes hediondos, com tratamento diferenciado; as saídas e os saídos de presos têm sido muito fáceis; há falta de exame criminológico, pelo qual eu venho me batendo desde que cheguei ao Senado, pois é preciso voltar o exame criminológico para sentenciados de penas longas, sentenciados perigosos, etc.

E não é por falta de propostas legislativas que tem isso acontecido. Há vários projetos do Senado e da Câmara que não são levados a debate, que não são pautados, Presidente. Eu mesmo tenho a PEC 47, de 2019, que prevê regime fechado permanente para criminosos hediondos; o PLS 499, que restabelece o exame criminológico; o PLS 443, para crimes cometidos nas saídas e nos saídos dos presos.

Por isso, Presidente Rodrigo, eu volto a pedir a V. Exa. que, logo que possível, até porque V. Exa. é um especialista em Direito Penal, o senhor é advogado criminalista e conhece bem essa situação e as falhas que se prolongam, traga para a pauta esses projetos para nós melhorarmos a legislação penal e, com isso, evitarmos o constrangimento e os perigos que parte da população brasileira passou há bem poucos dias com esse bandido que acabou morrendo.

Era isso que eu precisava pedir a V. Exa., esperando uma resposta que é a resposta que a sociedade também quer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Lasier Martins. Fica registrado o requerimento de V. Exa., que é recolhido e será apreciado pela Presidência.

Anuncio o item 5 da pauta.





Mensagem nº 18, de 2021 (nº 243, de 2021, na origem), da Presidência da República, que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$125 milhões entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social – 2ª Fase.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Angelo Coronel para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

**O SR. ANGELO CORONEL** (PSD - BA. Para proferir parecer.) – Boa noite, Presidente. Boa noite a todos os nossos telespectadores que estão aí ligados na TV Senado neste momento tão importante da vida brasileira.

Parecer de Plenário, Sr. Presidente, sobre a Mensagem nº 18, de 2021, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$125 milhões entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Salvador Social – 2ª Fase.

Sr. Presidente, este projeto, que me incumbiram de relatar, chegou à CAE, que é presidida pelo Senador Otto Alencar, também baiano, que também não se opôs, em nenhum momento, a que nós, da Bahia, nos uníssemos para aprovar esse empréstimo de tamanha grandeza para o Município de Salvador, demonstrando, assim, que, quando é para levar recursos e benefícios para o nosso Estado, independentemente de quem esteja à frente da prefeitura, o importante é o bem-estar do povo da Bahia.

Eu espero, inclusive, Sr. Presidente, que para o Estado e para outros Municípios também se tenha o mesmo tratamento. O importante, repito, é o bem-estar da nossa população.

Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente.

O pleito encaminhado pelo Município de Salvador, Bahia, encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida pelo Município.

Este é o voto, Sr. Presidente: pela aprovação desta matéria.

Eu tenho certeza absoluta de que o Prefeito Bruno Reis irá dar o destino a esses recursos com total tranquilidade, solidez e honradez.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

O parecer é favorável à matéria, na forma do Projeto de Resolução nº 39, de 2021, que apresenta. **(Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto de resolução.

As adequações de técnica legislativa serão apostas aos autógrafos, dispensada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Cumprimento o Senador Angelo Coronel e toda a Bancada da Bahia pela aprovação do empréstimo ao Município de Salvador, com os cumprimentos também ao Prefeito Bruno Reis e ao ex-Prefeito ACM



Neto.

Eu peço licença ao Plenário para anunciar item extrapauta.

Requerimento, de minha autoria, nº 1.720, de 2021, que conta com a subscrição de outros tantos Senadores e Senadoras, de voto de aplauso ao Sr. Itamar Franco, engenheiro, Prefeito, Senador, Governador, Presidente da República, pelo transcurso do seu aniversário de 91 anos, 91 anos de seu nascimento.

Justifico, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e das tradições da Casa, a inserção em ata e encaminhamento à sua família e ao Estado de Minas Gerais, em nome do Senado Federal, de voto de aplauso ao saudoso Itamar Franco, repito, engenheiro, Prefeito, Senador, Governador, Presidente da República, exemplo de homem público, pelo transcurso de seu aniversário de 91 anos em 28 de junho corrente.

Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu em 28 de junho de 1930, em Salvador, na Bahia, filho de Augusto César Franco e Itália Cautiero, mas foi em Juiz de Fora, Minas Gerais, onde estudou o primário e o secundário e se formou, em 1955, em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Itamar Franco foi eleito Prefeito de Juiz de Fora em 1966 e reeleito em 1971. Em 1974, antes de encerrar o segundo mandato de Prefeito, foi eleito para o Senado Federal por Minas Gerais e, em 1988, reeleito Senador.

Em 1989, Itamar Franco foi escolhido para Vice-Presidente do Brasil na chapa do nosso colega Senador Fernando Collor de Mello, que venceu as eleições e se tornou o primeiro Presidente eleito de forma direta no regime já democrático, pós-ditadura militar. No dia 2 de outubro de 1992, Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência da República e, no dia 29 de dezembro do mesmo ano, tomou posse como Presidente do Brasil. Em 1993, ao lado do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, anunciou o plano de estabilização econômica que criou as bases para o bem-sucedido Plano Real.

Em 1995, após deixar a Presidência da República, Itamar Franco foi nomeado Embaixador do Brasil em Portugal, cargo que ocupou por mais de um ano, e, posteriormente, na Organização dos Estados Americanos, onde permaneceu até 1998.

Em 1998, foi eleito Governador de Minas Gerais. Em seu Governo, buscou defender os interesses do povo mineiro, adotando medidas, inclusive, que culminaram na repactuação da dívida de Minas Gerais com a União.

Concluído seu mandato como Governador, Itamar foi nomeado Embaixador do Brasil na Itália, onde permaneceu até 2005.

Em fevereiro de 2011, foi novamente empossado como Senador da República eleito, tendo permanecido no cargo até 2 de julho, data em que infelizmente ocorreu o seu falecimento.

Esse ilustre mineiro e brasileiro nos deixou esse imenso legado de honestidade, retidão e dedicação à vida pública, legado esse que cabe a nós homens públicos manter vivo e presente na memória de todos os brasileiros.

Portanto, esta singela homenagem do Senado Federal aos 91 anos do saudoso Itamar Franco.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário, com os agradecimentos desta Presidência a todos os Senadores e Senadoras.

Voltamos à lista dos oradores.

Próximo orador inscrito, Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Senador Telmário Mota, está conectado?



**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Pode me pular, Presidente. Pode pular.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu vou pular V. Exa.

O Senador Randolfe Rodrigues é o próximo inscrito. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Rocha pede a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, é só para esclarecimento.

Concluiu a pauta de hoje? Apenas são pronunciamentos os seguintes?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exatamente, Senador Paulo Rocha. Nós esgotamos a pauta de hoje, os cinco itens de apreciação, votamos alguns requerimentos extrapauta e votaremos alguns outros requerimentos extrapauta, inclusive o do Senador Izalci Lucas, que já me chama atenção pelo vídeo.

Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Senador Luiz do Carmo é o próximo orador inscrito.

**O SR. LUIZ DO CARMO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, boa noite.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao Governo do Estado de Goiás, sob a liderança do Governador Ronaldo Caiado, ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Goiás e às forças de segurança pública do Estado pela bravura e eficiência nas ações de captura e contenção do criminoso Lázaro Barbosa na data de ontem, dia 28 de junho de 2021.

Requeiro ainda que seja enviada cópia do presente voto conforme dados em anexo.

É justo, portanto, Presidente, fazer menção à equipe da Casa Militar, que esteve à frente desse último ato que engrandece a honra da Polícia do Estado de Goiás: Major PM Edson Luis Souza, Capitão PM Bruno César da Silva, Subtenente PM Cleiton Pereira de Paula, 1º Sargento PM Allan Kardec, 1º Sargento PM Ronyeder Rogis, 1º Sargento PM Joubert Teodoro, 2º Sargento PM Arivan Batista, 2º Sargento PM Gilberto Moreira, 3º Sargento PM Teofilo Pereira, 3º Sargento PM Janio Cardoso.

Isso posto, requeiro que seja consignado o voto de aplauso ao Governo do Estado de Goiás, na pessoa do Sr. Governador Ronaldo Caiado, ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Rodney Miranda, e aos profissionais de segurança pública do Estado, que atuaram com presteza, determinação, altruísmo e coragem a favor da população goiana e do bem-estar de todos os brasileiros.

É isso, Sr. Presidente. É sobre o Lázaro, porque todo mundo, nos últimos 15 dias, só falou no Lázaro – esqueceram até o problema do Covid –, esse homem que aterrorizou Goiás, ali no Entorno de Brasília, onde fez vários chacareiros se mudarem para a cidade e deixarem seus animais à mercê, até morrer de fome. Ontem, realmente, houve um desfecho, não do jeito que o Governador queria, queria que ele fosse preso realmente, para pagar pelos crimes que cometeu, mas, infelizmente, houve um confronto com a polícia, e ele veio a óbito.

É isso que eu requeiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo.

A Presidência defere o requerimento de V. Exa. e o encaminha à publicação na forma regimental. Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.



**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, da inserção em ata de voto de congratulações ao Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho pela comemoração dos seus 70 anos. Todos sabem a força que tem o agronegócio no Mato Grosso do Sul. E nada mais justo do que inserir na ata esse voto de congratulações ao Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho.

E, com a licença dos Senadores do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates, Styvenson Valentim e Zenaide Maia, eu gostaria que esse voto de congratulações também pudesse ecoar Brasil afora e que a gente também possa ter essa notícia nas nossas cidades e nos nossos Estados: o Hospital Wilson Rosado, de Mossoró, postou um vídeo comemorando zero paciente com Covid numa UTI, com os profissionais da saúde abraçando-se, comemorando. E realmente é digno de louvor, é uma notícia que eu gostaria que todos os nossos Estados, todas as nossas cidades pudessem também ecoar.

Estou encaminhando à Mesa esses dois votos de congratulações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Presidência defere os requerimentos de V. Exa. de congratulações, de aplausos, Senador Nelsinho Trad, e os encaminha à publicação na forma regimental.

Senadora Kátia Abreu, com a palavra. (*Pausa.*)

Anuncio item extrapauta.

Requerimento nº 161, de 2021, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Bombeiro Militar.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Se V. Exa. me der dois minutinhos, eu vou explicar o que é.

É só para eu ler o voto de pesar do meu querido amigo, que foi Constituinte comigo, um homem que marcou seu tempo. Então, eu faço a leitura rápida, Sr. Presidente, da justificativa do voto.

Faleceu no sábado, 26 de junho, aos 92 anos, o ex-Senador José Paulo Bisol, advogado, desembargador aposentado, político, jornalista e escritor. Ele era um poeta que vivia o sofrimento dos humildes e dos discriminados. De corpo e alma, demonstrava as suas inquietudes. Quem o conheceu sabe que assim ele era. Sr. Presidente, suas mãos, em gestos fortes, edificavam cenários do Brasil real, suas palavras eram vulcões em erupção, trazia a verdade com solfejos de prata. Homem do seu tempo, dos dias intermináveis, das horas e dos minutos que insistiam em não seguir em frente, das noites de insônia e das permanentes leituras.

No ano de 1982, elegeu-se Deputado Estadual pelo meu Rio Grande. Em 1986, elegeu-se Senador da República, com participação destacada – fui prova disso, porque eu estava lá –, na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Foi filiado ao MDB, foi um dos fundadores do PSDB. Posteriormente, passou ao PSB e, por fim, ao PT, em junho de 2000. Em 1989, foi candidato a Vice-Presidente da República ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi injustiçado, conversou muito comigo. Foi injustiçado e renunciou à Vice-Presidência. Assumiu, naquele período, o Aloizio Mercadante. De 1999 a 2002, foi Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, do Governo de Olívio Dutra. José Paulo Bisol deixa esposa, três filhos, nove netos, um bisneto e milhares de amigos e admiradores por todo o País. A todos, pêsames e



solidariedade.

Leon Tolstói escreveu, em seu diário, há mais de cem anos: "Não há nada que tenha tanto efeito e eleve todos os homens para o mesmo sentimento quanto uma obra de vida, ainda mais uma vida humana inteira."

Termino, Sr. Presidente.

Vida longa aos ideais de José Paulo Bisol, um grande brasileiro, incansável, lutador pelos direitos humanos, por justiça social e contra todas as formas de discriminação e de preconceito.

Obrigado, Presidente, por esta oportunidade de fazer uma homenagem a um grande amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Confesso a V. Exa. que aguardava essa moção de pesar por parte de V. Exa. para manifestar, em nome do Senado Federal, os nossos sentimentos pelo falecimento do ex-Senador José Paulo Bisol, transmitindo à sua família, aos amigos, ao povo do seu Estado, os nossos mais profundos sentimentos, de modo que defiro o requerimento de V. Exa. e o encaminho à publicação, na forma regimental, e proponho, neste instante, ao encerramento da sessão, um minuto de silêncio em homenagem ao ex-Senador José Paulo Bisol.

*(Faz-se um minuto de silêncio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só uma manifestação de uma preocupação. Eu não sei se ainda está tramitando algum projeto com relação à pandemia.

Eu fui um dos que patrocinei a regularização fundiária, através da MP, quando fui Relator e Presidente da Comissão, e aqui no DF, por exemplo, saíram agora os editais de regularização, permitindo até um desconto de 25%, mas tem-se que pagar à vista. Veja, num período de pandemia... E, quem não fizer isso perde, depois, o direito de fazer essa opção de regularização.

Então, se houver alguma matéria nesse sentido, para a gente prorrogar também, porque já fizemos com as dívidas, com os impostos, para que essas questões relacionadas ao Governo, de regularização, também tenham seu prazo estendido. Aqui, no caso, especificamente, Arniqueira, saiu um edital agora sobre Arniqueira com um preço incompatível e exigindo o pagamento de 25%, num período de pandemia em que muitos perderam o emprego e não têm condição de cumprir esse edital que foi lançado.

Então, era só para dizer que, se não houver, eu vou apresentar um projeto, também prorrogando as opções de regularização neste momento da pandemia.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa remota para amanhã, quarta-feira, às 16h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa remota do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito boa noite!

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 06 minutos.)*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 70<sup>a</sup> SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

### **Projeto de Resolução**





# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO**

### **Nº 39, DE 2021**

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

**AUTORIA:** Senador Angelo Coronel





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco = Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)

*Parágrafo único.* Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª FASE”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

**I - Devedor:** Município de Salvador (BA);

**II - Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**III - Garantidor:** República Federativa do Brasil;







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

**IV - Valor:** US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sujeita ao Sistema de Amortização Constante;

**V - Juros:** taxa LIBOR de 6 (seis) meses mais *Spread* variável a ser determinada periodicamente pelo BIRD;

**VI – Juros de Mora:** acréscimo de 0,5% à taxa de juros em caso de mora;

**VII - Cronograma Estimativo de Desembolsos:** US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 32.350.000,00 (trinte e dois milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, e US\$ 18.150.000,00 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024;

**VIII - Comissão de Compromisso:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

**IX – Comissão de Abertura (*front-end fee*):** 0,25% aplicado sobre o montante do empréstimo;

**X - Sobretaxa de Exposição (*exposure surcharge*):** 0,5% (cinquenta centésimos) ao ano, aplicável no caso de o limite de exposição do Banco ao país ser excedido, em relação ao excesso, multiplicado pela proporção do empréstimo em relação ao total de empréstimos do banco no país sujeitos à cobrança desse encargo;

**XI – Prazo de Amortização:** 306 (trezentos e seis) meses, após carência de 60 (sessenta) meses.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

**Art. 3º** Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente  
, Relator





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel



## PARECER Nº 146 , DE 2021 -PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2021, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª Fase”.

Relator: Senador **ANGELO CORONEL**

### I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador (BA), que solicita autorização para contratar operação de crédito





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª FASE”. O seu objetivo é melhorar a eficiência da prestação de serviços sociais em assistência social, educação e saúde.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB054330.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros LIBOR semestral, acrescida de *spread* variável, a ser definido periodicamente pelo Banco, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 2,56% a.a., inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 4,25% a.a., ambas para uma *duration* de 14,5 anos.

## II – ANÁLISE

Ressalte-se, de imediato, que a atual situação de endividamento do Município de Salvador (BA) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 18983 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 3 de dezembro de 2020, complementado pelo seu Parecer SEI nº 2682, de 3 de março de 2021, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Salvador (BA) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de

SF/21351.62535-87





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Salvador (BA) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, sendo as margens disponíveis apuradas suficientes para cobrir eventual obrigação financeira que venha a ser honrada pela União, conforme consignado nos Ofícios SEI nº 299714 e nº 301530, de 26 de novembro de 2020 e 27 de novembro de 2020, respectivamente, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Salvador (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 9.182, de 12 de dezembro de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Salvador (BA) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 39825, de 18 de setembro de 2020, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Município possui capacidade de pagamento



SF/21351.62535-87





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

“B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União. Dessa forma, com contragarantias suficientes, ao lado do custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador (BA) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame, pois:

i) estão sendo observadas as exigências e condições definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para a prestação de garantia por parte da União, e

ii) a operação de crédito em exame atende, também, como enfatizado, os requisitos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, e na Resolução nº 40, ambas de 2001, observando, assim, os limites de endividamento e demais condições nelas estabelecidos, assim como as determinações contidas na LRF.

### III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Salvador (BA) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

SF/21351.62535-87





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)

*Parágrafo único.* Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª FASE”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

**I - Devedor:** Município de Salvador (BA);

**II - Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**III - Garantidor:** República Federativa do Brasil;





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

**IV - Valor:** US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sujeita ao Sistema de Amortização Constante;

**V - Juros:** taxa LIBOR de 6 (seis) meses mais *Spread* variável a ser determinada periodicamente pelo BIRD;

**VI – Juros de Mora:** acréscimo de 0,5% à taxa de juros em caso de mora;

**VII - Cronograma Estimativo de Desembolsos:** US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 32.350.000,00 (trinte e dois milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, e US\$ 18.150.000,00 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024;

**VIII - Comissão de Compromisso:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

**IX – Comissão de Abertura (*front-end fee*):** 0,25% aplicado sobre o montante do empréstimo;

**X - Sobretaxa de Exposição (*exposure surcharge*):** 0,5% (cinquenta centésimos) ao ano, aplicável no caso de o limite de exposição do Banco ao país ser excedido, em relação ao excesso, multiplicado pela proporção do empréstimo em relação ao total de empréstimos do banco no país sujeitos à cobrança desse encargo;

**XI – Prazo de Amortização:** 306 (trezentos e seis) meses, após carência de 60 (sessenta) meses.







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

**Art. 3º** Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente  
, Relator



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Projeto de Resolução nº 38/2021**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

## PARECER Nº 142, DE 2021

De PLENÁRIO, em substituição às Comissões, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, que *dá a denominação da “Sala número dois da Ala Nilo Coelho do Senado Federal”, de “Sala Marco Maciel”*.

SF/21970.01841-10

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise do Plenário, em substituição às Comissões, o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 38, de 2021, do Senador Wellington Fagundes, onde se dá a *denominação da “Sala número dois da Ala Nilo Coelho do Senado Federal”, de “Sala Marco Maciel”*.

O art. 1º estabelece a denominação referida na ementa, enquanto o segundo e último artigo determina a entrada em vigor da resolução na data de sua publicação.

A justificação apresenta breve súmula da vida pública de Marco Maciel.

### II – ANÁLISE

O PRS nº 38, de 2021, é apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.





Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu no Recife, no dia 21 de julho de 1940. Ainda quando estudante da tradicional Faculdade de Direito do Recife, o jovem Marco Maciel ingressa no ambiente de debate público, tornando-se, em 1963, presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Pernambuco.

Embora tenha exercido, por algum tempo, a advocacia e se tornado professor da Universidade Católica de Pernambuco, a vida de Marco Maciel foi essencialmente dedicada à atividade política. Filiando-se, com o início do regime militar, ao partido governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), é eleito deputado estadual em 1966 e deputado federal em 1970 e 1974. Com este último mandato, torna-se Presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 1977-1979. Neste mesmo ano de 1979, é indicado pelo Presidente Ernesto Geisel governador de Pernambuco, exercendo seu mandato até março de 1982.

Permanecendo fiel a seu partido (que passara a se denominar Partido Democrático Social - PDS, em 1980) até a sucessão presidencial em 1984, Marco Maciel torna-se um dos principais articuladores da transição para a democracia, criando a Frente Liberal, embrião do Partido da Frente Liberal, atual Democratas. Após apoiar a candidatura de Tancredo Neves, é conduzido ao posto de Ministro da Educação do Governo José Sarney e, em seguida, ao de Chefe da Casa Civil do mesmo governo.

Deve-se destacar sua eleição, em 1994 e 1998, para Vice-Presidente da República, acompanhando, com discrição e a habitual lucidez política, os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Finda essa relevante contribuição à vida pública do País, Marco Maciel elege-se em 2002, pela terceira vez, Senador por Pernambuco, repetindo as conquistas obtidas nas urnas em 1982 e 1990. Nas legislaturas em que atuou no Senado Federal, Marco Maciel trouxe a contribuição de sua inteligência aguda e de sua vocação para o entendimento, também marcada pela elegância no trato com os oponentes. No ano de 2011, Marco Maciel deixa o Senado e a vida pública, vindo a falecer no dia 12 de junho do presente ano, para consternação de seus amigos e admiradores.

A proposição apresenta-se adequada à espécie normativa da resolução, referente a matéria de competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal e art. 213, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.



  
SF/21970.01841-10

Quanto a seu mérito, não há dúvida de que Marco Maciel, pela projeção e coerência de sua trajetória política, com extensa folha de serviços prestados ao País, merece a homenagem proposta. Foi um dos homens públicos mais completos de sua geração, com grandes demonstrações de equilíbrio, correção, lealdade e elevado preparo intelectual.

Julgamos oportuno, contudo, oferecer emendas de redação, para alterar a ementa e o art. 1º, de forma que a denominação da sala, conforme a tradição da Casa, traga o título de Senador, além de alteração sintática.

### III – VOTO

O voto é **favorável** ao PRS nº 38, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 1– PLEN

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2021:

“Dá a denominação de Sala Senador Marco Maciel à Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal.”

#### EMENDA Nº 2– PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2021:

“A sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, passa a denominar-se Sala Senador Marco Maciel.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



# Projeto de Lei do Senado nº 206/2018





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Carlos Portinho

## PARECER Nº 143, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, do Senador Antonio Anastasia, que *regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União*.

SF/21047.62292-52

Relator: Senador **CARLOS PORTINHO**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise deste Plenário, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 206, de 2018, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que *regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União*.

A proposição é composta por 10 (dez) artigos.

No art. 1º, estabelece-se o âmbito de aplicação da Lei, qual seja: os contratos continuados e relativos a direitos patrimoniais disponíveis celebrados pela União, no bojo dos quais deverão ser instituídos Comitês de Prevenção e Solução de Disputas, com caráter revisor, vinculante (adjudicador) ou híbrido (art. 2º).

O art. 3º prevê a possibilidade de submissão a regras de instituições especializadas (como a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, por exemplo), de acordo com a previsão do edital, sendo certo que os Comitês e seus membros devem seguir os princípios constitucionais reitores da Administração Pública (arts. 4º e 5º, § 2º).





2

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

No mais, estabelece-se que cada Comitê será formado por três membros (um escolhido pelo Poder Público, um pelo contratado e um terceiro, de comum acordo, que será o presidente do Colegiado) (art. 5º), respeitados os impedimentos legais (art. 6º). Os membros do Comitê são equiparados a agentes públicos, para fins de improbidade administrativa (art. 7º).

Finalmente, o art. 8º estabelece que a remuneração dos membros será paga pela contratada, devendo o Poder Público, no entanto, ressarcir-la da metade desses custos. O art. 9º prevê que o Executivo deve regulamentar a Lei no prazo de até 90 dias, e o art. 10 estabelece a cláusula de vigência imediata.

Foram apresentadas 13 (treze) Emendas ao Projeto.

As Emendas nºs 1 a 3, todas do Senador Rodrigo Pacheco, protocoladas quando da tramitação desta proposição na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, visam modificar a ementa e o art. 1º do PLS, a fim de que o novel instituto seja aplicável não apenas à União, mas a todos os níveis federativos.

A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor.

A Emenda nº 4, também de autoria do mesmo ilustre Senador Rodrigo Pacheco, e protocolada quando da tramitação desta proposição na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, visa a excluir do âmbito de incidência da Lei as empresas estatais que atuem em regime de concorrência.

As Emenda nºs 5 a 7 são da lavra do ínclito Senador Izalci Lucas.

A Emenda nº 5 insere parágrafos ao art. 1º do Projeto para, em apertada síntese, definir o contrato administrativo continuado e tornar obrigatória a constituição de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contrato continuado cujo valor estimado seja igual ou superior a determinado valor, respeitados parâmetros máximo e mínimo fixados na futura lei, estabelecendo outras regras para a demarcação desse valor mínimo. Além disso, prevê que contrato administrativo que não contiver cláusula prevendo o uso de Comitê de que trata o *caput* poderá, mediante



SF/21047.62292-52







3

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

acordo entre as partes, ser aditado para que passe a contemplar essa possibilidade.

A Emenda nº 6 modifica o art. 9º, com o intuito de aumentar para 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o Executivo regulamentar a lei sob escrutínio.

A Emenda nº 7 remodela o art. 5º, de sorte a ampliar para 5 (cinco) o número de membros do Comitê de Prevenção e Solução de Disputas, além de substituir a palavra “preferencialmente” por “obrigatoriamente” no *caput* do artigo.

As Emendas nºs 8 e 9 foram submetidas pela diligente Senadora Rose de Freitas. A primeira delas sentencia uma *vacatio legis* de 120 (cento e vinte) dias. A segunda, também modifica o art. 5º, de forma a que a composição dos Comitês de Prevenção e Solução de Disputas seja de cinco a onze membros, com idade mínima de 30 (trinta) anos, reputação ilibada e notável saber na área objeto do contrato. Conforme a Emenda, o mandato dos membros do Comitê será de, no máximo, 2 (dois) anos, sendo vedada a recondução, e não se remunerará a participação no colegiado, que será considerada serviço público relevante.

O Senador Messias de Jesus apresentou as Emendas de nºs 10 e 11.

A Emenda nº 10 inclui § 2º no art. 6º, para que cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau das partes fiquem impedidas de atuar como membros do Comitê.

A Emenda nº 11 modifica o art. 4º, de maneira a incluir os princípios da independência, da competência, da autonomia e da decisão informada entre os orientadores dos procedimentos dos Comitês.

A Emenda nº 12, do Senador Rogério Carvalho, modifica o art. 5º, para, na essência, fazer com que os Comitês sejam constituídos somente em face da existência de um conflito ou controvérsia, sendo dissolvido logo após emitir recomendações ou decisões.



SF/21047.62292-52





4

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

Por meio da Emenda nº 13, o Senador Luiz do Carmo adiciona parágrafo ao art. 6º, para expressamente determinar que, em caso de suspeição ou impedimento de membro do Comitê, deverá ser feita escolha de novo membro para substituí-lo, na forma do art. 5º, mantendo-se a proporcionalidade nele definida.

É o Relatório.

## II – ANÁLISE

### II.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

A apreciação do PLS nº 206, de 2018, diretamente pelo Plenário desta Casa, sem prévia deliberação pelas comissões temáticas, encontra amparo no § 3º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020.

Quanto à admissibilidade, é preciso registrar que a proposição é constitucional, uma vez que compete à União legislar privativamente sobre direito civil e sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos (Constituição Federal – CF, art. 22, I e XXVII). Não há, ademais, reserva de iniciativa (CF, art. 61, § 1º), de modo que a proposição pode ser apresentada por parlamentar, como de fato ocorreu.

Em relação à constitucionalidade material, também nada há a opor. O PLS teve o cuidado de respeitar os princípios expressos (CF, art. 37) e implícitos da Administração Pública, tomando especial cuidado para resguardar os preceitos de supremacia e indisponibilidade do interesse público. Não à toa, vários dispositivos tratam de impedimentos dos membros dos Comitês – que, de resto, são aplicáveis apenas aos contratos que têm por objeto direitos de natureza patrimonial e disponível (como concessões, permissões, prestações de serviços, etc). Exceção seja feita, apenas, ao art. 9º – que, ao impor prazo para que o Executivo regule a lei, viola os arts. 84, IV e 2º, da CF, conforme a pacífica orientação do Supremo Tribunal Federal. Citamos, por exemplo, o que foi decidido pela Corte nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 546, 2.393 e 3.394, motivo pelo qual estamos apresentando emenda supressiva deste dispositivo.

SF/21047.62292-52





5

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

A tramitação seguiu os ritos do RISF, motivo por que se pode afirmar sua regimentalidade. Do mesmo modo, tem-se norma com potencial de inovar o ordenamento jurídico, sendo dotada, assim, de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer, uma vez que atendidos todos os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Ressalte-se, a propósito, ser louvável a opção por uma lei autônoma (e não alteradora da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), em virtude do escopo mais amplo da legislação que ora se está a apreciar.

## II.2 – DO MÉRITO

Quanto ao mérito, só temos elogios a tecer. Os ganhos de segurança jurídica e de eficiência são inegáveis – inclusive com o efeito benéfico de evitar a judicialização de contratos administrativos, fato duplamente indesejável (por afogar o Judiciário em demandas e por comprometer a continuidade do serviço público). Aliás, o PLS declaradamente se inspira na legislação de alguns Municípios, como São Paulo, que, tem colhido bons frutos com a instituição desse tipo de instrumento.

A literatura especializada, aliás, tem apontado as grandes vantagens do instituto, que se amolda às modernas diretrizes do Direito Administrativo consensual e vem sendo amplamente utilizada no Direito Comparado (a título de exemplo: Ana Paula Brandão Ribeiro e Isabella Carolina Miranda Rodrigues. *Os dispute boards no Direito Brasileiro*. In: Revista Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, 2015, p. 129-159). A proposição vem, inclusive, na direção de vários outros diplomas legais aprovados por este Congresso Nacional – como o Código de Processo Civil, a Lei de Arbitragem e a Lei de Mediação – conforme anotado na própria justificativa do PLS.

Ainda quanto ao mérito, contudo, entendemos que alguns dispositivos podem ser aperfeiçoados, o que fazemos por meio de emendas, a seguir explanadas.



SF/21047.62292-52





6

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

Avaliamos imperioso, em nome da clareza, amplitude, assertividade e efetividade da futura lei, promover duas alterações no art. 1º. A primeira delas atine a não limitar o alcance da futura lei a contratos continuados.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril deste ano, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, previu a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em quaisquer contratos por ela regidos, dentre eles comitês de resolução de disputas. Assim, havemos por bem que a norma em gestação também torne viável o emprego dos Comitês de que trata em todos os contratos.

Em consequência, impõe-se também propor Subemendas às Emendas nºs 1 e 3, do Senador Rodrigo Pacheco, com o fito de excluir, respectivamente, os seguintes trechos da ementa e do art. 1º por elas propostos: “administrativos continuados que menciona,” e “administrativos continuados”.

Além disso, a mutabilidade de contratos administrativos é matéria de reserva legal e a proposição não prevê que contratos assinados antes da publicação da lei intentada – atos jurídicos perfeitos – poderão ser aditados para preverem a constituição dos Comitês. Avaliamos benfeição que exista essa possibilidade, mas para isso deve haver comando legal expresso.

Acrescentamos dois parágrafos ao art. 2º de forma a evidenciar: *i)* o dever de os comitês fundamentarem suas decisões, além de facultar que as recomendações sejam objeto de compromisso, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942; e *ii)* o respeito ao princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário e, havendo convenção nesse sentido, do acesso à arbitragem, trazendo maior segurança jurídica na adoção dos Comitês.

Apesar de o art. 3º da proposição fazer referência a instituições especializadas, não há definição sobre que tipo de especialização se trata. Havemos por bem defini-las, por meio de acréscimo de parágrafo ao artigo, bem como estabelecer, no caso de conflito entre as regras previstas no



SF/21047.62292-52





## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

7

contrato e as da instituição especializada adotadas como paradigma, a prevalência daquelas sobre estas.

Com vistas a conferir maior segurança jurídica aos contratantes, altera-se o art. 5º para que, obrigatoriamente, 2 (dois) dos integrantes do Comitê possuam reconhecido saber na área objeto do contrato, sem indicação de profissões preferenciais, e 1 (um) seja advogado com reconhecida atuação jurídica na área objeto do contrato.

Igualmente, propomos aperfeiçoar a redação do art. 7º, adequando-o à Lei nº 13.655, de 2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A alteração evidencia que tanto os membros do Comitê, estes no exercício de suas funções ou em razão delas, quanto os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito pelo Comitê ou derem cumprimento a recomendação ou decisão somente poderão ser responsabilizados quando agirem com dolo, culpa grave ou mediante fraude.

A última modificação oferecida por este Relator é que seja facultado às partes contratantes, consensualmente, e desde que haja previsão neste sentido no edital e no contrato, substituir o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas por câmara de arbitragem, observado o que prevê o art. 8º quanto à remuneração.

Finalmente, tratemos das Emendas.

Acolhemos a Emenda nº 1, do Senador Rodrigo Pacheco, uma vez que aperfeiçoa a proposição, ampliando seu alcance. Dessa maneira, serão adaptados a ementa e o art. 1º do PLS, de modo que o regramento nele contido atinja todos os entes da Federação. Vale lembrar, aliás, que o próprio autor das emendas já embasou sua constitucionalidade, uma vez que a União está, nesse caso, instituindo normas gerais sobre licitações e – especialmente – contratos, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da CF. Todavia, consoante explicado anteriormente, propomos subemendas para que se excluam da nova ementa e do novo *caput* do art. 1º, respectivamente, “administrativos continuados que menciona,” e “administrativos continuados”.



SF/21047.62292-52





8

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

A Emenda nº 3, corolário da Emenda nº 1, também lapida a futura lei e conta com nossa aquiescência.

Por outro lado, opinamos pela rejeição da Emenda nº 4. As estatais brasileiras – inclusive aquelas que atuam em regime de concorrência – são das maiores litigantes do Judiciário, de modo que sua exclusão do regramento ora proposto pode claramente enfraquecer os impactos positivos da legislação que se está a criar. Ademais, os *dispute boards* são instrumentos facultativos que melhoram a governança corporativa e a gestão de risco das empresas, motivo por que consideramos recomendável mantê-los na previsão ora discutida.

Quanto à Emenda nº 5, do Senador Izalci Lucas, postamo-nos pela sua rejeição, por se contrapor a uma premissa adotada na gênese proposição e que julgamos necessário manter: não ser obrigatória a criação do Comitê.

Não obstante, acatamos em nosso Relatório, pelos fundamentos anteriormente expostos, a ideia contida no § 6º que a Emenda pretendia incluir no art. 1º. Conforme indicamos, apresentamos Emenda para franquear, mediante acordo entre as partes, aditamento de contrato assinado anteriormente à publicação da futura lei, de maneira que passe a contemplar a possibilidade de utilização do Comitê de Prevenção e Solução de Disputas.

A rejeição da Emenda nº 6 se impõe pela lógica. Fundamentos anteriormente declinados neste Relatório indicam a inconstitucionalidade de se definir prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei.

A Emenda nº 7 também não merece acolhida. Segundo a nossa percepção a ampliação do número de membros do Comitê encareceria a contratação, e o objetivo do Projeto é exatamente prover meios menos onerosos de solução de conflitos. Entendemos que o número ímpar de 3 (três) integrantes, com a forma de escolha originalmente estipulada, garante paridade de armas entre Poder Público e contratante, decisões justas e menores custos possíveis para a adoção do modelo.



SF/21047.62292-52





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

9

Ainda sobre a Emenda nº 7, aquilatamos que, no mérito, a substituição de “preferencialmente” por “obrigatoriamente” no *caput* do art. 5º está contemplada na Emenda deste Relator que modifica esse artigo.

Igualmente, rejeitamos as Emendas nºs 8 e 9. Sendo a adoção dos Comitês uma faculdade, não vemos necessidade de uma *vacatio legis* de 120 (cento e vinte) dias, conforme prega a Emenda nº 8. Caso o órgão ou entidade da administração pública não se perceba apta a operacionalizar o Comitê em determinada avença, simplesmente não o fará.

Alicerçados nos mesmos fundamentos para não abraçarmos a Emenda nº 7, pedimos escusas à digna Senadora Rose de Freitas ao rejeitar a Emenda nº 9. Uma novidade da Emenda seria a participação no colegiado ser qualificada como serviço público relevante, sem remuneração. Com as devidas vênias, não vemos como operacionalizar os Comitês com reconhecidos especialistas sem remunerá-los.

Os Comitês de que trata o Projeto não se assemelham a comissões de notáveis criadas para discutir e propor um novo código legal, com adequações às agendas dos ilustres convidados – muitas vezes ocupantes de cargos públicos de alto coturno na República. Ao contrário, participar desse tipo de colegiado será atividade profissional regular acrescida pela futura lei ao cabedal de funções a que poderão se dedicar profissionais que obtiveram reconhecimento nas respectivas áreas após muitos anos de estudo, labor e entrega.

Posicionamo-nos pela rejeição da Emenda nº 10, do Senador Messias de Jesus. As disposições que pretende incluir já estão contempladas na referência feita às disposições do Código de Processo Civil no *caput* do art. 6º.

Não acatamos a Emenda nº 11, igualmente aviada pelo Senador Messias de Jesus, pois os princípios por ela incluídos, na verdade, já estão contemplados no Projeto e em outras Emendas. O princípio da decisão informada, por exemplo, está presente na redação proposta por este Relator para o *caput* do art. 2º, pela qual, sob pena de nulidade, recomendações e decisões deverão sempre apresentar seus fundamentos.



SF/21047.62292-52







10

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

No que tange a Emenda nº 12, do Senador Rogério Carvalho, entendemos que ela aprimora o texto da proposição. Contudo, verificamos ser exíguo o prazo de 10 (dez) dias corridos contados do registro do conflito ou controvérsia, para que o Comitê entre em funcionamento. Concebemos que o prazo de 30 (trinta) dias originalmente previsto é mais adequado. Desta feita, acolhemos parcialmente a emenda na forma de subemenda.

Outrossim, adota-se a regra geral de que o Comitê será dissolvido depois de proferir deliberação, mas abrimos a possibilidade de que o edital e o contrato prevejam em sentido contrário.

Por fim, acolhemos a Emenda nº 13, do Senador Luiz do Carmo. De fato, a regra nele prevista poderia ser intuída, pois o equilíbrio de forças no Comitê é um dos pilares desse colegiado, mas não era clara. O comando incluído espanca quaisquer dúvidas e evita interpretações escatológicas, que advoguem pela permanência de um membro que não poderá atuar.

**III – VOTO**

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade regimental e, no mérito, pela **aprovação** do PLS nº 206, de 2018, da Emendas nºs 1, 3 e 12, na forma das Subemendas abaixo oferecidas, pela aprovação da Emenda nº 13, pela rejeição das Emendas nºs 4 a 11; e pela aprovação das demais emendas em sequência:

**SUBEMENDA Nº 1 – PLEN**

Exclua-se o trecho “administrativos continuados que menciona,” da ementa do PLS nº 206, de 2018, na forma da Emenda nº 1-CCJ.

**SUBEMENDA Nº 2 – PLEN**

Exclua-se o trecho “administrativos continuados” do art. 1º do PLS nº 206, de 2018, na forma da Emenda nº 3-CCJ.



SF/21047.62292-52







11

SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

**SUBEMENDA Nº 3 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do PLS nº 206, de 2018, na forma da Emenda nº 12-PLN:

“Art. 5º .....

§ 1º O Comitê entrará em funcionamento quando estiver regularmente constituído por meio da assinatura do respectivo Termo de Compromisso pelas partes e membros, o que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do registro, por escrito, de conflito ou controvérsia por, ao menos, uma das partes contratantes.

.....

§ 3º O Comitê será dissolvido logo após proferir recomendação ou decisão, salvo previsão expressa em sentido contrário no edital ou no contrato.”

**EMENDA Nº 14 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 206, de 2018:

“Art. 1º .....

§ 1º O contrato que não contiver cláusula prevendo o uso de Comitês de que trata o *caput* poderá, mediante acordo entre as partes, ser aditado para que passe a contemplar essa possibilidade.

**EMENDA Nº 15 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PLS nº 206, de 2018:

“Art. 2º O Comitê de Prevenção e Solução de Disputas pode ter natureza revisora, adjudicativa ou híbrida, a depender dos poderes que lhe forem outorgados pelo contrato celebrado, devendo sempre apresentar os fundamentos das suas recomendações e decisões, sob pena de nulidade:

.....



SF/21047.62292-52





12

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

§ 1º As recomendações poderão ser objeto de compromisso, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

§ 2º As recomendações e as decisões proferidas pelos Comitês de Prevenção e Solução de Disputas poderão ser reformadas pelo Poder Judiciário ou, quando houver convenção neste sentido, por arbitragem.”

**EMENDA Nº 16 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do PLS nº 206, de 2018:

“**Art. 3º** .....

§ 1º São consideradas instituições especializadas as câmaras e instituições de reconhecida idoneidade, competência e experiência na administração de métodos extrajudiciais de solução de controvérsias e de autocomposição de conflitos.

§ 2º Havendo divergência entre as regras estabelecidas no contrato e as da instituição especializada, as primeiras prevalecerão sobre as segundas.

**EMENDA Nº 17 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 5º do PLS nº 206, de 2018:

“**Art. 5º** O Comitê será composto por três membros, sendo 2 (dois) com reconhecido saber na área objeto do contrato e 1 (um) advogado com reconhecida atuação jurídica na área objeto do contrato:

.....”

**EMENDA Nº 18 – PLEN**

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do PLS nº 206, de 2018:

“**Art. 7º** Os membros do Comitê, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos agentes públicos



SF/21047.62292-52





13

## SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

para os efeitos da legislação penal e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, não podendo, contudo, serem responsabilizados por quaisquer atos e omissões, exceto quando agirem com dolo, culpa grave ou mediante fraude.

*Parágrafo único.* Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito pelo Comitê ou derem cumprimento à respectiva recomendação ou decisão somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando agirem com dolo, culpa grave ou mediante fraude.”

SF/21047.62292-52

**EMENDA Nº 19 – PLEN**

Suprima-se, no PLS nº 206, de 2018, o art. 9º, renumerando-se o art. 10.

**EMENDA Nº 20 – PLEN**

Inclua-se artigo com a seguinte redação ao PLS nº 206, de 2018:

“Mediante acordo entre as partes, e desde que haja previsão neste sentido no edital e no contrato, o Comitê de Prevenção e Solução de Disputas poderá ser substituído por câmara de arbitragem, aplicando-se, quanto à remuneração, a metodologia do art. 8º.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP**  
**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM**

SF - 1

29/06/2021

**FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SESSÃO DELIBERATIVA REMOTA REALIZADA EM 29/06/2021, REFERENTE A ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DO PARECER Nº 143/2021-PLEN/SF, SOBRE O PLS Nº 206/2018 – RELATOR SENADOR CARLOS PORTINHO**

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Carlos Portinho, se me permite, como autor de emendas a este projeto, eu gostaria apenas que V. Exa. pudesse declinar exatamente como ficou o texto do art. 1º do projeto, porque V. Exa. parece-me que rejeitou algumas emendas e acolheu outras. Então, apenas como ficou o art. 1º? *(Pausa.)*

O Senador Carlos Portinho está conectado? *(Pausa.)*

O Senador Carlos Portinho, parece-me, teve um problema na conexão: parece que travou o áudio, o vídeo... *(Pausa.)*

O Senador Carlos Portinho restabeleceu a conexão.

Senador Portinho, não sei se V. Exa. me escutou...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É em relação ao art. 1º.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – V. Exa. pode declinar como ficou a redação do art. 1º?

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O texto final. Um instantinho só aqui que eu vou pegar para fazer já a leitura do texto final. Espere um instante. *(Pausa.)*

O art. 1º... Sr. Presidente, está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, perfeitamente, Senador Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – É que eu tive que abrir aqui a página – me desculpe.

O instrumento convocatório de licitação e o contrato administrativo poderão prever a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis em contratos de administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O "poderão" deixa clara a facultatividade – não sei se era nesse aspecto, Sr. Presidente, que V. Exa. direcionou a sua intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente, Senador Portinho. Agradeço a V. Exa. por ter acolhido a sugestão. Mesmo com a rejeição das emendas, o texto, então, fica bem a contento. Cumprimento V. Exa. pelo parecer.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

O Senador Carlos Portinho pede a palavra.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente, Exma. Sra. Senadora Soraya, esse projeto conta com o apoio do Governo desde a semana passada, quando estava pautado.

Hoje, poucas horas antes do início da sessão, houve aí uma mudança. Nós, minha assessoria procurou convergir, discutir, debater com a assessoria do Governo. Eu mesmo





**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
*SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP*  
*COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM*

SF - 2

29/06/2021

conversei com o assessor Juliano, com o Ministério da Economia. Por quê? Onde eram os dois pontos, Senadora Soraya, em que o Governo tinha uma recomendação para que fosse feita uma alteração no texto?

O primeiro deles dizia respeito àquele artigo em que é prevista uma remuneração para os membros do comitê que vai solucionar os conflitos, desse *dispute board*. Eu, particularmente, até fiz a defesa do projeto com ênfase no meu posicionamento: é lógico que tem que ser remunerado; isso é trabalho! A gente vai botar na mão de um comitê contratos, a vida do cidadão, que no final é o tomador do serviço. É preciso que haja um comprometimento.

É lógico que a gente pode imaginar esse comprometimento natural do servidor ou do profissional, do advogado indicado, mas sem a remuneração... Assim, as experiências que eu vivi na minha vida sem remuneração não foram as melhores. Isso não é uma comissão de licitação. Isso é algo sério; é para resolver uma disputa de um contrato, que envolve valores, que envolve dinheiro público, que envolve o cidadão lá na ponta, que vai sofrer certamente com a consequência, para o bem ou para o mal, de uma decisão numa solução de um conflito de um contrato administrativo.

Então, é um ponto de que eu não abro mão, que é a remuneração. Até porque, se for para uma câmara de arbitragem, lá a regra é a remuneração. E no Judiciário há as custas de processo, o juiz é remunerado pelo Estado, enfim. Não existe em solução de conflito a hipótese de não haver remuneração ao árbitro ou àquele que soluciona.

A segunda questão dizia respeito, justamente, ao art. 8º, que prevê a opção das câmaras de arbitragem. Isso aí segue, inclusive, as alterações mais recentes do Código de Processo Civil, todo o direito que caminha para as soluções de conflitos extrajudiciais. Inclusive, a própria Lei de Licitações já tem essa previsão. E, como disse o Senador Anastasia, essa lei é complementar, porque ela diz como vai funcionar, ela traz a figura, claramente, justamente das câmaras arbitrais. Imagine o contrato de uma concessão de uma rodovia federal. Talvez seja mais interessante colocar numa câmara arbitral do que num comitê de disputa criado ali, um *dispute board*.

Mas isso é uma faculdade. Se o gestor não quer ter câmara arbitral, não quer ter despesa com comitê de disputa e acha que é melhor ir para o Judiciário toda a discussão do contrato, é uma faculdade.

Então, estou esclarecendo exatamente como falei com o Governo.

Em princípio, quando eu vi aqui a manifestação de que não haveria de se posicionar contra, entendi que ela ficou favorável; 70% das demandas do Governo foram atendidas no relatório. Há apenas essas duas questões, que são conceituais, são...

(Interrupção do som.)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

.....





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, nos termos do Parecer**

Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União.

**Matéria PLS 206/2018**

**Início Votação 29/06/2021 17:31:57**

**Término Votação 29/06/2021 18:08:48**

**Sessão 70ª Sessão Deliberativa Remota**

**Data Sessão**

**29/06/2021 16:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PROGRES	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PT	SIM
PL	SIM
PDT	SIM
PROS	SIM
Cidadania	SIM
REDE	SIM
PSL	SIM
Patriota	SIM
PSB	SIM
PSC	SIM
Republica	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Oposição	SIM
Banc Fem	SIM

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM

Emissão 29/06/2021 18:08:50





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, nos termos do Parecer**

Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União.

Matéria **PLS 206/2018** Início Votação **29/06/2021 17:31:57** Término Votação **29/06/2021 18:08:48**

Sessão **70ª Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **29/06/2021 16:00:00**

MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM

Emissão 29/06/2021 18:08:50





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Simples**

**Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018, nos termos do Parecer**

Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União.

Matéria **PLS 206/2018** Início Votação **29/06/2021 17:31:57** Término Votação **29/06/2021 18:08:48**  
 Sessão **70ª Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **29/06/2021 16:00:00**

PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	NÃO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

**SIM:69 NÃO:5 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75**

Primeiro-Secretario

Emissão 29/06/2021 18:08:50





# Projeto de Lei nº 4113/2020





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

## PARECER Nº 144, DE 2021

De PLENÁRIO, em substituição à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.113, de 2020, do Deputado Afonso Florence, que *institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.*

SF/21313.68237-06

Relator: Senador **CONFÚCIO MOURA**

### I – RELATÓRIO

Vem à análise deste Plenário, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 4.113, de 2020, de autoria do Deputado Afonso Florence, que *institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.*

O PL aqui analisado foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 22 de dezembro de 2020. Após aprovação dos autógrafos, foi encaminhado ao Senado Federal.

A proposição é composta de 10 (dez) artigos. O art. 1º trata do âmbito de incidência da norma que se pretende aprovar. A nova lei tratará



das parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo (DLG) nº 6, de 20 de março de 2020.

Portanto, o Projeto cria regras transitórias para serem aplicadas no período de vigência do estado de calamidade resultante da pandemia da covid-19, sobre os convênios firmados entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos, as sociedades cooperativas e as organizações religiosas.

Por força do parágrafo único do art. 1º, a nova lei incidirá, também, sobre outros tipos de convênios não disciplinados pela Lei nº 13.019, de 2014. Assim, as propostas de regras transitórias incidirão sobre os seguintes instrumentos:

I – transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal;

II – transferências voluntárias regidas por lei específica;

III – contratos de gestão celebrados com organizações sociais, na forma estabelecida pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

IV – convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal;

V – termos de compromisso cultural referidos no § 1º do art. 9º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

VI – termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

VII – transferências referidas no art. 2º da Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, e nos arts. 5º e 22 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

IX – pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

rw2021-07073



SF/21313.68237-06



- a) membros de Poder ou do Ministério Público;
- b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
- c) pessoas jurídicas de direito público interno;
- d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

X – parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Como se vê, o projeto versa sobre uma ampla variedade de instrumentos firmados com a administração pública, em que estão presentes as características do convênio: acordo entre pessoas para a realização de interesse comum, mediante mútua colaboração.

O art. 2º dispõe que a validade dos convênios não será afetada pela necessidade de suspensão parcial ou integral das ações neles previstas, quando esta decorrer de medidas restritivas relacionadas ao estado de calamidade pública decretado em razão da covid-19 (Decreto Legislativo nº 6, de 2020).

O § 1º do art. 2º assegura o repasse ao conveniente de pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos pactuados, mesmo no caso de suspensão das atividades decorrente de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia. Os §§ 1º e 2º determinam a revisão, por apostilamento, do plano de trabalho em até 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor da lei que se pretende aprovar.

Nos termos do § 3º do art. 2º, só deve haver complementação do objeto da parceria se for necessário adequá-lo ao contexto do enfrentamento da pandemia. Essa complementação deve ser formalizada por termo aditivo e não poderá vigorar para além do período de duração de medidas restritivas inseridas em norma federal, estadual, distrital ou municipal.

A complementação do objeto só será admitida se: a) o instrumento da parceria ainda estiver vigendo; b) a inclusão de novas ações estiver direcionada ao combate à pandemia; c) houver nexo de causalidade entre a política pública que originou a formalização da parceria; d) houver conformidade com o objeto de atuação da entidade parceira; e) houver acordo prévio celebrado entre as partes; f) houver a demonstração de



SF/21313.68237-06

rw2021-07073



viabilidade da execução; g) houver a redefinição de metas e resultado, quando necessário; e h) houver a preservação da categoria econômica da despesa decorrente do objeto inicial.

O § 3º do art. 2º só permite que os benefícios trazidos pelo projeto atinjam os aditivos ao objeto da parceria em situações muito excepcionais, em que há a preservação dos elementos essenciais que originaram a formalização do convênio e a inserção de novas ações voltadas ao combate à pandemia.

De fato, a proposição prevê instrumentos de auxílio às parcerias já firmadas com a administração pública, mantendo-se as mesmas características do momento em que foram formalizadas. Os benefícios da lei objetivada apenas podem ser aplicados em aditivos em situações excepcionais elencadas no § 3º do art. 2º da proposição.

O art. 3º amplia o prazo para a apresentação de contas parciais ou finais relacionadas às parcerias. Pela proposição, o prazo para essa prestação de contas será de 180 (cento e oitenta) dias. Esse mesmo prazo deve ser aplicado à prestação de contas a ser apresentada aos Tribunais de Contas.

O art. 4º autoriza a prorrogação de ofício da parceria até o limite do período de vigência de medidas restritivas de combate à pandemia.

O art. 5º dispõe que não haverá descontinuidade de repasse de recursos públicos mesmo no caso de descumprimento de metas e de resultados inicialmente previstos, o que também não será motivo para se considerarem as contas irregulares da entidade parceira, quando o descumprimento decorrer de medidas restritivas inseridas em norma federal, estadual, distrital ou municipal referente à pandemia de covid-19.

O art. 6º autoriza a celebração de parcerias emergenciais e temporárias para o combate aos efeitos da pandemia. Para a celebração dessas parcerias, pode ser dispensada a realização de chamamento público; os procedimentos devem ser simplificados; a exigência de documentação de habilitação pode ser postergada; o plano de trabalho, as metas e os indicadores podem ser formulados de forma sintética; e devem ter preferências as organizações que já mantêm parceria com a administração pública ou que já sejam por ela credenciadas.

rw2021-07073



SF/21313.68237-06



O art. 7º suspende a exigibilidade de devolução de recursos ao Erário relativa à prestação de contas referente às parcerias enquanto durarem as medidas restritivas de combate à pandemia.

Os §§ 1º e 2º do art. 7º preveem parcelamento dos valores que devem ser devolvidos ao Erário, em até 96 parcelas, sem incidência de juros. O parcelamento fica condicionado à prévia demonstração de prejuízos e dificuldades relacionados à pandemia de covid-19 e impede a inscrição do devedor no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim).

O § 3º do art. 7º dispõe que, se a parceria for celebrada com organização da sociedade civil com base na Lei nº 13.019, de 2014, a obrigação de devolver recursos ao Erário pode ser substituída por ações compensatórias de interesse público. O plano de trabalho deve mensurar o valor econômico da ação para fins de compensação, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja caso de restituição integral dos recursos.

O art. 8º preceitua que as entidades parceiras que não demitirem nem suspenderem pagamento a profissionais sem vínculo empregatício terão acesso prioritário a créditos oferecidos por instituições financeiras públicas e a benefícios fiscais instituídos em razão da pandemia de covid-19.

O art. 9º mantém a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas pelos prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 10 contém a cláusula de vigência da lei que se pretende criar: na data de sua publicação.

Foram apresentadas 5 (cinco) Emendas ao Projeto.

A Emenda nº 1 é de autoria conjunta da Senadora Mara Gabrilli e do Senador José Serra. Essa Emenda determina que o pagamento dos procedimentos financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec) deve ser efetuado conforme produção aprovada pelos gestores estaduais, distrital e municipais de saúde, nos mesmos termos estabelecidos antes da vigência da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.

Essa mesma Emenda determina a suspensão e autoriza a renegociação das metas e prazos relativos aos serviços prestados pelas organizações sociais de saúde, sem prejuízo dos repasses programados.

rw2021-07073



SF/21313.68237-06



6

A Emenda nº 2, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, altera o prazo de suspensão das metas para 31 de dezembro de 2021. O prazo de suspensão originalmente previsto no projeto é 31 de março de 2021.

A Emenda nº 3 é de autoria da Senadora Rose de Freitas. Essa Emenda propõe a atualização do texto, para que seja substituída a menção à vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, pela previsão de data específica: 31 de dezembro de 2021.

A Emenda nº 4, oferecida pelo Senador Flávio Arns, equivale à Emenda nº 2.

A Emenda nº 5, também do ilustre Senador Flávio Arns, altera o § 1º do art. 2º do PL, de forma a que se assegure o repasse integral dos recursos vinculados à parceria.

Este é, em síntese, o Relatório.

## II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pronunciar-se sobre a admissibilidade (constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa), e o mérito do presente projeto, em caráter terminativo (Regimento Interno do Senado Federal – RISF, arts. 91, I; 101, inciso I e alínea g do inciso II). Contudo, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota (SDR) do Senado Federal, cabe ao Plenário apreciar diretamente a presente matéria, em substituição à CCJ.

Quanto à admissibilidade, é preciso registrar que a proposição é constitucional, uma vez que compete à União legislar privativamente sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos, em todas as suas modalidades, o que inclui as normas sobre convênios (Constituição Federal – CF, art. 22, XXVII). Não há, ademais, reserva de iniciativa (CF, art. 61, § 1º), de modo que a proposição pode ser apresentada por parlamentar, como de fato ocorreu.

Em relação à constitucionalidade material, também nada há a opor. O projeto teve o cuidado de respeitar os princípios expressos (CF, art. 37) e implícitos da Administração Pública, tomando especial cuidado para

rw2021-07073



SF/21313.68237-06



7

resguardar os preceitos de supremacia e indisponibilidade do interesse público.

A tramitação seguiu os ritos do RISF, motivo por que se pode afirmar sua regimentalidade. Do mesmo modo, tem-se norma com potencial de inovar o ordenamento jurídico, sendo dotada, assim, de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer, uma vez que atendidos todos os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, só temos elogios a tecer. A proposição tem o nobre objetivo de socorrer as entidades que celebraram convênios com a administração pública para a prestação de serviços de interesse de toda a coletividade.

Não há dúvida de que as restrições determinadas para combater a pandemia da covid-19 atingiram fortemente a saúde financeira das entidades parceiras do Estado. O projeto submetido à análise apresenta respostas adequadas ao enfrentamento das dificuldades por que passam as entidades do terceiro setor em decorrência da crise sanitária.

O Poder Público precisa estender a mão às entidades do terceiro setor. Não deve a administração pública dispensar a preciosa ajuda prestada por esses entes, especialmente em um contexto de grave crise fiscal. O presente projeto traz instrumentos capazes de minimizar os impactos negativos causados pela pandemia aos parceiros privados que prestam, sem fins lucrativos, serviços de interesse coletivo.

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do projeto apenas com emendas de redação que ajustem os termos da ementa e dos arts. 1º e 2º, pois, apesar da perda da vigência do DLG nº 6, de 2020, é inegável que a pandemia continua afetando o dia a dia de brasileiros, que várias medidas restritivas ainda estão em vigor em muitos Estados e Municípios e que estamos em junho de 2021.

Rejeitam-se todas as Emendas propostas.

rw2021-07073





### III – VOTO

Por tais motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade regimental e, no mérito, pela **aprovação** do PL nº 4.133, de 2020, com as Emendas de redação abaixo, e pela rejeição de todas as demais Emendas:

#### EMENDA Nº 7 – PLEN (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação à ementa do PL nº 4.113, de 2020:

“Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública, durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da covid-19, e dá outras providências.”

#### EMENDA Nº 8 – PLEN (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º e 2º do PL nº 4.113, de 2020:

“**Art. 1º** As parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil celebradas nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, observarão o disposto nesta Lei, enquanto durarem as medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da covid-19.

.....”

“**Art. 2º** A necessidade de suspensão parcial ou integral, assim como de complementação de ações previstas em termos de fomento, em termos de colaboração, em acordos de cooperação, em termos de parceria, em contratos de gestão, em contratos de repasse e em convênios celebrados pela administração pública alcançados pelo disposto no art. 1º desta Lei não afetará a vigência do respectivo instrumento, quando decorrer de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia da covid-19.

.....

§ 3º .....

.....

III - não poderá vigorar em período que exceda a duração de medidas restritivas inseridas em norma federal, estadual, distrital ou municipal vinculada ao combate à pandemia da covid-19;

rw2021-07073



SF/21313.68237-06



9

”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21313.68237-06

rw2021-07073





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1718, DE 2021

Retirada das emendas nºs 4 e 5-PLN ao PL nº 4113/2020.

**AUTORIA:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

## REQUERIMENTO Nº , DE 2021

SF/21693.59973-11

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, **a retirada, em caráter definitivo, das emendas nº 4 e 5 apresentada ao PL 4113/2020.**

Brasília, 29 de junho de 2021.

**SENADOR FLAVIO ARNS**  
**(PODEMOS/PARANÁ)**



# Projeto de Lei nº 5991/2019





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

## PARECER Nº 145, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 5991, de 2019 (PL nº 7789/2017, na Câmara dos Deputados), do Deputado André Amaral, que institui a *Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão*.

SF/21594.71319-45

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário desta Casa o Projeto de Lei (PL) nº 5991, de 2019 (PL nº 7789/2017, na Câmara dos Deputados), do Deputado André Amaral, cuja ementa é transcrita acima.

O projeto institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, a fim de ampliar o acesso às tecnologias da informação e comunicação e o seu uso apropriado pela população brasileira. A política será de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para execução das ações dessa política, é mantido o Programa Computadores para Inclusão, do MCTIC, que compreende os seguintes instrumentos: (i) Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) - espaços físicos adaptados para o recondicionamento e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos e para a realização de cursos e oficinas e (ii) Pontos de Inclusão Digital (PID) - espaços físicos que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação.



Para o recebimento de equipamentos reconicionados pelos CRC, as instituições deverão se habilitar no órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão do MCTIC.

De acordo com o projeto, os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão informar ao MCTIC, mediante ofício ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento. O MCTIC, por meio do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão, indicará a instituição receptora dos bens.

O projeto determina que a lei resultante deva entrar em vigor na data de sua publicação.

Na Justificação, o autor destaca que *embora reconheçamos [...] o mérito das ações que já vêm empreendidas pelo MCTIC, entendemos que a legislação em vigor carece de elementos que definam com maior clareza os parâmetros que devem nortear a estratégia governamental de reaproveitamento e descarte de computadores.*

A matéria teve sua tramitação iniciada nesta Casa em 12 de novembro de 2019 e encontra-se em Plenário.

Foram apresentadas doze emendas.

A **Emenda nº 1**, da Senadora Rose de Freitas, altera o art. 1º do projeto para determinar que o acesso às tecnologias da informação e comunicação promovido por esta Lei respeite o princípio da não discriminação, com a promoção e proteção dos direitos da mulher, da criança, do idoso e das minorias.

A **Emenda nº 2**, da Senadora Mara Gabrilli, inclui dispositivo para determinar que o desvio de finalidade do equipamento eletrônico doado constitui ato de improbidade administrativa e o agente público responsável responderá nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

O Senador Mecias de Jesus apresentou duas emendas. A **Emenda nº 3** explicita indígenas e quilombolas entre o público entre o público objeto das ações dos CRC. A **Emenda nº 4** para que a União

lp2021-07246



promoverá ações de estímulo a função social da empresa dentro do escopo do projeto.

O Senador Weverton apresentou oito emendas. A **Emenda nº 5** determina que os critérios para a habilitação de instituições como PID e CRC, sejam definidos em regulamento a ser elaborado pelo Órgão Gestor do Programa Computadores para Inclusão. A **Emenda nº 6** define a inclusão social entre as ações do Programa Computadores para Inclusão. A **Emenda nº 7** define critérios para que órgãos ou entidades procedam diretamente o desfazimento dos materiais. A **Emenda nº 8** inclui convênio ou outro instrumento jurídico semelhante, entre as formas de participação na política pública ora estabelecida de doação por parte das empresas públicas e de economias mista, os órgãos dos poderes legislativo e judiciário, os governos Estaduais e Municipais e o setor privado. A **Emenda nº 9** inclui bibliotecas entre as instituições que podem fazer parcerias com os PID e CRC. A **Emenda nº 10** esclarece que a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos possa estar vinculada não somente ao Programa Computadores para Inclusão, mas também, outros programas que sejam criados com finalidade semelhante. A **Emenda nº 11** inclui a garantia à continuidade dos programas de educação promovidos pelo Estado entre os objetivos da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos. A **Emenda nº 12** busca tornar mais claro que a política instituída se direciona ao descarte de equipamentos e bens de informática da administração pública direta, autarquias e fundações.

## II – ANÁLISE

A apreciação do PL nº 5991, de 2019, diretamente pelo Plenário desta Casa, sem prévia deliberação pelas comissões temáticas, encontra amparo no § 3º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação a teor do art. 23, V, da Constituição Federal (CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

lp2021-07246

SF/21594.71319-45





No que concerne à juridicidade da proposição em análise, verifica-se que: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) apresenta o atributo da generalidade; e iii) afigura-se dotada de potencial coercitividade; iv) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e v) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico.

O projeto não apresenta vício regimental e está redigido de acordo com os padrões de redação preconizados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Do ponto de vista do mérito, inicialmente, destacamos a importância da iniciativa. Todos os anos, milhares de equipamentos de informática usados são trocados em toda a administração pública e doados. O Governo Federal, reconhecendo essa importância e a necessidade de se promover a inclusão digital, publicou o Decreto nº 9.373, de 2018, o qual dispõe, em seu art. 14, que:

Os equipamentos, as peças e os componentes de tecnologia da informação e comunicação classificados como ociosos ou recuperáveis poderão ser doados a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem do programa de inclusão digital do Governo federal, conforme disciplinado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

*De acordo com a Agência Brasil, desde o início do programa, em 2004, mais de 12,3 mil alunos foram capacitados, 20 mil computadores foram recondicionados e doados a 1,4 mil pontos de Inclusão Digital localizados em 498 municípios em todo o Brasil. Mais de 1,1 mil toneladas de resíduos eletrônicos foram tratadas.*

Os equipamentos eletrônicos doados por instituições públicas e privadas são recondicionados pelos CRC para posterior entrega para escolas, bibliotecas e telecentros.

Ademais, os CRC oferecem cursos de informática e de reaproveitamento de computadores que ajudam jovens de 16 a 24 anos, pertencentes a uma parcela carente da população, a se qualificar para melhores empregos. Outro público bastante atendido são os idosos, considerados vulneráveis à exclusão digital. Trata-se, dessa forma, de uma política com impactos educacionais, que promove a redução da desigualdade social por meio da democratização de acesso aos meios digitais, e torna mais eficiente o uso de recursos públicos.

lp2021-07246



SF/21594.71319-45



Apesar de essas iniciativas já serem realidade, o fato de serem regidas por normas infralegais tem representado um sério obstáculo à continuidade das ações, em especial, devido à Lei Eleitoral que, em seu art. 73, § 10, determina que *no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos [...] de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.*

Dessa forma, faz-se necessário um marco legal que autorize tais doações dentro de um programa social. É exatamente esse o intuito do PL nº 5991, de 2019, que ora relatamos e apoiamos integralmente.

A política instituída pelo projeto torna-se ainda mais relevante diante das desigualdades de acesso digital evidenciadas pela crise da pandemia. Centenas de milhares de alunos e educadores da rede pública de ensino não possuem os meios mínimos necessários para viabilizar o ensino à distância. Infelizmente, a desigualdade educacional e, conseqüentemente, de renda, tende a aumentar para a atual geração em decorrência das desigualdades de acesso e oportunidades que o enfrentamento da covid-19 evidenciou e aprofundou.

A eventual aprovação do PL nº 5991, de 2019, não acarretará impacto algum ao orçamento público, pois não implica novas despesas, novos custos administrativos, tampouco impõe custos regulatórios para o Estado. Ao contrário, trata-se de uma iniciativa que promove o uso mais eficiente de recursos que de outra forma seriam descartados na natureza, dando-lhes uma sobrevida e uma utilidade ímpar para uma parcela da sociedade muitas vezes negligenciada e que possui o direito à inclusão digital e melhores oportunidades.

Apresentamos emenda de redação de forma a utilizar os termos mais adequados para os fins do projeto. Apresentamos, ainda, mais três emendas para criar formalmente no corpo do projeto o Programa Computadores para Inclusão, bem como remetemos ao regulamento os critérios de inclusão de instituições como PID e CRC. Com tais alterações, acreditamos oferecer uma solução para eventuais questionamentos de vício de constitucionalidade formal do projeto.

Destaco que uma das emendas apresentadas por este Relator foi gentilmente sugerida pelo Ilustre Senador Alessandro Vieira para que os CRC redirecionem para escolas da rede pública de educação básica ao menos



SF/21594.71319-45



uma porcentagem, a ser fixada em regulamento, dos equipamentos de informática recondicionados.

O projeto recebeu 12 emendas, com as mais diversas e louváveis contribuições. Apresentamos a seguir uma análise breve para otimizar o processo.

Inicialmente, **acolhemos as Emendas nºs 3, 6, 9 e 12**, que contribuírem para tornar explícito na letra lei o objetivo geral da política instituída, da inclusão social, bem como a inclusão de povos indígenas e quilombolas entre grupos beneficiários das ações, além das bibliotecas como instituições parceiras dos PID e CRC.

Diante das emendas deste relator e do acolhimento das emendas citadas, ficam **prejudicadas a Emenda nº 5 e 10** que tratam de critérios de habilitação de instituições como PID e CRC, além da criação de outros programas para os fins do projeto em questão, em razão das emendas apresentadas por este relator.

As seguintes emendas **ficam rejeitadas**: a **Emenda nº 1**, apesar de concordarmos integralmente com seu teor, consideramos que o objetivo pretendido já está plenamente atendido pelos arts. 3º e 8º do PL nº 5991, de 2019, por definir como beneficiários prioritários da política ora instituída os povos, os grupos, as comunidades e as populações em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso às tecnologias da informação e comunicação, bem como o público considerado como prioritário e estratégico pelo órgão gestor das ações de inclusão digital; a **Emenda nº 2** busca responsabilizar o agente público que pratique desvio de finalidade do equipamento eletrônico doado. Contudo, eventuais atos nesse sentido já são abarcados pela Lei de Improbidade administrativa – Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual prevê penalidades para o agente público que praticar ato diverso daquele previsto na lei; a **Emenda nº 4**, em razão de a matéria em questão não tratar de empresas privadas; a **Emenda nº 7** por invadir a discricionariedade de outras entidades que não poder executivo federal defina critérios para que órgãos ou entidades procedam diretamente o desfazimento dos materiais; a **Emenda nº 8** pelo fato de incluir entre as parcerias possíveis com demais órgãos e entes o convênio ou outro instrumento jurídico semelhante, que, ao contrário da cooperação técnica, envolve recursos; e a **Emenda nº 11**, pois, ao incluir a garantia à continuidade dos programas de educação promovidos pelo Estado entre os objetivos da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, extrapola os objetivos do programa, que é

lp2021-07246

SF/21594.71319-45



7

servir aproveitamento de materiais, dando maior eficiência ao Estado, e não a garantia de outros programas de educação, que cabe à União, Estados e Municípios.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5991, de 2019, com o acolhimento das Emendas nºs 3, 6, 9 e 12, além das seguintes apresentadas por este Relator, restando prejudicadas as Emendas nºs 5 e 10, e rejeição das demais.

#### **EMENDA Nº 13 - PLEN (REDAÇÃO)** (ao PL nº 5991, de 2019)

Dê-se a seguinte redação aos arts. 5º, 6º, 9º e 12 do Projeto de Lei nº 5991, de 2019, para substituir os termos referentes a ministérios por “Poder Executivo federal” ou “União”, onde couber:

“**Art. 5º** Para o recebimento de equipamentos reconicionados pelos CRC, as instituições deverão estar habilitadas no órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão do Poder Executivo federal.”

“**Art. 6º** Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional informarão ao Poder Executivo federal, mediante ofício ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, eletroeletrônicos, peças-parte ou componentes, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento.

.....  
§ 3º O Poder Executivo federal, por meio do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão, indicará a instituição receptora dos bens.

§ 4º Se não ocorrer manifestação por parte do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão no prazo de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade que houver prestado a informação a que se refere o caput deste artigo poderá proceder ao desfazimento dos materiais.”

“**Art. 9º** .....

lp2021-07246

SF/21594.71319-45



8

I - .....

g) atender a públicos considerados, pelo Poder Executivo federal, prioritários e estratégicos das ações de inclusão digital;

.....”

“**Art. 12.** A Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

**EMENDA Nº 14 - PLEN**

(ao PL nº 5991, de 2019)

Exclua-se o inciso V do art. 2º do Projeto de Lei nº 5991, de 2019.

**EMENDA Nº 15 - PLEN**

(ao PL nº 5991, de 2019)

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei nº 5991, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 4º** Fica criado o Programa Computadores para Inclusão compreendendo os seguintes instrumentos:

.....

§ 3º Os critérios para a habilitação de instituições como PID e CRC serão definidos em regulamento.”

**EMENDA Nº 16 - PLEN**

(ao PL nº 5991, de 2019)

Inclua-se no art. 4º do Projeto de Lei nº 5991, de 2019, o seguinte parágrafo:

lp2021-07246



9

“Art. 4º .....

§ 4º Os CRC deverão redirecionar para escolas da rede pública de educação básica ao menos uma porcentagem, a ser fixada em regulamento, dos equipamentos de informática reconicionados.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



lp2021-07246



# Mensagem nº 18/2021





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel



## PARECER Nº 146, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2021, da Presidência da República, que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Salvador, no Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª Fase”.

Relator: Senador **ANGELO CORONEL**

### I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Salvador (BA), que solicita autorização para contratar operação de crédito







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª FASE”. O seu objetivo é melhorar a eficiência da prestação de serviços sociais em assistência social, educação e saúde.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TB054330.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros LIBOR semestral, acrescida de *spread* variável, a ser definido periodicamente pelo Banco, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 2,56% a.a., inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 4,25% a.a., ambas para uma *duration* de 14,5 anos.

## II – ANÁLISE

Ressalte-se, de imediato, que a atual situação de endividamento do Município de Salvador (BA) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 18983 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 3 de dezembro de 2020, complementado pelo seu Parecer SEI nº 2682, de 3 de março de 2021, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Salvador (BA) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de

SF/21351.62535-87





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Salvador (BA) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, sendo as margens disponíveis apuradas suficientes para cobrir eventual obrigação financeira que venha a ser honrada pela União, conforme consignado nos Ofícios SEI nº 299714 e nº 301530, de 26 de novembro de 2020 e 27 de novembro de 2020, respectivamente, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Salvador (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 9.182, de 12 de dezembro de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Salvador (BA) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 39825, de 18 de setembro de 2020, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Município possui capacidade de pagamento





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

“B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União. Dessa forma, com contragarantias suficientes, ao lado do custo efetivo favorável, a operação de crédito pretendida é elegível para a obtenção de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Salvador (BA) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame, pois:

i) estão sendo observadas as exigências e condições definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para a prestação de garantia por parte da União, e

ii) a operação de crédito em exame atende, também, como enfatizado, os requisitos previstos nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, e na Resolução nº 40, ambas de 2001, observando, assim, os limites de endividamento e demais condições nelas estabelecidos, assim como as determinações contidas na LRF.

### III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Salvador (BA) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 39, DE 2021

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

SF/21351.62535-87

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)

*Parágrafo único.* Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Salvador Social - 2ª FASE”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

**I - Devedor:** Município de Salvador (BA);

**II - Credor:** Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

**III - Garantidor:** República Federativa do Brasil;





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

**IV - Valor:** US\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sujeita ao Sistema de Amortização Constante;

**V - Juros:** taxa LIBOR de 6 (seis) meses mais *Spread* variável a ser determinada periodicamente pelo BIRD;

**VI – Juros de Mora:** acréscimo de 0,5% à taxa de juros em caso de mora;

**VII - Cronograma Estimativo de Desembolsos:** US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; US\$ 32.350.000,00 (trinte e dois milhões e trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022; US\$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, e US\$ 18.150.000,00 (dezoito milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2024;

**VIII - Comissão de Compromisso:** 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

**IX – Comissão de Abertura (*front-end fee*):** 0,25% aplicado sobre o montante do empréstimo;

**X - Sobretaxa de Exposição (*exposure surcharge*):** 0,5% (cinquenta centésimos) ao ano, aplicável no caso de o limite de exposição do Banco ao país ser excedido, em relação ao excesso, multiplicado pela proporção do empréstimo em relação ao total de empréstimos do banco no país sujeitos à cobrança desse encargo;

**XI – Prazo de Amortização:** 306 (trezentos e seis) meses, após carência de 60 (sessenta) meses.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

**Art. 3º** Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e relativa aos precatórios.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

, Presidente  
, Relator



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Indicações





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 42, DE 2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia que adote providências para permitir que microempresas e empresas de pequeno porte possam participar do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

**AUTORIA:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## INDICAÇÃO Nº DE 2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia que adote providências para permitir que microempresas e empresas de pequeno porte possam participar do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre



Com amparo nos artigos 224, I, e 226, I, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela Resolução nº 14, de 2019, solicito que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia sugestão para que sejam tomadas as providências necessárias para permitir que microempresas e empresas de pequeno porte possam participar do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre, diminuindo o requisito do valor do patrimônio líquido necessário para a concessão desse regime.

### JUSTIFICAÇÃO

Conforme explicações contidas no site da Receita Federal, a Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 2018, estabeleceu normas complementares à Portaria MF nº 307, de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

No intuito de disciplinar o controle aduaneiro das atividades a serem executadas pelas lojas francas de fronteira em questão, a nova norma estabelece o exato alcance daquilo que a Portaria e a Lei entendem como "fronteira terrestre" aptas a terem lojas francas autorizadas a funcionar.

A Lei nº 12.723, de 2012, que alterou o Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, trouxe a previsão de que poderá ser autorizada a instalação de lojas francas para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira à pessoa em viagem terrestre internacional, contra pagamento em moeda nacional ou estrangeira. Essa autorização poderá ser concedida, no caso em tela, apenas às sedes de





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil, a critério da autoridade competente.

Em 2014, o Ministério da Fazenda editou a Portaria MF nº 307, que regulamentou a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre. Esta Portaria, entretanto, carece de outro ato infralegal, no caso a Instrução Normativa em voga, para regulamentar e detalhar a instalação e o funcionamento das lojas francas de fronteiras terrestres, incluindo a operacionalização do sistema informatizado, bem como das obrigações e respectivas penalidades por descumprimento a cargo das lojas francas.

Logo no início, a Instrução Normativa em comento deixa claro que somente em cidade gêmea de cidade estrangeira na linha de fronteira do Brasil constante em ato do Ministro da Fazenda poderá ser instalada a loja franca de que trata a presente norma. Também prevê que, em casos excepcionais, poderá ser autorizada a instalação de depósito em área não contígua, localizado no mesmo município da loja franca.

A Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 2018, traz também, em seu art. 5º, a determinação de que a autorização para concessão do regime especial de loja franca, quando feita em fronteira terrestre, seja feita à pessoa jurídica estabelecida no País que atenda a determinadas condições, dentre elas, cumprir requisitos de regularidade fiscal, não possuir pendências junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ter patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2 milhões e dispor de sistema informatizado para controle de entrada, estoque e saída de mercadorias, de registro e apuração de créditos tributários, próprios e de terceiros, devidos, extintos ou com pagamento suspenso, integrado aos sistemas corporativos da beneficiária, que atenda aos requisitos e especificações estabelecidos em ato normativo específico da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).

Ocorre que o requisito de ter patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2 milhões inviabiliza a participação das microempresas e parte considerável das empresas de pequeno porte, conforme definição constante da Lei Complementar nº 123, de 2006. Trata-se de claro abuso de poder regulatório, pois tem-se norma que impede entrada de novos *players* no mercado de lojas francas de fronteira, contrariando a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 2019).



SF/21556.85689-00





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Assim, contamos com a colaboração do Ministério da Economia no sentido de suprimir essa desigualdade de tratamento em desfavor das microempresas e empresas de pequeno porte.

Sala das Sessões,

Senador **LASIER MARTINS**  
(PODEMOS-RS)





## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 43, DE 2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a edição de regulamento sobre a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão.

**AUTORIA:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## INDICAÇÃO Nº DE 2021

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações a edição de regulamento sobre a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão, mediante parcelamento mensal pelo tempo previsto na concessão ou permissão, nos termos do art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com redação dada pela Lei nº 14.027, de 20 de julho de 2020.



SF/21243.38035-45

Com amparo no art. 224, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, solicitamos que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações sugestão para a edição de regulamento que discipline a regularização do pagamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão, mediante parcelamento mensal pelo tempo previsto na concessão ou permissão, nos termos do art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com redação dada pela Lei nº 14.027, de 20 de julho de 2020.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.027, de 20 de julho de 2020, atualizou os mandamentos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, de forma a estabelecer regras para emissoras de televisão e organizações da sociedade civil na distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada.

O § 1º do art. 1º-B da referida legislação prevê que a regularização do pagamento pelo preço público da outorga, devido pelas emissoras de TV de acordo com o respectivo edital de licitação, poderá ser realizada por meio de parcelamento mensal no período da concessão ou da permissão, o que não





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

impede o licenciamento da estação ou seu funcionamento em caráter provisório ou precário.

Nesse sentido, para a regularização da situação de emissoras que, eventualmente, ainda não pagaram pelo direito de exploração do serviço, é fundamental a regulamentação do citado dispositivo legal.

Assim, a indicação que fazemos é que o Ministério das Comunicações, responsável pela outorga das concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão, edite norma infralegal regulamentando o art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, proporcionando segurança jurídica para as emissoras de televisão a que se aplica a regra.

Sala das Sessões,

Senador **LASIER MARTINS**  
(PODEMOS-RS)



# Mensagem do Presidente da República



## MENSAGEM Nº 306

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera o Anexo V à Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 14.178, de 28 de junho de 2021.

Brasília, 28 de junho de 2021.





## Mensagem da Presidência da República

- nº 306, de 2021, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2021, sancionado e convertido na Lei nº 14.178, de 28 de junho de 2021.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2356, DE 2021

Institui o Dia Nacional em Homenagem às Vítimas de COVID-19.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Institui o Dia Nacional em Homenagem às Vítimas de COVID-19.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** É instituído o dia 12 de março como Dia Nacional em Homenagem às Vítimas de COVID-19.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Em 12 de março de 2020 ocorreu, no Brasil, a primeira morte por COVID-19<sup>1</sup>. Essa morte, infelizmente, foi o prenúncio de uma tragédia sem precedentes na história nacional, de enormes proporções, a qual assolaria o país durante os anos de 2020 e 2021.

Assistimos, desde então, a hospitais lotados e à atuação de autoridades negacionistas. Por outro lado, pudemos ver, emocionados, o esforço dos valorosos profissionais de saúde, os quais, muitas vezes sem condições adequadas de trabalho, salvaram inúmeras vidas com sua dedicação exemplar. O Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou resiliência e

1 Conforme o Boletim Epidemiológico Especial nº 20, do Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde), p. 34, “[c]om a conclusão das investigações de óbito suspeitos de COVID-19 realizados pelos estados, foi possível determinar que o primeiro óbito confirmado laboratorialmente por COVID-19 ocorreu no dia 12 de março [...]”. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/July/01/Boletim-epidemiologico-COVID-20-3.pdf> Acesso em 29 de junho de 2021.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

não há dúvidas de que, sem um sistema público e gratuito que atendesse o povo brasileiro, tudo teria sido muito pior.

Também é importantíssimo ressaltar o trabalho heroico desempenhado por outros milhões de trabalhadores brasileiros, formais e informais, que arriscaram suas vidas para manter em funcionamento serviços e atividades essenciais à sociedade. Como exemplo, podemos citar os motoristas e cobradores de ônibus, os funcionários de farmácias e supermercados, os profissionais da limpeza urbana, os trabalhadores do campo, os motoristas de caminhão, os policiais e bombeiros, os profissionais do setor funerário e tantas outras categorias profissionais que se expuseram ao risco de contaminação por uma doença com alto potencial de letalidade e sobre a qual inicialmente pouco se sabia.

No momento atual, o país ultrapassou a triste marca de mais de meio milhão de mortos. Mais do que simples estatísticas, os falecidos são nossos pais, irmãos, parentes e amigos queridos. Suas ausências nos deixam imensa dor; o país está enlutado. Cada uma dessas vidas perdidas importa muito e jamais as esqueceremos.

Com o fim de realizar uma justa homenagem às vítimas da covid-19, e para que nunca nos esqueçamos do ocorrido, solicito aos nobres Pares o apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador **ROGÉRIO CARVALHO**

PT/SE

Senador **HUMBERTO COSTA**

PT/PE



SF/21279.74324-24





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2361, DE 2021

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para estabelecer cronograma de expansão do mercado livre de energia elétrica.

**AUTORIA:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para estabelecer cronograma de expansão do mercado livre de energia elétrica.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte alteração no § 4º e da adição dos seguintes §§ 11 a 16:

“**Art. 15.** .....

.....  
§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga igual ou superior a 300 kW (trezentos quilowatts), atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN.

.....  
§ 11. A partir de 1º de julho de 2023, os consumidores com carga igual ou superior a 200 kW (duzentos quilowatts), atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN.

§ 12. A partir de 1º de julho de 2024, os consumidores com carga igual ou superior a 2,3 kW (dois inteiros e três décimos de quilowatts) poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizados de energia elétrica do SIN.

§ 13. A partir de 1º de julho de 2025, os consumidores com consumo igual ou superior a 200 kWh/mês (duzentos quilowatts-hora por mês) poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizados de energia elétrica do SIN.

§ 14. A partir de 1º de julho de 2026, todos os consumidores poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

concessionário, permissionário ou autorizados de energia elétrica do SIN.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A proposição legislativa visa criar cronograma de abertura de mercado de energia elétrica. Em 1995, o Congresso Nacional estabeleceu a previsão legal para que todos os consumidores pudessem optar livremente pelo seu próprio fornecedor de energia elétrica, sem prever, contudo, um prazo para que essa abertura do mercado ocorresse. Decorrido um quarto de século, o Brasil conta com um mercado livre que atende a apenas 20 mil de suas mais de 86 milhões de unidades consumidores.

Esses poucos privilegiados são essencialmente a grande indústria e o comércio, que se beneficiam da livre e ampla competição entre geradores de energia elétrica. No mercado de varejo, composto por pequenos e médios consumidores, ainda hoje é negado o direito de escolha do fornecedor de energia. Atualmente, já são mais de dois mil supridores com preços muito mais atraentes do que os oferecidos aos consumidores atendidos em condição monopolista pelas distribuidoras de energia elétrica.

Hoje, contudo, o mundo mudou. A inserção das energias renováveis e de novas tecnologias no setor elétrico configura-se como uma pauta de modernização que empodera o consumidor, permitindo-lhe atuar de forma ativa no controle de seu consumo e abrindo-lhe as portas da eficiência.

Para tanto, entretanto, é necessário dar ao consumidor a liberdade de escolha. A livre compra da energia elétrica que consome, a chamada portabilidade da conta de luz, é um anseio dos consumidores brasileiros, conforme há anos sobejamente demonstrado em pesquisas e opinião.

A pauta da abertura do mercado de energia elétrica a todos os consumidores já foi amplamente discutida, em especial na consulta pública 33/2017, promovida pelo Ministério de Minas e Energia, que colocou a







SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador WELLINGTON FAGUNDES

portabilidade da conta de luz como a principal prioridade da modernização setorial. Deste então, infelizmente, pouco se avançou.

Esse é o objetivo desta demanda, que colocará o Brasil no rol das economias mais desenvolvidas, permitindo ao País um salto qualitativo no setor elétrico que certamente impulsionará o desenvolvimento econômico nacional.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.074, de 7 de Julho de 1995 - LEI-9074-1995-07-07 - 9074/95

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9074>

- artigo 15





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2366, DE 2021

Altera a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para estender as Áreas de Livre Comércio de Brasília com extensão para o Município de Epitaciolândia – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS a outros Municípios do Acre.

**AUTORIA:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, para estender as Áreas de Livre Comércio de Brasília com extensão para o Município de Epitaciolândia – ALCB e de Cruzeiro do Sul – ALCCS a outros Municípios do Acre.

SF/21178.95468-80

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.857, de 8 de março de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Brasília, com extensão para os Municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri, no Estado do Acre, e no Município de Cruzeiro do Sul, com extensão para os Municípios de Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá, no Estado do Acre, Áreas de Livre Comércio de exportação e importação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das respectivas regiões.” (NR)

“**Art. 2º** O Poder Executivo fará demarcar as áreas onde serão instaladas as Áreas de Livre Comércio de Brasília com extensão para os Municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri – ALCB e de Cruzeiro do Sul com extensão para os Municípios de Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá – ALCCS, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

*Parágrafo único.* Consideram-se integrantes da ALCB e da ALCCS todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.” (NR)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Criadas para promover o desenvolvimento econômico e social das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana visando a integrá-las ao restante do país, as Áreas de Livre Comércio (ALCs) inspiram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM), cujos impactos positivos no Amazonas são amplamente reconhecidos. As ALCs buscam oferecer condições semelhantes àquelas em vigor na ZFM com foco, especialmente, no beneficiamento de matérias-primas locais. Além disso, as ALCs contribuem para reduzir o custo de vida da população ao afetar o preço de mercadorias importadas e nacionais.

O Brasil conta hoje com as ALCs de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Tabatinga, no Amazonas, de Macapá e Santana, no Amapá, e de Brasília (com extensão a Eptaciolândia) e de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Conforme se pode observar, no caso do Acre, as duas ALCs alcançam três municípios do estado. Contudo, vários outros municípios acreanos têm o potencial de agregar valor às matérias-primas locais (tanto para a exportação, quanto para o consumo no mercado interno) e fazem fronteira ou estão muito próximos do Peru e da Bolívia. Por essa razão, estamos propondo, neste projeto de lei, a extensão das duas ALCs existentes no estado a outros municípios.

Trata-se, assim, de incluir, na Área de Livre Comércio de Brasília com extensão para o município de Eptaciolândia (ALCB), os seguintes municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Xapuri, e na Área de Livre Comércio de Cruzeiro do Sul (ALCCS) os seguintes municípios: Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá. Os ganhos para as populações locais são evidentes, tanto no setor comercial, como no setor industrial.



SF/21178.95468-80





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Marcio Bittar

Com esse propósito, o projeto de lei que ora submetemos a nossos Pares altera o art. 1º da Lei nº 8.857, de 1994, para estender aos municípios indicados as duas áreas de livre comércio. A proposição altera ainda o *caput* do art. 2º para remover restrições quanto às áreas demarcadas, hoje necessariamente contínuas e limitadas a 20 km². Foi preciso também alterar o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.857, de 1994, para adequá-lo às alterações dos demais dispositivos.

Trata-se, aqui, de articular a ação da União em um mesmo complexo geoeconômico e social visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Em outras palavras: trata-se de contribuir para o cumprimento do que prevê a Constituição Federal em seu art. 43, que admite, inclusive, o uso de incentivos regionais para esse fim. Na prática, esse dispositivo reconhece que a promoção do desenvolvimento regional é um requisito para o desenvolvimento do País como um todo.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador MARCIO BITTAR



SF/21178.95468-80



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.857, de 8 de Março de 1994 - LEI-8857-1994-03-08 - 8857/94

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8857>

- artigo 1º

- artigo 2º

- parágrafo único do artigo 2º



# Projeto de Lei Complementar







# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 99, DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dispor sobre a possibilidade de hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para ações de custeio e investimento na saúde especializada independente de pendências referentes à adimplência financeira.

**AUTORIA:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE 2021

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para dispor sobre a possibilidade de hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para ações de custeio e investimento na saúde especializada independente de pendências referentes à adimplência financeira.

SF/21364.25589-09

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O artigo 25 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 25 .....

.....

§ 4º Os hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), podem receber do Fundo Nacional de Saúde recursos oriundos de emendas parlamentares individuais e de bancada, independente de pendências de obrigações referentes à adimplência financeira de que trata a alínea “a” do inciso IV do § 1º do *caput*.

§ 5º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos desta Lei deverá ser, obrigatoriamente, aplicada em ações de custeio e investimento na saúde especializada.

§ 6º As entidades beneficiadas deverão prestar contas na plataforma instituída pelo Decreto nº 10.035 de 1º de outubro de 2019 quando os recursos forem aplicados por meio de convênio e ao Fundo Nacional de Saúde no caso de recursos classificados como custeio.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

O segmento hospitalar filantrópico brasileiro responde por mais de 50% da assistência SUS no país, sendo que, notadamente, na alta complexidade, este percentual é superior a 70%. São quase 2 mil hospitais distribuídos em todo Brasil, sendo que em alguns Estados os filantrópicos predominam entre as estruturas hospitalares, todos dependentes das transferências de recursos do Orçamento da União.

Esta rede assistencial filantrópica oferece aos brasileiros 170 mil leitos hospitalares, dos quais 127 mil conveniados com o SUS, sendo 24 mil leitos de Unidades de Terapia Intensiva – UTI's. Toda essa estrutura mantém cerca de 1 milhão de empregos diretos e, indiretamente, mais de 3 milhões de pessoas dependem economicamente destes postos de trabalho. Em 926 municípios as santas casas e hospitais filantrópicos caracterizam-se como a única unidade de saúde existente.

Ocorre que o artigo 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece em seu art. 25, § 1º, que são exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, a comprovação, por parte do beneficiário, de: *i)* que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos; *ii)* cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde; *iii)* observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal; *iv)* previsão orçamentária de contrapartida.

Além disso, as Leis de Diretrizes Orçamentárias, a cada ano, exigem para a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a comprovação da situação de adimplência do Município, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais.

Tanto é assim, que o art. 84 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), dispõe que “o ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere, bem como dos aditamentos



SF/21364.25589-09





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, que devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso”.

Esse artigo traz no seu § 2º que a emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura desses instrumentos não dependerão da situação de adimplência do Município de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, identificada em cadastros ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, como o CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias.

O CAUC foi instituído pela Instrução Normativa (IN) nº 2/2012 da Secretaria de Tesouro Nacional (STN), em substituição ao antigo Cadastro Único de Convênio. Trata-se de um serviço que disponibiliza informações acerca da situação de cumprimento de requisitos fiscais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal para os entes federativos, seus órgãos e entidades, e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Para isso, o CAUC consolida em um documento único os dados recebidos de cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais geridos pelos órgãos e entidades da União. O objetivo é facilitar a verificação do cumprimento dos requisitos fiscais para fins de recebimento de transferência voluntária pelos gestores de entes políticos e de OSC, como também pelos gestores federais.

Assim, este projeto dispõe que os hospitais filantrópicos e santas casas, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos fundos de saúde estaduais, distrital ou municipais com os quais estejam contratualizados, e que tenham pendências no grupo I do CAUC, Obrigações de Adimplência Financeira, possam receber recursos oriundos de emendas parlamentares individuais e de bancada.

Essas instituições de saúde estão tendo que utilizar um fundo público (municipal ou estadual) de entreposto para efetuar o repasse de recursos oriundos de emendas parlamentares, individuais e de bancada, para que possam manter seus serviços. Esse procedimento se torna burocrático e moroso,





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

prejudicando a prestação de serviços de saúde. Além disso, a ideia é que a possibilidade proposta neste projeto de lei seja permanente, e não apenas para o período de crise financeira que os hospitais filantrópicos e as Santas Casas estão passando decorrente da pandemia do Covid-19.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 inseriu dispositivos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT os quais preveem que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Tal exigência é ratificada pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e das leis de diretrizes orçamentárias, como a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 (LDO 2021), que determina, em seu art. 125, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais, que as proposições legislativas e as suas emendas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes.

Entretanto, com relação ao impacto orçamentário-financeiro deste projeto de lei, de que trata a Emenda Constitucional nº 95/2016, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Leis de Diretrizes Orçamentárias a cada ano, informamos que não haverá aumento da despesa da União, pois tais recursos já estarão sempre contemplados no Orçamento da União, por meio de emendas individuais e de bancada, todas de caráter obrigatório.

Entendo que esta alteração à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, vem em justo socorro das santas casas e hospitais sem fins lucrativos, reconhecendo o papel essencial que realizam na saúde pública, razão pela qual peço o apoio dos Ilustres Pares na aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

**Senador Lasier Martins**  
(PODEMOS-RS)

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Alexandre Costa - Gabinete 03  
CEP 70165-900 - Brasília DF



SF/21364.25589-09



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- Decreto nº 10.035, de 1º de Outubro de 2019 - DEC-10035-2019-10-01 - 10035/19

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;10035>

- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- artigo 25

- Lei nº 14.116 de 31/12/2020 - LEI-14116-2020-12-31 , Lei de Diretrizes Orçamentárias

- LDO - 14116/20

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2020;14116>

- artigo 84



# Projeto de Resolução





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, DE 2021

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar os pareceres sobre proposições que tramitam em conjunto.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)







**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para disciplinar os pareceres sobre proposições que tramitam em conjunto.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** O art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“**Art. 260.** .....

.....

§ 4º Observado o disposto no art. 133, o parecer sobre proposições que tramitam em conjunto poderá concluir pela:

I – aprovação de todas;

II – pela aprovação de umas e rejeição de outras;

III – pela rejeição de todas.

§ 5º Na hipótese dos incisos I e II do § 4º, o parecer definirá a proposição preferida pela comissão, à qual poderá apresentar emendas, inclusive substitutiva, restando as demais com parecer favorável aprovadas na forma daquela.” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às proposições em tramitação que não tenham sido, ainda, totalmente instruídas pelas Comissões.



SF/21548.02478-90



## JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF) não disciplina, hoje, como devem ser tratadas as proposições que tramitam em conjunto, no tocante à sua aprovação ou rejeição.

O seu art. 164, tão somente, prevê que *os projetos regulando a mesma matéria (art. 258) figurarão na Ordem do Dia em série, iniciada pela proposição preferida pela comissão competente, de maneira que a decisão do Plenário sobre esta prejudgue as demais.*

Isso faz com que as comissões somente possam se manifestar pela aprovação de uma das proposições que tramitam em conjunto, a preferida pelo colegiado.

Trata-se de tratamento que, muitas vezes representa injustiça com projetos que, muitas vezes, são utilizados para construir o voto da comissão, mas acabam, simplesmente, prejudicados.

Para evitar esse problema, estamos apresentando o presente projeto de Resolução do Senado, para permitir que o parecer sobre proposições que tramitam em conjunto possa concluir pela:

- I – aprovação de todas as proposições;
- II – pela aprovação de umas proposições e rejeição de outras; ou
- III – pela rejeição de todas as proposições.

Na hipótese de haver proposições acolhidas, o parecer definirá a proposição preferida pela comissão, restando as demais com parecer favorável aprovadas na forma daquela.

Com isso, poderemos ter a aprovação de todas aquelas propostas que caminham numa mesma direção.

Trata-se de procedimento similar ao adotado na Câmara dos Deputados, apenas com as adaptações necessárias ao regime de tramitação previsto no RISF, no qual, diferentemente do que ocorre naquela Casa, as proposições não são apensadas, mas tramitam em conjunto.

SF/21548.02478-90



3

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970)  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>
- artigo 260



# Proposta de Emenda à Constituição





## SENADO FEDERAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 2021

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para aumentar, até 31 de dezembro de 2021, o limite de moratória e parcelamento de débitos previdenciários dos entes federativos, e de suas autarquias e fundações públicas, vencidos até a promulgação desta Emenda Constitucional para 240 (duzentos e quarenta) meses.

**AUTORIA:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA) (1º signatário), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº. , DE 2021

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para aumentar, até 31 de dezembro de 2021, o limite de moratória e parcelamento de débitos previdenciários dos entes federativos, e de suas autarquias e fundações públicas, vencidos até a promulgação desta Emenda Constitucional para 240 (duzentos e quarenta) meses

**Art. 1º.** O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 115. O limite de moratória e parcelamento de débitos previdenciários dos entes federativos vencidos até a promulgação desta Emenda Constitucional será, até 31 de dezembro de 2021, de 240 (duzentos e quarenta) meses.

§1º Ficam autorizadas a remissão e a anistia de débitos tributários dos entes federativos na forma da lei complementar.

§2º Serão abrangidos nos parcelamentos os débitos com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas autarquias e fundações públicas, os débitos previdenciários de qualquer espécie, inclusive os relativos às contribuições sociais de que tratam o art. 195 da Constituição, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado.

§3º As parcelas mensais de renegociações de débitos previdenciários não poderão superar o limite de um por cento da média



SF/21682.89739-87





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

mensal da Receita Corrente Líquida do ente federativo ou o saldo da dívida fracionado em até um duzentos e quarenta avos.

§4º Os pagamentos mensais serão iniciados até o último dia útil de janeiro de 2022, com reduções de, no mínimo:

I - quarenta por cento das multas de mora, de ofício e isoladas e dos encargos legais e vinte e cinco por cento dos honorários advocatícios; e

II - oitenta por cento dos juros de mora.”

**Art. 2º.** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do Covid-19 continua trazendo consequências catastróficas ao país: neste mês de maio, o Brasil acumula mais de 450 mil vítimas da doença; o desemprego situa-se acima de 14% (com subutilização da força de trabalho próxima de 25%); a economia retrocedeu mais de 4% em 2020; e por volta de 1 milhão de empresas fecharam as portas no ano passado.

Particularmente, o enfraquecimento do setor de serviços por conta do prolongamento da pandemia limitou uma das principais fontes de receitas dos municípios (o ISS) e ampliou os gastos para atender à população. Este cenário torna necessária uma nova rodada de ajuda às prefeituras.

Em que pese o alívio dado pela Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, proponho que seja possibilitada uma nova rodada de



SF/21682.89739-87







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

parcelamentos de débitos tributários com prazos superiores aos estabelecidos pela EC 103/2019.

O primeiro passo é ampliar o limite de prazo para parcelamentos de débitos previdenciários dos entes, fixado em 60 (sessenta) meses pela EC 103/2019, para 240 (duzentos e quarenta) meses. De modo a retornar o texto futuramente ao debatido e aprovado na reforma da previdência, sugiro que a janela para contrair parcelamentos com esse prazo de 20 (vinte) anos seja disponível até 31 de dezembro de 2021.

Destarte, até o final do ano, os municípios, e os demais entes federativos por isonomia, poderão aderir a novos parcelamentos de débitos previdenciários, inclusive de suas fundações e autarquias, com prazos de até 240 meses.

Serão abrangidos nesta PEC os débitos sob a responsabilidade da Secretaria-Especial da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer espécie, em especial: os relativos às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado

Adicionalmente, nesta PEC que inclui dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi retirada até 31 de dezembro de 2021 a vedação da remissão e da anistia previstas no §11, do art. 195 da Constituição.

Isso propicia a facilitação dos pagamentos, o que foi realizado nesta PEC em consonância com o já proposto na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017. Portanto, fixou-se neste texto os limites mínimos de



SF/21682.89739-87





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Angelo Coronel

descontos sobre as multas de mora (e demais), sobre os honorários advocatícios e sobre os juros de mora.

Conforme o §1º desta proposta, haverá ainda a necessidade de regulamentação por lei complementar desses novos parcelamentos, a qual ainda poderá estabelecer remissões tributárias, respeitando-se as restrições fiscais e orçamentárias.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres senadores para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2021.

**Senador ANGELO CORONEL**  
**(PSD – Bahia)**

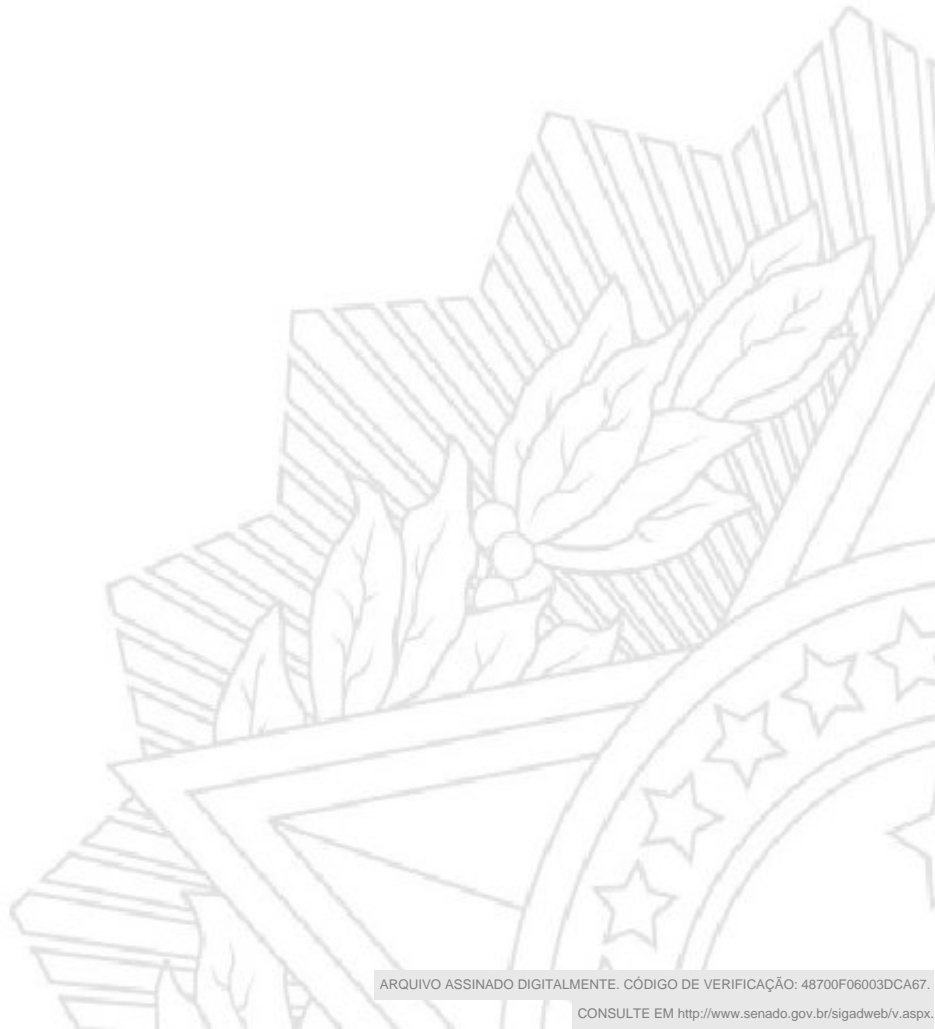


## LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - artigo 195
  - parágrafo 11 do artigo 195
- Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020 - LCP-173-2020-05-27 - 173/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2020;173>
- Lei nº 13.485, de 2 de Outubro de 2017 - LEI-13485-2017-10-02 - 13485/17  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13485>



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1711, DE 2021

Voto de aplauso ao Governo de Goiás pela Captura de Lázaro Barbosa.

**AUTORIA:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luiz do Carmo

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Governo do Estado de Goiás, sob a liderança do Governador Ronaldo Caiado, ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, e às Forças de Segurança Pública do Estado, pela bravura e eficiência das ações de captura e contenção do criminoso Lázaro Barbosa, na data de ontem, 28 de junho de 2021.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

## JUSTIFICAÇÃO

Apresento este requerimento de voto de aplauso para celebrar a atuação do Governo de Goiás, sob a enérgica e precisa liderança do Governador Ronaldo Caiado, e das forças de segurança do Estado que, na data de ontem, 28 de junho, e após mais de três semanas de árduos esforços e um cerco efetivo e eficaz, conseguiram localizar o criminoso Lázaro Barbosa e dar fim às atrocidades e atos de extrema violência que vinha cometendo contra a população goiana, como é de amplo conhecimento público.

Esses bravos homens e mulheres, sob o risco altruísta da própria vida, não pouparam quaisquer esforços nessa caçada a um indivíduo de alta periculosidade que vinha matando, ameaçando e roubando pessoas de bem, gerando pânico e caos nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cocalzinho e



SF/21583.06878-17 (LexEdit)

regiões adjacentes com elevado teor de crueldade e obrigando pessoas e famílias a abandonar suas casas e propriedades para não correr o risco de sofrer o mesmo destino das vítimas que já haviam passado por suas mãos.

Diante disso, foi de fundamental importância a atitude do Governador Ronaldo Caiado em determinar a imediata reação policial em força suficiente para não permitir que essas ações danosas do criminoso passassem impunes e muito menos perdurassem ao deixá-lo escapar para outras localidades ou estados onde continuaria cometendo crimes contra a vida e o patrimônio de pessoas.

Nota-se, a partir desse ponto, que a Polícia Militar do Estado de Goiás empenhou-se da forma mais responsável e eficiente possível ao mobilizar um grandioso número de homens para empreender buscas naquela região cujo fim só se daria com a captura do criminoso que, conhecedor das matas do local, embrenhava-se dentro delas na tentativa de escapar enquanto ameaçava outras pessoas inocentes e indefesas.

Por essa razão, torna-se digna de louvor a atuação da Polícia Militar de Goiás por ter enfrentado todas as privações e riscos que essa ação trouxe a cada um de seus homens. Por mais de 20 dias, não tiveram descanso, tinham que investigar e atender a cada denúncia, verdadeira ou falsa, de cidadãos e moradores que dessem indícios ou pistas da presença do criminoso; tiveram que se embrenhar em matas e regiões nativas e desconhecidas sob o sério risco de ser alvejados; passaram fome e sede nessa empreitada; mas não recuaram no seu propósito de trazer à população a necessária tranquilidade e segurança que uma polícia eficiente e zelosa pode proporcionar.

Essa saga de heroísmo e estoicismo das nossas forças de segurança culminou com o confronto final que se deu na data de ontem, quando, após localizar o assassino, a Polícia Militar teve que agir com firmeza para prendê-lo e apresentá-lo à justiça. Entretanto, diante da sua reação violenta e sob o risco da própria vida,



os policiais tiveram que revidar com a força necessária, o que resultou na morte do criminoso Lázaro Barbosa.

É justo, portanto, fazer menção da equipe da Casa Militar que esteve à frente desse último ato que engrandece e honra a polícia do Estado de Goiás:

Major PM **EDSON** LUIS SOUZA MELO ROCHA

Capitão PM BRUNO CÉSAR DA SILVA E **ALVIM**

Sub Tenente PM CLEITON PEREIRA **DE PAULA**

1º Sargento PM ALLAN KARDEC EMANUEL **FRANCO**

1º Sargento PM **RONYEDER** ROGIS SILVA

1º Sargento PM **JOUBERT** TEODORO ALVES DE SOUZA

2º Sargento PM ARIVAN BATISTA **ARANTES**

2º Sargento PM GILBERTO MOREIRA **BARRETO** JUNIOR

3º Sargento PM **TEOFILO** PEREIRA E SILVA

3º Sargento PM **JANIO** CARDOSO DO CARMO JUNIOR

Isso posto, requeiro que seja consignado VOTO DE APLAUSO ao Governo do Estado de Goiás, na pessoa do seu Governador Ronaldo Caiado, ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Rodney Miranda, e aos profissionais da segurança pública do Estado que atuaram com presteza, determinação, altruísmo e coragem em favor da população goiana e do bem-estar de todos os brasileiro.





Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Governo do Estado de Goiás, sob a liderança do Governador Ronaldo Caiado, ao Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás, e às Forças de Segurança Pública do Estado, pela bravura e eficiência das ações de captura e contenção do criminoso Lázaro Barbosa, na data de ontem, 28 de junho de 2021.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2021.

**Senador Luiz do Carmo**  
**(MDB - GO)**

SF/21583.06878-17 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1712, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a consulta pública da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre o uso do dicloridrato de sapropterina para o tratamento da fenilcetonúria.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a consulta pública da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre o uso do dicloridrato de sapropterina para o tratamento da fenilcetonúria.

Nesses termos, requisita-se o envio da análise técnica, efetuada pela Conitec, de todas as contribuições apresentadas pela sociedade civil durante a Consulta Pública nº 22, de 2021, sobre o uso do dicloridrato de sapropterina para o tratamento da fenilcetonúria a partir dos cinco anos de idade.



2

Sala das Sessões, 29 de junho de 2021.

**Senadora  
Mara Gabrilli  
(PSDB - SP)**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1714, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Giobbi.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete senador Nelsinho Trad

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Francisco Giobbi, bem como a apresentação de condolências a seu filho Luca Giobbi.

### JUSTIFICAÇÃO

É com grande pesar que lamento a morte do Diretor-presidente da Usina Sonora, de Mato Grosso do Sul, Francisco Giobbi, que faleceu após sofrer infarto nesta segunda-feira (21). Giobbi dirigiu a Usina Sonora ao longo de quase 45 anos.

Era reconhecido pelo empreendedorismo e empenho em prol do crescimento da agroindústria canavieira.

Deixará um legado memorável ao povo sonoraense, de muita luta e comprometimento com essa cidade.

Minhas condolências aos seus familiares e amigos.

Descanse em paz!

Sala das Sessões, 28 de junho de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**  
**Líder do PSD**

SF/21673.74282-01 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1715, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Eurides Antônio Costa.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do senador Nelsinho Trad

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Eurides Antônio Costa, bem como a apresentação de condolências a seu esposo Zaqueo de Oliveira Costa e seus filhos Elisangela Cristina Antonio Costa, Eugenio Paulo Sérgio Antonio Costa e Sandro Henrique Antonio Costa.

## JUSTIFICAÇÃO

Com muita tristeza, lamento a morte da líder comunitária Eurides Antônio Costa, que há muitos anos lutava por melhorias na região onde residiu.

Eurides atualmente era presidente do bairro Jardim das Perdizes e trabalhou muitos anos como merendeira na escola Estadual Professora Maria de Lourdes, sempre envolvida no bem-estar da sociedade e no trabalho social da comunidade na região.

Peço a Deus que conforte o coração dos seus familiares e amigos neste momento de dor.

Descanse em Paz!

Sala das Sessões, 28 de junho de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**  
**Líder do PSD**







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1716, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Educação.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **REQUERIMENTO Nº DE**

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre eventuais estudos em andamento no âmbito do Ministério da Educação com vistas à adaptação dos conteúdos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para atendimento às necessidades específicas dos candidatos com deficiência intelectual ou mental, assim como daqueles com transtornos globais do desenvolvimento (TGD).

SF/21442.61444-66

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Milton Ribeiro, informações sobre eventuais estudos em andamento no âmbito do Ministério da Educação com vistas à adaptação dos conteúdos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) às atendimento às necessidades específicas dos candidatos com deficiência intelectual ou mental, assim como daqueles com transtornos globais do desenvolvimento (TGD).

Nesses termos, requisita-se:

1. manifestação expressa desse Ministério acerca da existência ou não de estudo(s) na Pasta, relativo(s) à adequação do conteúdo das provas do Enem em formatos acessíveis às necessidades



específicas dos candidatos com deficiência intelectual ou mental ou que apresentem transtornos globais do desenvolvimento (TGD);

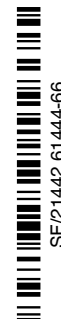
2. em caso afirmativo, solicitamos informações complementares acerca do cronograma das pertinentes atividades, informando o seu estágio atual e a previsão de conclusão dos estudos e sua eventual aplicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Diferentemente do que ocorre em muitos países com nível de desenvolvimento socioeconômico similar, onde o ingresso na educação superior constitui uma espécie de consequência quase natural da conclusão da educação básica, no Brasil, o acesso à universidade se dá por meio de processo seletivo, que se destina a aferir a capacidade de prosseguimento de estudos em nível mais avançado.

Os exames de acesso realizados a esse título, entre os quais o principal é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), configuram, por si só, uma barreira à entrada na educação superior para quaisquer candidatos. Essa situação se agrava ainda mais quando o Enem é aplicado a candidatos com deficiência ou TGD, tornando-se para esse segmento um óbice quase intransponível, uma vez que o exame não contempla as necessárias adaptações, de forma e conteúdo, para que se torne efetivamente acessível a esse público.

Considerando que hoje a consolidação da inclusão das pessoas com deficiência e com TGD na educação passa necessariamente pela presença bem-sucedida na educação superior de qualidade, não se pode prescindir de condições adequadas às suas necessidades específicas também nos competentes processos seletivos, que, ao cabo, devem ter como foco a aferição de sua aptidão para frequentar esse nível de ensino. Daí a nossa preocupação de que os realizadores do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um dos maiores



processos seletivos de acesso à educação superior do mundo, estejam atentos a esse direito e assegurem a adaptação do conteúdo das provas para garantir a inclusão de todos.

Para os candidatos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, especialistas apontam como fundamental que o conteúdo das provas seja objetivo, os enunciados sejam menores e que sejam evitados textos longos e questões dúbias e com duplo sentido. Além disso, as metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas são de difícil compreensão para os participantes com autismo ou com deficiência intelectual.

Por essas razões, é de se esperar que o Governo tenha uma política destinada a assegurar a equidade na aplicação desses exames, sob pena de, em lugar de ampliarmos a inclusão, aumentarmos ainda mais o fosso que separa potenciais candidatos à educação superior com diferentes condições de acessibilidade.

Com efeito, ante o silêncio da Autoridade Ministerial à indagação formulada no Requerimento nº 1.351, de 2021, cumpre reiterar a premência de o Congresso Nacional obter uma resposta a essa preocupação, que é de relevância ímpar não apenas para as pessoas com deficiência ou TGD, mas para toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2021.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSDB – SP)**



SF/21442.61444-66





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1717, DE 2021

Homenagem de pesar pelo falecimento do senhor Antônio Simão Abrão.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do senador Nelsinho Trad

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Antônio Simão Abrão, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Thereza Abrão.

### JUSTIFICAÇÃO

Morreu nesta Terça-feira (22) uma das mais emblemáticas figuras do comércio campo-grandense, Antônio Simão Abrão, conhecido como Trancoso, aos 90 anos de idade. Ele sofreu uma queda no começo do mês e em consequência fraturou o fêmur, vindo a agravar suas funções renais nos 10 dias que ficou internado.

Seu Trancoso tinha um grande círculo de amizades, pois foi um dos pioneiros no comércio de secos e molhados, localizado na Rua 7 de Setembro, esquina com a Rua 14 de Julho, no centro de Campo Grande, mesmo local onde nasceu em 1931.

Deixa esposa, 3 filhos e 6 netos.

Que Deus conforte seus familiares e amigos.

Descanse em paz!



Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Antônio Simão Abrão, bem como a apresentação de condolências a sua esposa Thereza Abrão.

Sala das Sessões, 28 de junho de 2021.

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**  
**Líder do PSD**

SF/21947.98247-56 (LexEdit)





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1719, DE 2021

Requer voto de Pesar a Dr. João Elostá.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)







SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de João Ibrahim Elostá, bem como a apresentação de condolências a seus familiares e amigos de Campo Grande (MS).

**JUSTIFICAÇÃO**

Com muito pesar, lamentamos a morte do médico Dr. João Elostá, vítima da covid 19.

João Elostá era médico e funcionário público em Campo Grande. A cidade perde um homem que se dedicou de maneira exemplar ao seu trabalho.

Dr. João deixa, como legado, uma trajetória marcada pelo respeito e amor ao próximo. Pedimos a Deus que conforte o coração dos seus amigos e entes queridos neste momento de dor.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Nelsinho Trad**  
**(PSD - MS)**



## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO N° 1720, DE 2021

Voto de aplauso ao saudoso ITAMAR FRANCO, engenheiro, Prefeito, Senador, Governador, Presidente da República, exemplo de homem público, pelo transcurso do aniversário de 91 anos do seu nascimento, em 28 de junho de 2021.

**AUTORIA:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº , DE 2021**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e das tradições da Casa, a inserção em ata e encaminhamento a sua família e ao Estado de Minas Gerais, em nome do Senado Federal, de voto de aplauso ao saudoso ITAMAR FRANCO, engenheiro, Prefeito, Senador, Governador, Presidente da República, exemplo de homem público, pelo transcurso do aniversário de 91 anos do seu nascimento, em 28 de junho de 2021.

**JUSTIFICAÇÃO**

Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu em 28 de junho de 1930, em Salvador, Bahia, filho de Augusto César Stieber Franco e Itália Cautiero, mas foi em Juiz de Fora, Minas Gerais, onde estudou o primário e secundário e se formou, em 1955, em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Ingressando na vida pública, em 1964, Itamar Franco foi eleito Prefeito de Juiz de Fora, em 1966 e reeleito em 1971.

Em 1974, antes de encerrar o segundo mandato de Prefeito, foi eleito para o Senado Federal por Minas Gerais e, em 1982, foi reeleito Senador.

Em 1989, Itamar Franco foi escolhido para vice-Presidente do Brasil, na chapa de Fernando Collor, que venceu as eleições e se tornou o primeiro presidente eleito de forma direta.

No dia 2 de outubro de 1992, Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência da República e no dia 29 de dezembro do mesmo ano tomou posse como Presidente do Brasil.



SF/21749.03991-86





## SENADO FEDERAL

Em 1993, ao lado do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou o Plano de Estabilização Econômica, que criou as bases para o bem-sucedido Plano Real.

Em 1995, após deixar a Presidência da República, Itamar foi nomeado Embaixador do Brasil em Portugal, cargo que ocupou por pouco mais de 1 ano, e, posteriormente, na Organização dos Estados Americanos (OEA), onde permaneceu até 1998.

Em 1998, foi eleito Governador de Minas Gerais. Em seu governo, buscou defender os interesses do povo mineiro, adotando medidas que culminaram na repactuação da dívida de Minas Gerais com a União e defendendo as empresas estatais mineiras.

Concluído o seu mandato como Governador, Itamar foi nomeado Embaixador do Brasil na Itália, onde permaneceu até 2005.

Em fevereiro de 2011, foi novamente empossado como Senador da República, tendo permanecido no cargo até 2 de julho, data em que, infelizmente, ocorreu o seu falecimento.

Esse ilustre mineiro e brasileiro nos deixou esse imenso legado de honestidade, retidão e dedicação à vida pública, legado esse que cabe a nós, homens públicos, manter vivo e presente na memória dos brasileiros!

Sala das Sessões, de junho de 2021.

**SENADOR RODRIGO PACHECO**

SF/21749.03991-86





## SENADO FEDERAL

[illegible]

SF/21749.03991-86





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1721, DE 2021

Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-senador José Paulo Bisol.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Paulo Paim

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 218, II e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Paulo Bisol, bem como a apresentação de condolências a sua esposa, filhos, netos, bisneto e amigos.

### JUSTIFICAÇÃO

Faleceu no sábado, 26 de junho de 2021, aos 92 anos, o ex-senador José Paulo Bisol. Advogado, desembargador aposentado, político, jornalista, escritor.

Um extraordinário poeta que vivia os sofrimentos dos humildes e dos discriminados. De corpo e alma, demonstrava as suas inquietudes.

Suas mãos, em gestos fortes, edificavam cenários do nosso Brasil real. Suas palavras eram vulcões em erupção. Trazia a verdade como solfejos de prata.

Homem do seu tempo, dos dias intermináveis, das horas e dos minutos que insistiam em não seguir em frente, das noites de insônias e de leituras.

SF/21096.73519-88 (LexEdit)



No ano de 1982, se elegeu deputado estadual no Rio Grande do Sul e, em 1986, se elegeu Senador da República, com participação destacada na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Foi filiado ao MDB; foi um dos fundadores do PSDB. Posteriormente, passou ao PSB e, por fim, ao PT, em junho de 2000.

Em 1989, foi candidato a vice-presidente da República ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre 1999 e 2002, foi secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul no governo de Olívio Dutra.

José Paulo Bisol deixa a esposa, três filhos, nove netos e um bisneto; e uma centena de amigos e admiradores por todo o País. A todos, pêsames e solidariedade.

Leon Tolstói escreveu em seu diário, há mais de 120 anos, “não há nada que tenha tanto efeito e eleve todos os homens para o mesmo sentimento quanto uma obra de vida, ainda mais uma vida humana inteira”.

Vida longa aos ideais de José Paulo Bisol. Um grande brasileiro. Incansável na luta pelos direitos humanos, por justiça social e contra todas as formas de discriminação e de preconceito.

SF/21096.73519-88 (LexEdit)





Requeiro, nos termos dos arts. 218, II e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de José Paulo Bisol, bem como a apresentação de condolências a sua esposa, filhos, netos, bisneto e amigos.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**  
**Senador**

SF/21096.73519-88 (LexEdit)



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PL** - Romário\*  
**Bloco-PL** - Carlos Portinho\*\* (S)  
**PATRIOTA** - Flávio Bolsonaro\*\*

### Maranhão

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

### Pará

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - José Serra\*  
**Bloco-PSL** - Giordano\*\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

### Minas Gerais

**PSD** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

### Goiás

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Jorge Kajuru\*\*  
**PSD** - Vanderlan Cardoso\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**PSD** - Carlos Fávaro\*\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

### Paraíba

**Bloco-MDB** - Nilda Gondim\* (S)  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-MDB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-MDB** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Marcos do Val\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

### Alagoas

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027

### Amazonas

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

### Paraná

**Bloco-PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PODEMOS** - Flávio Arns\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*\*

### Acre

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PODEMOS** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-PSB** - Leila Barros\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-MDB** - Confúcio Moura\*\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*

### Tocantins

**Bloco-PP** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**PSD** - Irajá\*\*

### Amapá

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

### Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Giordano.	PSL / SP
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

### Bloco Parlamentar Senado Independente - 8

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

### PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar Senado Independente.	8
PATRIOTA.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PL-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (PSL-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

#### 1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

#### 2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

#### 3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Jorginho Mello - (PL-SC)

**2º** Luiz do Carmo - (MDB-GO)

**3º** Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

**4º** Zequinha Marinho - (PSC-PA)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mailza Gomes - PP</b> (55) Vice-Líder Ciro Nogueira (49,61) .....</p> <p><b>Líder do MDB - 15</b> <b>Eduardo Braga</b> (20,45) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Daniella Ribeiro</b> (46) Vice-Líderes do PP Ciro Nogueira (49,61) Luis Carlos Heinze (43)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 1</b> <b>Mecias de Jesus</b> (5)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lasier Martins - PODEMOS</b> (15,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71) .....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 9</b> <b>Alvaro Dias</b> (2,59) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p><b>Líder do PSDB - 7</b> <b>Izalci Lucas</b> (22,24,37,56) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p><b>Líder do PSL - 2</b> Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	<p><b>PSD - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Nelsinho Trad - PSD</b> (48) Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (9) Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40) Zequinha Marinho (10,18) .....</p> <p><b>Líder do DEM - 6</b> <b>Marcos Rogério</b> (42)</p> <p><b>Líder do PL - 4</b> <b>Carlos Portinho</b> (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Zequinha Marinho</b> (10,18)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Zenaide Maia - PROS</b> (44) .....</p> <p><b>Líder do PT - 6</b> <b>Paulo Rocha</b> (23,50)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 8</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eliziane Gama - CIDADANIA</b> (51) .....</p> <p><b>Líder do PDT - 3</b> <b>Cid Gomes</b> (60)</p> <p><b>Líder do CIDADANIA - 2</b> <b>Alessandro Vieira</b> (41)</p> <p><b>Líder do REDE - 2</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (63,64)</p> <p><b>Líder do PSB - 1</b> <b>Leila Barros</b> (29,36,57)</p>
<p><b>PATRIOTA - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Flávio Bolsonaro - PATRIOTA</b> (74)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (52) Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jean Paul Prates - PT</b> (47)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (21) Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26) Carlos Viana (38)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Simone Tebet - MDB</b> (72)</p>

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rêgo.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).





## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

**Finalidade:** Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.  
RQS 105, 2021

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

**Instalação:** 03/03/2021

**Prazo final:** 30/06/2021

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,19)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(4,19)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,19)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(2,19)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,16,19)</sup>	3. <sup>(11)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(11,18)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(11,13)</sup>	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(11,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(11,15)</sup>	3. <sup>(11)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(3)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(3)</sup>
<sup>(11)</sup>	2. <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(8)</sup>	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(11,14)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(11,12)</sup>

**Notas:**

1. Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
2. Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
3. Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
4. Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
5. Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
6. Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
7. Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
8. Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
9. Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva

**Telefone(s):** 61 3303 3508



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

**Relatórios Parciais - prazo final:** 06/11/2019

**Instalação:** 25/09/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 23/10/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final duplicado:** 26/11/2019

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 10/12/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 13/11/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 17/12/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 21/11/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 21/12/2019

### MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

**Secretário(a):** Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3511



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS  
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

**Finalidade:** Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

**Finalidade:** Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2,7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1.
<b>PSD</b>	
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(3)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) <sup>(1)</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 05/11/2019

**Instalação:** 11/12/2019

**Prazo final:** 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>	1.
(7,10)	2. (7,10)
<b>PSD</b>	
Senador Sérgio Petecão (AC) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (MS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
VAGO <sup>(3,11)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(6)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(6)</sup>	

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD).

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS).

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

**Secretário(a):** Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-4854



## 2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.





### 3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



#### 4)CPI DA PANDEMIA

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(11)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(11)</sup>

**RELATOR:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(11)</sup>

**Leitura:** 13/04/2021

**Instalação:** 27/04/2021

**Prazo final:** 07/08/2021

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2,13,14,15)</sup>
Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2,13,14,15)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(4)</sup>	
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz (AM) <sup>(5)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (BA) <sup>(5)</sup>
Senador Otto Alencar (BA) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(6)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,12)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(9)</sup>	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(10)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(10)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).
2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luís Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).
3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).
4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).
5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).



6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).
13. Em 04.06.2021, o Senador Luis Carlos Hein foize designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLDPP).
14. Em 14.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLDPP).
15. Em 28.06.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLDPP).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno

**Telefone(s):** 3303-3490



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1,55)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1,55)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8,54,57)</sup>	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,18,54,57)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,54,57)</sup>	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8,18,54,57)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8,54,57)</sup>	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,42,44,54,65)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(8,54,57)</sup>	4. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,54,57)</sup>	5. VAGO <sup>(9,41,45)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(4,57,59)</sup>	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(11,17,59)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5,38,39,46,48)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(10,59)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(12,51)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,31,36,51)</sup>
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(12,51,53)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,40)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12,51)</sup>	3. VAGO <sup>(7,50,53)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,30)</sup>	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13,34)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(7,26,29,50)</sup>	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(16,51)</sup>
Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(14,32,34,63,64)</sup>	6. VAGO <sup>(16)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(2,49)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2,24,49)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2,23,49)</sup>	2. Senador Antonio Anastasia <sup>(2,33,35,49)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,49)</sup>	3. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,49)</sup>
Senador Irajá <sup>(61)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad <sup>(61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO <sup>(3,47)</sup>	1. VAGO <sup>(15,43,60)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3,27,28)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,52)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,52)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,20,22,52)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,52)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,52)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,52)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(56)</sup>	1. VAGO <sup>(56,62)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(37,56)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(56,58)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(56,58)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(19,21,56)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Aroldo de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Orlivo Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano  
**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13  
**Telefone(s):** 6133034344  
**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**(Requerimento 20, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(13,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(13,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,41)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,41,45,47)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,41)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,41)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,41)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,17,20,25,30,31,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(8,41)</sup>	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9,41)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,33)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(51)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,39)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,18,23,39)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(5,36)</sup>	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(5,37)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(5,35)</sup>	3. VAGO <sup>(5,28,38,48)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(14,18,32,39)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(19,39)</sup>
Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(49)</sup>	5.
<b>PSD</b>	
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,34)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(1,34)</sup>	2. Senador Irajá <sup>(1,12,22,24,34)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(12,34)</sup>	3. Senador Otto Alencar <sup>(16,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(15,29,46,50)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,40)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,40)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,40)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(43)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(43,44)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(43)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(21,26,27,43)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 933/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**(Requerimento 27, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,91)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1,91)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8,89)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,89)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,89)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,25,31,89)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(8,89)</sup>	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(8,89)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8,20,89)</sup>	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,47,58,89)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,81,89)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8,19,71,73,89)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4,89)</sup>	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(9,66,67,76,80,89)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11)</sup>	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(94)</sup>	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(6,53,55,84,87)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,29,56,84,87)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(6,84)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(6,29,35,39,51,52,84,87)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(7,28,30,36)</sup>	3. Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(6,84,101)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(7,18,26,27,72,74)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,72,74,90,96)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96)</sup>	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(13,42,57,59,61,69,72,74,86)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12,42,78)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(14,43,78,99,102)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,54,83)</sup>	1. Senador Otto Alencar <sup>(2,83)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(2,83)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,63,83)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2,70,75,77,83)</sup>	3. Senador Carlos Fávaro <sup>(2,54,77,83,97,100)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(97)</sup>	4. Senador Sérgio Petecão <sup>(103)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(3,79,82,92)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3,34,37)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(3,93)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,85)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(5,15,16,85)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5,15,17,32,33,40,85)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,85)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(5,85)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(5,16,41,85)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(65,88,95,98,104)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(88,95,98)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(50,62,64,88)</sup>	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(38,88)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(22,23,48,49,88)</sup>	3. VAGO <sup>(21,24,88,104)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLPSD).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fátima foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(45)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(45)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,44)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,44)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,44)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,44)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(7,44)</sup>	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(13,30,31,35,38,48)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,44)</sup>	4. VAGO <sup>(14)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8,44,46)</sup>	5. VAGO <sup>(21,53)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(9)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(48)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,23,27,39)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(48)</sup>
	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5,42)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(5,42)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(6,41)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,42)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6,41)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6,41)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(6,41,51)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(6,32,41)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(11,42)</sup>	5. VAGO <sup>(12,37,41)</sup>
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(55)</sup>	6. VAGO <sup>(19,26)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(1,2,40)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,40)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(1,20,40)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(1,22,34,36,40)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(1,34,36,40)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(1,20,40)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(16,52)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(18,33,49,50,54)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,43)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,43)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,15,17,43)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,43)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,43)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(47)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(25,47,56)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(24,28,29,47)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(47)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(41,47)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(47)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,3,4)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1,47)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,47)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10,17,28,34,42,43,46)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(6,16,42,43,46)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,42,43,46)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(16,17,37,43,46)</sup>
VAGO <sup>(10,23,27,29,35,42)</sup>	3. VAGO <sup>(17,42)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(17)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,40)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(11,36,40)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9,36,40)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(14,40)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(15,30,33,39,48)</sup>
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(19,39)</sup>	4. Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(19,22,31,49)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,21,24,25,38)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,21,38)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2,38)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,18,26,38)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(12,32,44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7,41)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,41)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,41)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,41)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,45)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,45)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,20,45)</sup>	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,45)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(50)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(50)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(9,32,49)</sup>	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(9,13,49)</sup>
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(13,49)</sup>	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10,13,14,16,20,36,37,42,44)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(13,18,20)</sup>	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(14,22)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(15)</sup>	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(27,49)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(24,32)</sup>	5. VAGO <sup>(29,35)</sup>
	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(7,46)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,26,33,47)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(7,46)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7,46,55)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,25,47)</sup>	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38,47)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(11,26,47)</sup>	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(12,25,47,54)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1,40,41,43,45)</sup>	1. Senador Carlos Viana <sup>(1,2,45)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(1,31,34)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(23)</sup>
VAGO <sup>(21,39,53)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(57)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5,48)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(5,17,48)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5,48)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(5,48)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
VAGO <sup>(3,51,56)</sup>	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) <sup>(3,28,30,51,52)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,51,52)</sup>	2. VAGO <sup>(19)</sup>

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1ª.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**(Requerimento 7, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**(Requerimento 48, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
VAGO <sup>(1,2)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quinta-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1,47)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,22)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9,49,52)</sup>	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,49,51,52)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9,49,52)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(9,49,52)</sup>
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(9,49,52)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,49,52)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(11,49,50,52)</sup>	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5,17,21,41)</sup>	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(10,41)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(7,29,30,44)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,25,27,32,44)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,44)</sup>	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(13,44)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(12,38,53)</sup>	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(14,38,53)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(19,24,43)</sup>	4. Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(19,24,26,35,43,55,57)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(2,42)</sup>	1. Senador Lucas Barreto <sup>(2,31,42)</sup>
Senador Nelsinho Trad <sup>(2,28,42)</sup>	2. Senador Sérgio Petecão <sup>(2,28,42)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(46)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,36)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,16,20,45)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,45)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,45)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,15,45)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(48)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(48,56)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(23,48)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(48)</sup>

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**(Requerimento 8, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2,3)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br





**7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

**(Requerimento 52, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 10/09/2019

**Prazo prorrogado:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

\*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(1,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,39)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7,39)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,39)</sup>	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(6,12,13,30,33)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(8)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(14,39)</sup>
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(11,47)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(16)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(46)</sup>	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Giordano (PSL-SP) <sup>(5,36,49)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,36)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9,19,23,29,36)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(5,31)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,36)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,24,36,45)</sup>
<sup>(18,20)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(35)</sup>
VAGO <sup>(18,28,38)</sup>	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(18,35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,34)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro <sup>(2,34,44,48)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2,34)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(2,34)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,40,43)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(40)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,37)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,37)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,37)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,37)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(22,26,27,41)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(41)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(41)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(26,41)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(1,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(12,40)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10,36,41)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,36,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(10,36,41)</sup>	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,11,41)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5,13,23,41)</sup>	3. VAGO <sup>(14,27,28,30)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(39)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7,35)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,35)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,35)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7,35)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(18,24,33)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,22,33)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,33)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,32)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(2,32)</sup>
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,32)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,34)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6,34)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,34)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3,26,37)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,15,20,37)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,37)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,38)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
- Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(12,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,37,38,44,46)</sup>	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,19,37,38,44,46)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,37,38,44,46)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,44,46)</sup>
VAGO <sup>(8,32,44)</sup>	3. VAGO <sup>(13,44)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(17,37,38,44)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(45)</sup>	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(5,35,41)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,34)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,30)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(14,25,35)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(16,22,24)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,35)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(1,23,26,33)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(1,20,21,28,33)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,27,33)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,18,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,31,42)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,36)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,36)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,36)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,29,39)</sup>
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(39)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br





# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1,24,28,44)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,40,42)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9,40,42)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9,40,42)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(9,43)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6,27)</sup>	3. VAGO <sup>(9)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10,23)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(5,15)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(42)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,38)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,38)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,38)</sup>
<sup>(18,26)</sup>	3. VAGO <sup>(19,33,38)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,37)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,37)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,30,31,32,36)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,3,36)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,3,36)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,32,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(22)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,14,20,39)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7,39)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
VAGO <sup>(11,41,46)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(12,37,41)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21,41)</sup>	2. VAGO <sup>(41,45)</sup>

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT (Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).



14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6,20)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,20)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(18)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(18)</sup>
VAGO <sup>(11,12,19)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(11)</sup>
	3.
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(1,16)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(1,13,14,16)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,17)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,17)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21)</sup>	1.

**Notas:**

\*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).

**Secretário(a):** Andréia Mano

**Telefone(s):** 61 3303-4488

**E-mail:** csf@senado.leg.br



### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(39)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,39)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(5,38)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(6,38)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(5,12,38)</sup>	2. VAGO <sup>(5,38)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(5,38)</sup>	3. VAGO <sup>(5,11,25,29)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(8)</sup>	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(4,35)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,35)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(4,13,35)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(4,13,35)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(20,28,31,37)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(21,37)</sup>
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(18,23,34)</sup>	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(18,19,24,34)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Irajá <sup>(1,33)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,22,27,33)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2. VAGO <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO <sup>(2,30)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(7)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2,7)</sup>	2. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(14,15,16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,36)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3,36)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3,36)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(26,40)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(10,40)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(40)</sup>	2. VAGO

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
- Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**(Requerimento 4, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 03/09/2019

**Prazo final:** 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(1,3,4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(10)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(10)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(8)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(12)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(13)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(5,14)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(5)</sup>	2.

**Notas:**

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).





12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).

13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).

14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

**Secretário(a): VAGO**

**Reuniões:** Quintas-feiras às 9:00hs -



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	1.
Senador Major Olimpio (Sem Partido-SP)	2.
<b>Bloco Parlamentar Senado Independente ( PDT, CIDADANIA, REDE, PSB )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER  
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---





Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

